

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

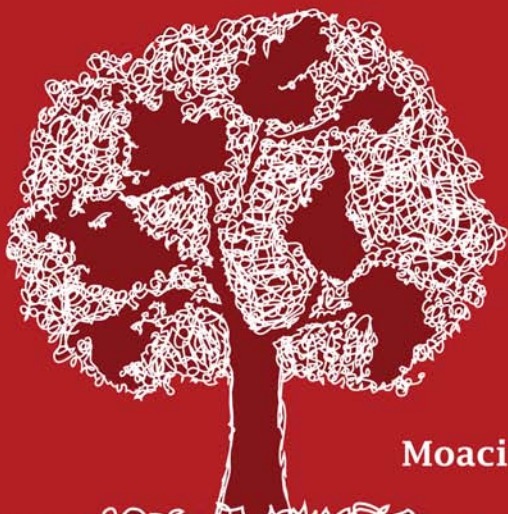
acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

Fórum Mundial de Educação

Pro-posições para um
outro mundo possível



Moacir Gadotti

Série
**Cidadania
Planetária 1**

Fórum Mundial de Educação

Pro-posições para um
outro mundo possível

Moacir Gadotti

Fórum Mundial de Educação

Pro-posições para um
outro mundo possível



A série *Cidadania Planetária* faz referência ao sonho de uma comunidade humana una e diversa, tendo por base uma visão da Terra como uma única nação. Ela implica entender a interdependência, a interconexão, o trabalho em redes e movimentos. É, por excelência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, não apenas em relação aos direitos humanos, mas também em relação aos direitos do planeta Terra como um ser vivo e em evolução.

Moacir Gadotti

São Paulo, 2009

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

INSTITUTO PAULO FREIRE

Moacir Gadotti	Presidente do Conselho Deliberativo
Alexandre Munck	Diretor Administrativo-Financeiro
Ângela Antunes	Diretora Pedagógica
Paulo Roberto Padilha	Diretor de Desenvolvimento Institucional
Salete Valesan Camba	Diretora de Relações Institucionais
Kathia Dudyk	Secretária de Mobilização Social
Janaina Abreu	Coordenadora Editorial
Sonia Couto	Secretária de Política Editorial
Lina Rosa	Preparadora de Textos
Carlos Coelho	Revisor
Márcia Leite	Capa
Ana Muriel	Projeto gráfico, Diagramação e Arte-final
Cromosete	Impressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir

Fórum Mundial de Educação: pro-posições para um outro mundo possível /
Moacir Gadotti. — São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. —
(Cidadania Planetária; 1)

Bibliografia.

ISBN 978-85-61910-35-8

1. Direito à educação 2. Educação - Finalidades e objetivos 3. Fórum Mundial de Educação I. Título II. Série

09-08315

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação para a responsabilidade social
370.115

Copyright 2009 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | 05061-100 | São Paulo | SP | Brasil | T: 11 3021 1168
editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org | www.paulofreire.org

Eu não poderia escrever este livro sem a
colaboração de cinco lutadoras pela paz,
que fizeram do *Fórum Mundial de Educação*
(FME) um projeto de vida.
São elas: Beatriz Gonzalez Soto,
Kathia Dudyk, Leslie Toledo,
Salete Valesan Camba e Stela Rosa.

Dedico este livro às trabalhadoras e
trabalhadores da Educação que,
por meio de seu trabalho voluntário e
anônimo, fazem do FME o que ele é hoje.
Sem o seu conhecimento, habilidades,
cuidado, sorrisos e abraços, seria
impossível realizar nossos encontros.





Sumário

9	Prefácio - <i>Pablo Gentili</i> <i>O Fórum Mundial de Educação - Genealogia de uma Esperança</i>
15	Apresentação <i>Espaço de aprendizagem de uma nova cultura política</i>
19	Primeira Parte <i>Origem, Projeto e Consolidação do FME</i>
19	1. Os Fóruns e a reinvenção do poder
23	2. Educar para outros mundos possíveis
33	3. Rede de mobilização mundial
40	4. Como organizar encontros do FME
49	Segunda Parte <i>Construindo uma Plataforma Mundial de Lutas</i>
49	5. Caminho percorrido, caminho a percorrer <i>Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos – Declaração de Porto Alegre – Construindo uma Plataforma Mundial de Lutas – Declaração de Caracas – Plataforma Mundial de Educação</i>
77	6. Um capítulo especial do FME

88 Terceira Parte

Temas Convergentes de uma Causa Comum

- 88 7. Educação pública, emancipação e direitos humanos
Documento de Montevideu: contribuição à Plataforma Mundial de Educação – Carta de Córdoba – Carta de Buenos Aires – Declaração Final: a Educação Bolivariana e a superação da Escola Capitalista

- 106 8. Educação Cidadã para uma Cidade Educadora
Carta de Nova Iguaçu – FME Baixada Fluminense 2008

- 120 9. Diversidade, Economia Solidária e Ética Planetária
Carta do Alto Tietê pela Educação – Carta de Santa Maria

131 Considerações Finais

Muitas lutas, um movimento

139 Referências



Prefácio

O Fórum Mundial de Educação Genealogia de uma Esperança

Na luta contra o neoliberalismo, o campo educacional sempre teve uma importância bem mais relevante do que costumam reconhecer as análises e as crônicas sobre os processos de mobilização e as resistências populares das últimas duas décadas. O fato é, sem dúvida, curioso. Pareceria ser que o papel subalterno que é atribuído à educação, como âmbito de conhecimento e de pesquisa nas ciências sociais, fosse, sem mediações, transferido a uma certa displicência com o papel que os atores políticos que intervêm nos espaços educacionais possuíram e possuem na luta contra os governos neoliberais e conservadores que assolaram (e ainda assolam) nossos países no Norte e no Sul. De tal forma, chama a atenção a pouca relevância prestada às lutas neste campo, considerando que qualquer cronologia sobre as mobilizações sociais e populares dos últimos vinte anos, em qualquer país, central ou periférico, terá as entidades sindicais docentes, os movimentos de defesa da escola pública e de luta pelo direito à educação e, particularmente, as organizações estudantis como alguns dos seus principais protagonistas. Assim, todo relato sobre

a luta contra as políticas neoliberais que negligencie ou desconsidere o papel que a educação e seus principais atores tiveram neste campo, corre o sério risco de ser incompleto, pouco rigoroso e, fundamentalmente, injusto com sujeitos sociais que consagraram e consagram enormes energias, sonhos e utopias na construção de outro mundo possível.

Esta é uma das razões que torna o presente livro uma ferramenta de batalha indispensável. Com efeito, o primoroso trabalho de síntese elaborado por Moacir Gadotti relata e ao mesmo tempo ajuda a interpretar uma das formas mais vigorosas, engajadas e contundentes de organização política surgidas no amplo movimento de lutas e alternativas que derivaram do 1º Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001, em Porto Alegre: o Fórum Mundial de Educação (FME). O livro de Gadotti relata, de forma rigorosa, as condições que deram origem a este Fórum, os pormenores e desafios que as entidades que o promoveram enfrentaram, o ambicioso e utópico exercício de construção de uma plataforma mundial de lutas (onde a luta pelo direito à educação ganhou uma relevância extraordinária), bem como os espaços de confronto e de apresentação de alternativas que foram confluindo nos temas convergentes que desafiaram e ainda desafiam os movimentos que confrontam à globalização neoliberal um modelo de sociedade baseada na justiça social, na igualdade, nos direitos humanos e na mais radical democracia.

Fórum Mundial de Educação: pro-posições para um outro mundo possível é uma crônica de inestimável valor político e acadêmico acerca da nossa luta por uma educação pública de qualidade para todos, por um projeto

educacional emancipatório e libertador. Contar, narrar e, assim, contribuir a interpretar criticamente nossa história recente possui uma importância central na construção de qualquer alternativa democrática. Resgatar nossa história de lutas e confrontos, os meandros e labirintos que percorrem nossas utopias e sonhos para tornarem-se viáveis, é um momento a mais na produção das nossas próprias lutas e um cimento que fortalece e ajuda a consolidar as utopias e sonhos emancipatórios, sempre em processo de construção.

Isto é o que faz Moacir Gadotti na presente obra: resgata, ordena, nomeia um processo de organização e mobilização na luta por uma outra educação possível e necessária. Ao fazê-lo, contribui de forma valiosa a cimentar essas mesmas lutas, fornecendo a elas a oportunidade de olhar-se no espelho, pensar-se a si próprias, ganhar forças e argumentos na contundência da sua própria memória. Gadotti não conta a história “oficial” do Fórum Mundial de Educação, fornece sua visão, sempre honesta e apaixonada, de um momento ainda inacabado e extremamente rico das lutas pelo direito à educação que teve, e ainda tem, a América Latina como seu cenário mais rico e promissor.

Sem a menor intenção de complementar ou aspirar a reforçar qualquer uma das questões que o livro aborda, gostaria de resgatar aqui duas questões que considero centrais da experiência do Fórum Mundial de Educação desde sua origem. Gadotti aborda estes e outros assuntos nas três seções que compõem sua obra, mas eu, arbitrariamente, os escolhi porque acho que os mesmos marcam alguns aspectos fundamentais desta experiência histórica ainda em construção.

Neste sentido, resulta importante destacar que o Fórum

Mundial de Educação é a expressão mais eloquente da conformação de uma nova esquerda, plural, engajada e democrática, contrária a todo sectarismo e desconfiada das certezas aparentemente confiantes e sempre simplórias que emanam verticais de dirigentes esclarecidos e arrogantes. Uma esquerda convencida de que a democracia é um valor e uma prática que se institui de baixo para cima, no exercício inalienável da soberania popular. Assim, o Fórum nasceu da participação e do compromisso de um conjunto de organizações (sociais, governamentais e não governamentais, acadêmicas, sindicais e estudantis), de origens e objetivos diferentes e convergentes na sua pluralidade.

Esta experiência de auto-organização foi em si mesma uma experiência de aprendizagem coletiva que tornou o próprio Fórum numa escola de participação cidadã. Construir estratégias unitárias na diversidade, sem proprietários ou expropriadores de verdades reveladas, costuma não ser um assunto simples para a esquerda. Combater o sectarismo e dominar as pulsões antropofágicas, que de forma tão perversa e frequente desmoram os projetos progressistas, é um desejo mais fácil de proclamar que de tornar efetivo. Por esta e por outras razões, o Fórum nos interpelou e nos convidou a um desafio democrático: deixar de lado interesses parciais, corporativos, fragmentários e sempre egoístas, para construir um espaço comum de alternativas, de ideias e de propostas, de intervenção e de consenso; um espaço democrático baseado na única certeza de que os projetos coletivos só prosperam se somos capazes de superar diferenças e parcialidades menores, em prol de um horizonte de coincidências fundamentais, de grandes

acordos, de propostas comuns, de consensos viáveis.

Isto foi (e seguirá sendo) o Fórum Mundial de Educação: um espaço plural e democrático de construção de alternativas e de consensos que, longe de questionar a identidade das organizações promotoras deste espaço, as enriquecem e as tornam mais abertas e democráticas. Aliás, devo dizer que com o próprio Moacir aprendi muito da arte de construir consensos e acordos no processo de coordenação do Fórum durante seus primeiros anos. Infelizmente, não tem sido esta uma prática muito comum na esquerda. No Conselho Internacional, bem como nas Comissões Organizadoras dos diversos encontros e atividades do Fórum, Gadotti sempre evidenciou sua extraordinária capacidade de desamarar nós que pareciam indestrutíveis. Hoje, à distância, parecem irrisórias algumas diferenças que no passado quase geraram rupturas e divergências irreconciliáveis. Porém, devemos ao Gadotti ajudar-nos a reconhecer que mais importante que uma vã disputa terminológica ou estilística resulta construir um espaço de acordos e de propostas que identifique o verdadeiro inimigo e o espaço real das batalhas que vale a pena enfrentar. Isto não seria um mérito, se não fosse que, por falta desta qualidade, muitas vezes, fracassam boa parte dos projetos e das iniciativas da esquerda nos nossos países.

Finalmente, e em articulação com as afirmações anteriores, uma das qualidades e das fortalezas mais contundentes do Fórum Mundial de Educação, foi a de articular sua agenda em torno das alternativas e propostas efetivas que contribuem para a construção de projetos educacionais emancipatórios e democráticos. Isto, naturalmente,

nunca significou abdicar da análise informada, da crítica e da denúncia, senão, contrariamente, se valer delas para apoiar e consolidar propostas e iniciativas que podem e devem ajudar a construir alternativas coletivas e viáveis à atual crise educacional. O Fórum Mundial de Educação, da mesma forma que o Fórum Social Mundial, nasceu como um espaço democrático para a formulação e o diálogo de alternativas, neste caso, às políticas neoliberais de exclusão, discriminação e privatização do direito à educação.

A construção de consensos e o reconhecimento democrático da necessidade de desenvolver uma pluralidade de alternativas viáveis para a construção efetiva de uma educação libertadora e emancipatória, constituem duas das mais valiosas contribuições do Fórum Mundial de Educação à luta por um novo mundo possível.

Este novo livro de Moacir Gadotti ajuda a compreender melhor estes processos, seus avanços e desafios. A trilha sempre sinuosa que percorrem a utopia e a esperança para serem dignas de portar seus nomes.

Pablo Gentili

Buenos Aires, junho de 2009.



Apresentação

Espaço de aprendizagem de uma nova cultura política

Este é um livro dirigido principalmente àqueles e àqueles que não conhecem o Fórum Mundial de Educação (FME), mas gostariam de conhecê-lo e, quem sabe, engajar-se no seu processo de construção. Não me coloquei como objetivo principal recuperar toda a memória deste movimento. Meu objetivo é mais político-pedagógico: permitir o acesso a um conjunto de informações e fazer uma reflexão que leve a envolver cada vez mais gente nesse generoso movimento por uma outra educação possível, valorizando mais o trabalho coletivo e as propostas discutidas e apresentadas nas declarações finais das várias edições centrais, temáticas ou regionais deste Fórum.

O FME é um movimento muito jovem. Está completando nove anos de existência. Ele se constitui num espaço horizontal de aprendizagem, espaço aberto e auto-organizado. Um espaço próprio, envolvendo tanto a educação formal quanto a educação não formal e informal. Considero-o como um novo e importante ator político. Mas é também um espaço de reencantamento pela vida e pela educação libertadora, um espaço de construção de novas alianças, novas redes, formação de campanhas, um espaço de estruturação de alternativas à educação neoliberal.

As utopias do século 19 e de boa parte do século 20 podem ser consideradas como ideologias “exclusivas”. O FME, ao contrário, nasceu, essencialmente, como espaço de inclusão. Seus encontros têm um papel crítico, organizativo, cultural e prospectivo. O FME tem uma visão intersectorial e não corporativista da educação. Ele defende a **indissociabilidade dos direitos** e uma metodologia inovadora de inserção da educação em todos os movimentos sociais. O direito à educação não é um direito “exclusivo”, separado de outros direitos. A mercantilização da educação promovida pelo neoliberalismo é uma afronta ao direito humano à educação. Para defender suas teses, o FME pretende congrega cada vez mais pessoas e organizações em torno de uma **plataforma mundial** de lutas em defesa do direito à educação emancipadora, contra a mercantilização da educação.

Com uma estrutura similar ao **Fórum Social Mundial (FSM)**, o FME tem tudo a ver com ele. Sabemos hoje que o FSM não teria surgido na América Latina sem a trajetória de mais de cinquenta anos de lutas por uma educação popular transformadora. Como o FSM, o FME originou-se em Porto Alegre, em 2001, e de lá espalhou-se por diversas partes do mundo.

O FME, na mesma perspectiva do FSM, sustenta-se em **dois pilares básicos**: a construção de uma alternativa ao projeto político-pedagógico neoliberal e o pluralismo de ideias, métodos e concepções. É um espaço plural, não confessional, não governamental e não partidário, não violento e autogestionado. O pilar da diversidade dos Fóruns fundamenta-se num princípio ético-político de respeito ao tempo de cada um, de cada uma, de cada

cultura, de cada civilização. Precisamos respeitar o tempo de cada cultura, de cada povo, de cada processo. Não há um caminho único. Não há um só mundo possível. Há muitos mundos possíveis.

O sonho é ousado, mas possível, necessário e urgente. O convite está aberto a todos e a todas para se associarem neste grande movimento de construção de outro mundo possível, fortalecendo esta rede de pessoas, instituições, organizações, movimentos. Encontros organizados em diferentes regiões, países e continentes convergem para esse objetivo comum. Como diz Alain Touraine (2006, p. 37), “o movimento altermundista (FSM) é um elemento central de nossa época, porque se opõe diretamente à globalização enquanto pretensão de eliminar todas as formas de regulamentação social e política da atividade econômica”.

Nos Estados Unidos, os movimentos sociais e populares ligados ao FSM utilizaram, no Dia de Mobilização Global (26 de janeiro de 2008), o lema *Muitas Lutas, um Movimento*. Este lema não se refere apenas às lutas específicas do FSM, mas a todas as lutas que, de forma autônoma, se agregaram ao FSM. Pode-se discordar daqueles que caracterizam o FSM apenas como um movimento ou um movimento de movimentos. O FSM é, acima de tudo, um espaço aberto em rede. Mas, não há como negar que, pelo seu método de autoaglutinação, ele acabou provocando muitos movimentos e processos transformadores. Entre esses movimentos e processos está o **Fórum Mundial de Educação**.

O FME, nesses seus primeiros anos de funcionamento, já conquistou um **espaço próprio** que é reconhecido, sobretudo, na América Latina e na Europa. Será preciso que ele ganhe outros continentes para tornar-se verdadeiramente mundial.

Creio que vale muito a pena tomar conhecimento do que aconteceu até agora com esse maravilhoso processo de construção coletiva e que resultou numa das mais originais e mais belas iniciativas deste início do milênio no campo da educação.



Primeira Parte

Origem, Projeto e Consolidação do FME

1. Os Fóruns e a reinvenção do poder

Há muitas formas de fazer política. Por intermédio de sindicatos, partidos, governos, parlamentos, igrejas, participando de campanhas eleitorais etc. Tudo o que é humano tem uma dimensão política. Fazemos política nos movimentos sociais, organizações não governamentais, associações, fortalecendo a sociedade civil. Essa é uma nova forma de fazer política, uma forma cada vez mais eficaz, como vem demonstrando o **Fórum Social Mundial (FSM)**. Ao contrário da forma tradicionalmente hierárquica de fazer política, de exercer o poder, os Fóruns se constituíram em redes solidárias, em processos autogestionados, reinventando o poder. Eles privilegiam o encontro, o diálogo, a escuta, o debate e a colaboração. Dessa forma, eles reduzem os conflitos provocados na “luta interna” pelo poder hierárquico. Por isso, são mais eficazes na luta política.

Os Fóruns se constituíram num novo espaço político. Desde 1962, o sociólogo e filósofo alemão, Jürgen Habermas chama a atenção para essa nova forma de fazer política, em seu livro *Mudança estrutural na esfera pública*, falando de “opinião pública”, valorizando os debates políticos na mídia, as organizações não governamentais e a sociedade civil.

Ele nos falava de uma esfera informal e de uma “esfera pública virtual” que lembra muito hoje o que está acontecendo com a Internet, tão utilizada pelos Fóruns.

Não basta combater o capitalismo. É preciso organizar-se para construir a alternativa. Organizar-se não apenas em partidos e sindicatos – criticados pelo escritor português José Saramago no final do 2º FSM (Porto Alegre, 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002) como responsáveis também pela falta de alternativa ao neoliberalismo –, mas organizar-se, ao lado dos desempregados e desempregadas, das trabalhadoras e trabalhadores temporários¹, dos moradores e moradoras de rua, dos estudantes, dos imigrantes, das mulheres, dos indígenas, dos movimentos de homossexuais, de negros, de minorias, Gays, Lésbicas, Bissexuais, e Transgêneros (LGBT), associações religiosas, entidades sem fins lucrativos, organizações não governamentais etc... enfim, organizar-se com as novas “multidões” (HARDT; NEGRI, 2005), em torno de um sentido da “história como possibilidade”, como dizia o educador Paulo Freire (1921-1997). Organizar-se como poder

1. Quero agradecer as amáveis e propositivas críticas da feminista Leslie Toledo. Ela me fez numerosas sugestões para evitar a linguagem sexista que, segundo me escreveu no dia 23 de dezembro de 2008, “exclui as mulheres de uma existência discursiva pelo uso do masculino genérico, fortalece a validade do mundo dos pensamentos e ideias construído historicamente pelos homens. Não aceitar o masculino genérico abre possibilidades de que sejam reconhecidas as mulheres e suas existências como agentes históricas que somos.

É na produção da linguagem como reprodução de mundos ou criação de outros possíveis, que a linguagem inclusiva faz parte da luta das feministas, antissexistas e daquelas pessoas que defendem a diversidade como riqueza (em teu texto, por exemplo). Apagar as mulheres do discurso é a perversidade de apagar-nos da história, não só da possibilidade que temos de construí-la, mas do fato de que já estamos como sempre estivemos construindo história”. Obrigado, Leslie. Incorporarei quase todas as suas sugestões. O texto ainda poderia ser melhorado.

contra-hegemônico em torno de um sentido que o neoliberalismo quer destruir, em torno dos desejos e necessidades desses novos movimentos.

José Saramago, naquela ocasião, foi muito duro ao afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “tal como se encontra escrita, sem necessidade de se alterar sequer uma vírgula, poderia substituir, com vantagem no que diz respeito à clareza de objetivos e à retidão de princípios, a todos os programas de todos os partidos políticos da ordem”. Saramago atacou os programas da esquerda, “anquilosados em fórmulas caducas, alheios e impotentes às realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos para as evidentes ameaças que o futuro está a promover contra aquela dignidade sensível e racional que imaginávamos ser a ação de todos os seres humanos”. Ele se referia tanto aos partidos quanto aos sindicatos: “de uma forma consciente ou inconsciente, o indócil e burocratizado sindicalismo que ainda nos resta é em grande parte responsável pelo adormecimento social decorrente da globalização econômica”. Foi um grande alerta para sindicatos e partidos. Mas terá ele razão?

Tradicionalmente, o Estado usa a sua racionalidade instrumental visando à rentabilidade e à eficácia burocráticas. Ao contrário, os movimentos sociais construíram uma racionalidade comunicativa voltada para as necessidades das pessoas e não para o sistema, criando uma **nova lógica de poder**. Os Fóruns são um exemplo dessa nova lógica de inclusão. Eles se constituem em movimentos globais orientados por uma forma nova de fazer política. Um Fórum é um espaço auto-organizado em rede, estruturado horizontalmente, permitindo o encontro, o diálogo, autonomamente

organizado, onde partidos, governos e empresas não são o centro do cenário, mas são convidados a participar, associando-se a uma causa comum.

Nos Fóruns, manifesta-se a pluralidade de vozes e de olhares. A multiplicidade de atividades de que são constituídos os Fóruns pode dar a impressão de fragmentação do movimento. Ao contrário, podemos ler essa quantidade de manifestações como a riqueza do movimento que não nos divide, mas nos une numa polifonia, vozes harmonizadas em torno de uma causa comum. Fóruns são territórios de **autogestão**: criando-se os espaços, os movimentos e as organizações imediatamente os ocupam. Como movimentos, eles têm múltiplas funções. Entre outras, eles têm um papel organizativo: conhecer-nos melhor, aprender juntos, nos fortalecer; um papel político-reflexivo: descobrir o sentido histórico das nossas experiências; e um papel prospectivo, utópico: realimentar a esperança, a amorosidade e ganhar lucidez e força para a luta.

A grande novidade dos Fóruns é que eles desbancaram a descrença, o fatalismo neoliberal e o **pensamento único**. O pior não é o mundo que está aí. O pior é pensar que só esse mundo é possível. O pior é esse mundo transformado em fetiche: o discurso único fatalista que tudo domina, atração fatal pela mercadoria, imutabilidade, atração pelos objetos. A fetichização instaurou um mundo de insensibilidade e de naturalização da injustiça, da miséria, da guerra. Só uma nova conscientização contra a fetichização poderá desbloquear esse travamento da humanidade. Daí a importância do FME e do próprio FSM como processo pedagógico. O social e o educativo andam juntos.

Os Fóruns Mundiais (Educação, Saúde, Cultura, Autoridades Locais, Parlamentares, Juízes...), na esteira do

FSM, têm se apoiado numa lógica de ação em rede, coletiva, solidária e pluralista. Muitos debates foram realizados, muitas faixas foram penduradas no Gigantinho de Porto Alegre, no Mineirinho de Belo Horizonte, em Cartagena, em Mumbai, em Paris, em Caracas, em Uppsala, em Nairobi, Belém... e em tantos outros lugares. Muitas bandeiras foram erguidas muito alto, em defesa da vida, da ética, do planeta. Como transformar tudo isso em estratégias coletivas para um outro mundo possível? Como transformar tudo isso em programas viáveis? São perguntas que nos fazemos toda vez que participamos dos encontros do FME. E toda vez avançamos um pouco mais.

Temos consciência de que, se não soubermos apontar os caminhos possíveis para atingir nosso fim, nossos sonhos serão desmoralizados pelos que sempre querem deixar tudo como está. Uma outra lógica de poder está sendo apontada pelos movimentos sociais através de suas ações globais pela justipaz, pela ética na política, pelo consumo ético e solidário que não destrua o planeta. Mas nos resta ainda um longo caminho. Se os anos de 1990 foram anos fortemente marcados pelo combate ao neoliberalismo, o início deste século tem sido marcado pela busca às concretas alternativas a ele.

2. Educar para outros mundos possíveis

Em janeiro de 2001, realizou-se, em Porto Alegre, a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM). Durante as poucas e, talvez por isso mesmo, muito concorridas atividades desenvolvidas naquele encontro, no campo da educação, realizou-se uma série de atividades chamadas

de *Círculos de Cultura Paulo Freire*. Os presentes nessas atividades² propuseram a realização de um espaço de debate específico de educação, no interior do FSM, o que viria a ser chamado, depois, de **Fórum Mundial de Educação (FME)**. A nova gestão na Prefeitura de Porto Alegre acabava de tomar posse e se ofereceu para organizar o primeiro encontro desse Fórum, junto com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais. O novo secretário da educação, Eliezer Pacheco, havia herdado, da administração anterior, os *Seminários Internacionais de Educação*, uma tradição de caráter mais acadêmico e de iniciativa exclusiva do poder público. O FME seria uma forma de manter essa tradição sem repeti-la, já que a iniciativa do FME, como era a do FSM, seria da sociedade civil.

A adesão à nova proposta foi imediata e intensa, seja no interior dos movimentos sociais, sindicatos e Ongs, seja por parte de diferentes secretarias de educação, não só do Estado do Rio Grande do Sul, mas também de outros estados, articulada por Eliezer Pacheco, naquele momento secretário de Educação de Porto Alegre, e por sua equipe³. Com a força das Ongs e dos movimentos sociais e populares, o Fórum acabou tomando outra dimensão, para além de um governo municipal. Destacou-se, desde a primeira edição, o caráter mundial e não governamental do FME, na linha de atuação de seu berço, que foi o FSM.

A primeira edição do FME, em outubro de 2001, elegeu como temática central *Educação no mundo globalizado*.

2. A agenda da educação na primeira edição do FSM foi muito pequena. Nas poucas atividades de educação, quatro entidades se destacaram: Consejo de Educación de Adultos da América Latina (Ceaal), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), o Instituto Paulo Freire (IPF) e a Ação Educativa.

Em janeiro de 2002, um conjunto de conferências, círculos de cultura e outras atividades sobre educação marcaram a presença desta área na edição do FSM daquele ano. Entre elas, gostaria de destacar a *Conferência Especial sobre Educação*, da qual participaram Bernard Charlot, do Conselho Internacional (CI) do FME, Paul Bélanger, do Conselho Internacional de Educação de Adultos (Icae), Marta Maffei, da Internacional da Educação, Jocelyn Berthelot, do Fórum Continental de Educação (Canadá), Paula Menezes, da Universidade Eduardo Mondlane (Mozambique). As atividades dessa Conferência foram animadas por Sérgio Haddad, da Abong, e Leslie Toledo, do FME, com o apoio de José Luiz Ribeiro, do FME, Salete Valesan Camba, do Instituto Paulo Freire (IPF) e Maria Clara di Piero, da Ação Educativa.

3. Vários de seus assessores se distinguiram nesse trabalho: Stela Rosa, Patrícia Barcelos, Jacqueline Moll, Leslie Toledo, Marli Conzatti, Vera Gasparetto, José Luiz Ribeiro e Neusa Rocha. Stela Rosa iria ocupar-se da comunicação, enquanto José Luiz Ribeiro e Leslie Toledo iriam ocupar-se da organização do evento. Jacqueline Moll e Leslie Toledo conseguiram apoio internacional por meio do professor Bernard Charlot, auxiliadas também por Pablo Gentili (Clacso) e Maria da Graça Bollmann (Aelac). O próprio Eliezer Pacheco faria os convites para as organizações da sociedade civil, particularmente aquelas que já haviam sugerido a criação do Fórum: o IPF e o Clacso. Pelo IPF, engajou-se Salete Valesan Camba, Kathia Dudyk, Ângela Antunes, Paulo Roberto Padilha e Moacir Gadotti, e pelo Clacso, Pablo Gentili e Marcelle Tenório. A Ong Viva la Ciudadania (Colômbia), com a participação de Beatriz Gonzalez Soto, e a Corporación Región (Medellín), com a participação de Ramón Moncada, tiveram um papel protagonista na internacionalização do FME. No sentido de resgatar a memória dos primórdios do FME, devemos destacar, entre outros, o apoio internacional de Albert Sansano e Jaume Carbonell (Espanha), Alessio Surian (Itália) e Louis Weber (França). E não podemos esquecer que a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, naquele momento histórico, tinha o reconhecimento internacional conquistado, sobretudo por meio dos Seminários Internacionais de Educação, a cuja organização se dedicaram, principalmente, o secretário José Clóvis de Azevedo e o professor Luiz Heron da Silva.

Nessa Conferência, Bernard Charlot reafirmou a missão do FME de lutar pelo direito à educação e contra a sua mercantilização. “A redução neoliberal da educação ao estado de mercadoria ameaça o homem em sua universalidade humana, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito”, afirmou ele. Por sua vez, Paul Bélanger sustentou que essa ameaça é real e que “existe ainda o perigo de negar às crianças do mundo os meios para elas se formarem em sua própria cultura”. Concordando com ambos, Jocelyn Berthelot acrescentou que “o direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais”, no que foi secundada por Paula Menezes, ao afirmar que “a educação é parte essencial do projeto de construção de uma nova cidadania”.

A segunda edição, cujo tema foi *Educação e transformação: a escola pública na construção de um outro mundo possível*, já se integrou ao FSM, e teve lugar em Porto Alegre nos dias que precederam a realização da terceira edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003.

O FME aprovou diversas Cartas em defesa da educação libertadora, popular e cidadã. Além disso, propôs a construção coletiva de uma **Plataforma Mundial de Educação** e a descentralização dos encontros em fóruns temáticos, regionais e nacionais. Hoje, o FME constitui-se num grande movimento mundial pela **cidadania planetária**, em defesa do direito universal a uma educação libertadora.

Quando falamos de cidadania planetária nos referimos ao conceito de conquista de uma democracia radical, da extensão dos direitos para todos, não importa onde vivam, direito a uma renda mínima universal, direito de participar de tudo, direito de ter direitos, direito de não ter fronteiras dentro da nação Terra. Ninguém pode ser cidadão enquanto

existirem não cidadãos. O conceito de cidadania planetária implica globalizar a democracia. Ela supõe considerar o sistema mundo como uma *polis*, com uma vontade política comum. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra como uma única comunidade.

As Cartas e Declarações dos FMEs são de grande relevância social e teórica, já que representam um esforço coletivo de milhares de participantes em inúmeras atividades, principalmente educadores e educadoras. Nunca houve, na história da educação mundial, um movimento popular tão grande em favor do direito à educação como o organizado pelo FME. As Cartas produzidas nos seus encontros nascem dos relatórios de cada uma de suas atividades, de encontros de relatores, redatoras e comissões de redação, envolvendo centenas de pessoas. Esse esforço coletivo faz com que elas representem os verdadeiros anseios de milhares de pessoas no campo da educação.

O neoliberalismo concebe a educação como uma *mercadoria*, reduzindo nossas identidades a meros consumidores, desprezando o espaço público e a dimensão humanista da educação. Em oposição a esse pensamento, o FME defende uma **concepção libertadora** da educação, a educação como um *direito social universal*, ligado à condição humana. Defendemos a escola pública de qualidade como direito, em todos os níveis, respeitosa com as diferenças, intertranscultural, inclusiva... não como direito isolado da luta por outros direitos, mas como um direito ligado a outros setores e movimentos, como direito de aprender ao longo de toda a vida e não apenas durante a chamada “idade obrigatória”.

O **direito à educação** é um bem público e não se limita às crianças e jovens. A partir desse conceito, devemos falar também de um direito associado, o direito à **educação permanente**, em condições de equidade e igualdade para todos e todas. Como tal, deve ser intercultural, garantindo a integralidade e a intersetorialidade. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. Para o exercício desse direito, o Estado precisa aproveitar o potencial das organizações sociais, movimentos sociais, sindicatos, na formulação de políticas públicas de educação e promover o desenvolvimento de sistemas solidários de educação, centrados na cooperação e na inclusão.

– Por que combatemos o pensamento neoliberal?

– Porque o **pensamento único neoliberal** dá primazia ao econômico sobre outras dimensões da educação, como o desenvolvimento social, pessoal e afetivo, subordinando a educação às regras do mercado livre insolidário e às exigências do sistema produtivo capitalista. Esse é um pensamento que centra a educação no aprendizado de conhecimentos úteis e dominantes, desprezando a diversidade e a “ecologia de saberes”⁴, desestimula o desenvolvimento do pensamento crítico e alternativo, diminuindo, com isso, a capacidade criadora da educação e retirando das escolas e dos professores a sua função de criar e formar para a liberdade. Os professores e professoras passam a competir entre si, concorrendo a prêmios, perdendo sua capacidade de agir coletivamente. Enfim, combatendo a

gestão democrática, o pensamento neoliberal expulsou a família e a comunidade do seu direito e dever de participar da educação de seus filhos na escola pública.

A **missão** do FME tem sido a de educar para outros mundos possíveis. A diversidade é a característica fundamental da humanidade. Por isso, não pode haver um único modo de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta. O que há de comum é a diversidade humana. A diversidade humana impõe a necessidade de construir a diversidade de mundos. A um pensamento único não podemos opor outro pensamento único. Propomos a liberdade de pensar.

Educar para outros mundos possíveis é visibilizar o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados, aos que foram silenciados. A luta feminista, o movimento ecológico, o movimento zapatista, o movimento dos sem-terra e outros tornaram visível o que estava invisibilizado por séculos de opressão. Paulo Freire foi um exemplo de educador de outros mundos possíveis, colocando no palco da história o oprimido, descortinando a relação entre oprimidos e opressores.

Educar para outros mundos possíveis é educar para conscientizar, para desalienar, para desfetichizar. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, como se fossem impossíveis de serem modificadas. Fetichizados, somos incapazes de agir; fetichizados, fetichizadas, apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe.

Educar para outros mundos possíveis é educar para a emergência do que ainda não é, o ainda-não, a utopia. Assim fazendo, estamos assumindo a história como possibilidade e não como fatalidade. Por isso, educar para outros mundos possíveis é também educar para a ruptura, para a rebeldia,

4. A *ecologia de saberes* consiste na “promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade”. (SANTOS, 2004, p. 76).

para a recusa, para dizer “não”, para gritar, para sonhar com outros mundos possíveis. Denunciando e anunciando.

O núcleo central da concepção neoliberal da educação é a negação do sonho e da utopia. Essa concepção defende a mercantilização da educação e é impulsionada por instituições e organizações, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Por isso, uma educação para outros mundos possíveis é, sobretudo, a educação para o sonho, uma educação para a esperança.

O FME surgiu como alternativa à concepção neoliberal da educação. Durante sua segunda edição, o ex-ministro do Ensino Profissional da França, Jean-Luc Melenchon (apud FME, 2007), afirmou que, para o Banco Mundial, “uma orientação dirigida ao mercado implica na rentabilidade dos produtos de formação e a intervenção de operadores privados concorrentes das universidades públicas”, fazendo da educação um “negócio comercial”. Gaudêncio Frigotto, do Clacso, na mesma ocasião, sustentou que o FME “representa uma crítica radical a essa perspectiva educativa e à subordinação da ciência e tecnologia à lógica do capital e do mercado. Reafirma-se, ao contrário, uma concepção de educação tecnológica e politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonista da cidadania ativa, articulada a um projeto societário de ‘novo tipo’ marcado pela solidariedade e pela igualdade efetiva de condições entre as nações e os seres humanos”. (apud FME, 2007, p. 96).

A mercantilização da educação é um dos desafios mais decisivos da história atual, porque ela sobrevaloriza o econômico em detrimento do humano. Só uma **educação emancipadora** poderá inverter essa lógica, através da formação para a consciência crítica e para a desalienação.

Educar para outros mundos possíveis é educar para “além do capital”, como nos disse István Mészáros (2005) na abertura da terceira edição do FME, em Porto Alegre, dia 28 de julho de 2004: o capital, nos disse ele, “esgotou a sua capacidade civilizatória” e para se manter hoje precisa destruir direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora, como o direito à educação.

A globalização capitalista roubou das pessoas o tempo para o bem viver e o espaço da vida interior; roubou a capacidade de produzir dignamente a vida. Cada vez mais gente é reduzida a máquinas de produção e de reprodução do capital. Educar para outros mundos possíveis é fazer da educação, tanto formal quanto não formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de viver; portanto, é uma educação para a sustentabilidade.

Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados. Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e se organize em coletivos, redes e multidões. Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual.

Educar para outros mundos possíveis exige dos educadores um compromisso pela desmercantilização

da educação e uma postura ecopedagógica de escuta do universo, do qual todos e todas fazemos parte. O professorado não deve dirigir-se apenas ao alunado, mas aos educandos e educandas como habitantes de um planeta, considerando a todos e a todas como cidadãos e cidadãs da mesma Mátia.

A terra é nossa primeira grande educadora. Educar para outros mundos possíveis é também educar para encontrar nosso lugar na história, no universo. É educar para a paz, para os direitos humanos, para a justiça social e para a diversidade cultural, contra o sexismo e o racismo. É educar para a **consciência planetária**. É educar para que cada um de nós encontre o seu lugar no mundo, educar para pertencer a uma comunidade humana planetária, para sentir profundamente o universo.

É educar para a planetarização, não para o globalismo. Vivemos num planeta e não num globo. O globo refere-se a sua superfície, a suas divisões geográficas, a seus paralelos e meridianos. O globo refere-se a aspectos cartoriais, enquanto o planeta, ao contrário dessa visão linear, refere-se a uma totalidade em movimento. A Terra é um superorganismo vivo e em evolução. Nosso destino, enquanto seres humanos, está ligado ao destino desse ser chamado Terra. Educar para outros mundos possíveis é educar para ter uma relação sustentável com todos os seres da Terra, sejam humanos ou não.

É educar para viver no cosmos – educação planetária, cósmica e cosmológica –, ampliando nossa compreensão da Terra e do universo. É educar para ter uma perspectiva cósmica. Só assim poderemos entender mais amplamente os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem

humanos e não humanos. **Os paradigmas clássicos**, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar uma resposta satisfatória para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. A crise atual é uma crise de paradigmas civilizatórios. Educar para outros mundos possíveis supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

3. Rede de mobilização mundial

Fórum Mundial de Educação (FME) se constitui numa rede permanente de mobilização social, formada de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que, à semelhança do Fórum Social Mundial (FSM) e em articulação com outros Fóruns de lutas, se opõe ao neoliberalismo e ao processo de globalização capitalista. Como sustenta a *Carta de Porto Alegre*, aprovada dia 27 de outubro de 2001, no final da primeira edição do FME, o Fórum Mundial de Educação apresenta-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais para confirmar a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, nunca reduzida à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa.

De 2001 a 2008, foram realizadas cinco edições mundiais do FME e um grande número de encontros associados a esse movimento, onde se destacam os **Fóruns Temáticos Regionais**. Nos primeiros dias de abril de 2004, São Paulo foi sede de um Fórum Mundial de Educação temático – *Educação cidadã para uma cidade educadora* –, com mais de cem mil participantes, convergindo para a terceira edição do FME de Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004, que teve como tema: *A educação para um outro mundo possível: construindo uma plataforma de lutas*. O FME temático de São Paulo, realizado no Palácio das Convenções Anhembi, foi considerado o maior encontro educacional de que se tem notícia no mundo.

A terceira edição do FME avançou em relação às edições anteriores, pois, além da discussão temática e conceitual da educação, estabeleceu uma **agenda de lutas** na qual se reafirma “o direito universal a uma educação emancipatória” e se rechaça a “mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia” defendendo não só o acesso e a permanência na escola, mas, igualmente, “o direito de aprender na escola” como “direito humano prioritário e inalienável”.

Sobre o tema *Educação Cidadã para uma Cidade Educadora* foram realizadas mais duas edições na cidade de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro: a primeira em março de 2006 e a segunda em março de 2008. Esta última, foi chamada de FME Baixada Fluminense e reuniu os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e São João de Meriti, com sede em Nova Iguaçu. Estas edições contaram com a participação de mais de 30 mil pessoas em cada uma delas e completaram uma série de três Fóruns sobre o mesmo tema.

Em setembro de 2007, com sede em Mogi das Cruzes,

foi realizado um FME do Alto Tietê, com a temática central *Educação: protagonismo na diversidade*, organizado pelos municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. Em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em maio de 2008, foi realizado um FME temático *Educação, economia solidária e ética planetária*⁵.

Como veremos, o FME expandiu-se para além das fronteiras do Brasil. Em vários países foram realizados encontros e fóruns de educação associados ao movimento do FME, entre eles, Colômbia, Chile, Espanha, Argentina, Venezuela e Quênia.

O Conselho Internacional do FME, reunido em Porto Alegre, durante a quinta edição do FSM, no final de janeiro de 2005, decidiu realizar todas as suas edições centrais juntamente com as edições do FSM, articulando-se definitivamente com ele, além de comprometer-se com a sua Carta de Princípios, e aderindo à sua metodologia autoaglutinadora. Assim, a sexta edição do FSM, realizada em Caracas, em janeiro de 2006, reafirmou essa agenda, fortalecendo a luta pela troca da dívida externa por investimentos em educação, defendida pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE). Atividades do FME foram realizadas também em Bamako (Mali) e Karachi (Paquistão). Em Nairobi (Quênia), a quinta edição

5. Desde o primeiro FME, a economia solidária e o consumo sustentável estiveram presentes de diversas formas, não só em debates teóricos, mas nas práticas cotidianas, na produção dos materiais utilizados, bolsas, camisetas, canecas, certificados etc., na qual participaram cooperativas autogestionárias e núcleos de artesãos. A presença da economia solidária não visava apenas ao consumo de produtos, mas, sobretudo, à adesão a um conceito de vida sustentável dentro de uma outra economia possível.

mundial do FME aprovou sua **Plataforma Mundial de Educação**.

O FME tem uma estrutura simples e participativa. Como uma rede permanente de mobilização mundial, constituída de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e em articulação com outros Fóruns de lutas, o FME está estruturado e organizado em dois órgãos principais: o **Conselho Internacional (CI)** e o **Comitê Organizador (CO)**.

O **Conselho Internacional** coordena as principais atividades e programas dos diferentes Fóruns regionais e mundiais, auxiliado por uma **Secretaria Executiva (SE)** que articula e mantém vivo o debate entre os membros do Conselho e os Conselhos Organizadores dos diferentes Fóruns Temáticos Regionais. A **Secretaria Executiva**, com sede em São Paulo, Brasil, na *Casa da Cidadania Planetária*⁶, é coordenada pelo Instituto Paulo Freire (IPF) e pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso).

O **Conselho Internacional**, órgão máximo de decisão política, é formado por redes internacionais e regionais, movimentos e organizações da sociedade civil, que atuam no campo da educação na perspectiva emancipadora. São aceitos *novos membros* no CI, observados os seguintes critérios: adesão à Carta de Princípios do FSM e participação na organização das atividades do FME.

6. O IPF, com o apoio de movimentos sociais, criou este espaço para apoiar *movimentos de cidadania planetária*, como a iniciativa internacional da Carta da Terra, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), a Universitas Paulo Freire (Unifreire), a Associação Brasileira de Ongs (Abong estadual), a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (Raaab), o MOVA-Brasil, o Serviço Universitário Mundial, a Associação Internacional de Educação Comunitária (Icea), o Fórum Social Brasileiro (FSB) e o FME. Em 2004, a Casa de Cidadania Planetária abrigou o Comitê Organizador e o Comitê Gestor do Fórum Mundial de Educação Temático *Educação Cidadã para uma Cidade Educadora*. É na Casa da Cidadania Planetária que se encontra a memória do FME.

O **Comitê Organizador**, órgão executivo *pro-tempore*, responsável pela estruturação dos principais encontros do FME em nível local, regional ou mundial, do qual podem participar também membros do poder público, tem por principal função a organização de encontros e atividades dos Fóruns⁷. Para o seu melhor funcionamento, os Comitês Organizadores têm criado diversas *Comissões de Trabalho*: Comunicação, Metodologia e Temática, Gestão Financeira, Organização e Infraestrutura e a Comissão de Cultura. Eles podem contar também com um Comitê Gestor.

A **Secretaria Executiva** tem as seguintes atribuições: articular o Conselho Internacional com os Comitês de Organização; fortalecer a comunicação entre os membros do CI; coordenar as sessões plenárias do CI, encaminhar as suas deliberações e implementar as suas decisões; desenvolver e administrar o sítio web do FME; receber propostas de novos membros do CI, organizar Grupos de Trabalhos, manter atualizada a lista dos membros do CI do FME e propor novas iniciativas; preservar a memória coletiva do FME⁸ e captar os recursos necessários a sua manutenção e à promoção das edições mundiais do FME.

Antes da existência do Conselho Internacional do FME, seu papel, no início, foi exercido, por pouco tempo, por um

7. Os Comitês Organizadores se constituem na alma *mater* dos eventos do FME. Sem eles, o FME não existiria com a força que tem hoje. Eles são constituídos *ad hoc*, para cada evento. Contudo, sua ação ultrapassa em muito os eventos. Muitos desses Comitês continuam se reunindo, posteriormente, gerando novas ações. De diferentes formas, eles continuam participando do processo do FME.

8. A jornalista Stela Rosa, que acompanhou os Fóruns como integrante da Comissão de Comunicação, num notável esforço de resguardar a memória do FME, coordenou, organizou e redigiu o livro *Memória do Fórum Mundial de Educação: alternativas para construir um outro mundo possível*. Esse livro foi publicado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do Ministério da Educação.

“Comitê Político”, que funcionava articulado com o Comitê Organizador e era composto por pessoas e representantes de entidades e organizações. Esse Comitê foi ampliado e transformado no Conselho Internacional, a partir da segunda edição do FME. Os primeiros integrantes desse Conselho são considerados **fundadores** do FME e figuram até hoje como tais⁹. Alguns ainda fazem parte do Conselho Internacional, pois continuam representando Ongs ou movimentos sociais e sindicais. Outros, por não mais representarem as organizações fundadoras, continuam apoiando o FME como fundadores. Hoje, a composição do CI é apenas de organizações e movimentos sociais, como se pode ver abaixo.

O CI é o organismo de orientação e de coordenação do FME e é composto de organizações de vários países e continentes. Sua responsabilidade é tanto política quanto acadêmica e organizativa. Sua principal função estratégica é manter vivo o processo do FME, mantendo-se fiel às suas finalidades, princípios e temáticas, de acordo com a Carta de Princípios do FSM, adotada pelo FME em 2005, e seguindo as linhas de ação acordadas na Plataforma Mundial de Educação aprovada em 2006. Entre as funções do CI está o acompanhamento de todos os Comitês Organizadores dos Fóruns Temáticos, definindo, conjuntamente, a sua organização, as temáticas, a metodologia, o seu financiamento, a sua promoção e realização.

9. São eles e elas: Agostinho dos Reis Monteiro (Portugal), Aléssio Surian (Itália), Azril Bacal (Suécia), Bernard Charlot (França), Bernd Fichtner (Alemanha), Carlos Alberto Torres (Estados Unidos), Daniel Schugurensky (Canadá), Elie Jouen (Bélgica), Eliezer Moreira Pacheco (Brasil), Gabriela Antunes (Angola, *in memoriam*), Gustavo Fischman (Estados Unidos), Hugo Rodriguez (Uruguai), Hugo Zemelman (México), José Clovis de Azevedo (Brasil), Juçara Dutra Vieira (Brasil), Kaillash Satyarthi (Índia), Liam Kane (Escócia), Licínio Lima (Portugal), Louis Weber (França), Maria da Graça Bollmann (Brasil), Marta Maffei (Argentina), Moacir Gadotti (Brasil), Pablo Gentili (Brasil), Paul Bélanger (Canadá), Pierre Fongkoua (Camarões), Ramón Moncada (Colômbia), Régine Tassi (França), Roberto Leher (Brasil), Rosa Maria Torres (Equador), Tânia Guerra (Brasil).

Conselho Internacional

Arizona State University (USA); Associação de Educadores Latino Americanos e Caribenhos – Aelac (Brasil/Uruguai); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped (Brasil); Associazione professionale di insegnanti, formatori, orientatori in rete – Cofir (Itália); Attac (França); Campanha Colombiana pelo Direito a Educação (Colômbia); Colegiado de Profesores (Chile); Confederação de Educadores Americanos – CEA (Uruguai/Brasil); Confederazione dei Comitati di Base – Cobas (Itália); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (Brasil); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee (Brasil); Confederación de Sindicatos de Trabajadoras e Trabajadores de la Enseñanza – STES – Intersindical (Espanha); Confederación de Trabajadores de la Educación de la Republica Argentina – CTERA (Argentina); Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – Clasco (Argentina); Corporacion para el Desarrollo Comunitario y la Integración Social (Colômbia); Corporación Viva la Ciudadanía (Colômbia); Federação Nacional de Professores (Portugal); Federación Colombiana de Educadores – Fecod (Colômbia); Federación Nacional de Profesores de Enseñanza Secundaria del Uruguay / PIT – CNT (Uruguai); Foro Social Córdoba / Foro de Educación Córdoba (Argentina); Foros de Opinión (Argentina); Fundación Cultura de Paz – Seminário Galego de Educación para Paz (Espanha); Fundación SES – Sustentabilidad, Educación y Solidaridad (Argentina); Instituto Paulo Freire (Brasil); Instituto Regionale Ricerca Educativa Piemonte / Peacewaves; Internacional da Educação (Belgica/Índia/África do Sul/Brasil); International Council for Adult Education – IWEP (Guiné Bissau); L'institut de Recherche Historiques, Économiques, Sociales et Culturelles – IRHESC (França); La Comunidad para el Desarrollo Humano (Argentina); Laboratorio de Políticas Públicas da Uerj (Brasil); Movimento Paulo Freire (Brasil); Observatório da Dívida da Globalização (Espanha); Organización Continental Latinoamericana y Caribeña de Estudiantes – Oclae (Cuba); Red Social Para La Educación Pública En Las Américas – Red Sepa (Canadá); Réseau Ouest et Centre Africain de Recherche em Éducation (Camarões); Secretaria Continental Educação (Canadá); Sindicato dos Professores da Zona Sul (Portugal); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – Sinasefe (Brasil); Sociedade Venezuelana de Educación Comparada – SVEC (Venezuela); The South African Democratic Teachers' Union – SADTU (África do Sul); Transformative Learning Centre (Canadá); Universidad de la Frontera (Chile); Universidade da Califórnia em Los Angeles (USA); Universidade de Glasgow – Depto de Educação de Adultos (Escócia); Universidade de Lisboa (Portugal); Universität Siegen (Alemanha).

O FME procura aproximar e articular novas redes de defesa da educação, assim como outros movimentos sociais, como a Via Campesina, a Via Urbana, movimentos de mulheres, de jovens, de direitos humanos, movimentos ambientais e outros. É através de uma estrutura descentralizada que o FME poderá desenvolver cada vez mais o seu programa de **ações de mobilização global**. Todos nós sabemos que não basta realizar encontros, organizar Fóruns Temáticos e mundiais. É preciso promover ações de mobilização social e educativa, se possível, de caráter global. São ações específicas que promovam os princípios do FME estabelecidos na sua Plataforma Mundial e nos diferentes temas discutidos em diferentes fóruns, principalmente os temáticos, e que se constituíram em eixos do próprio processo do FME. Associar-se às agendas de outras plataformas e redes, para além do âmbito propriamente educativo, é estratégico para alcançar seus objetivos e para ter um impacto maior nas políticas e programas de educação.

4. Como organizar encontros do FME

Muitos nos perguntam como organizar encontros do Fórum Mundial de Educação (FME). No processo de construção do FME, várias orientações e diretrizes foram sendo formuladas consensualmente. Valeu muito, nesse processo, o caminho percorrido pelo Fórum Social Mundial (FSM). Não podemos estabelecer princípios muito rígidos que impeçam a originalidade e a criatividade de cada encontro. Há um documento chamado de *Guia de orientações para organização de uma edição do FME*, que é sempre repassado para quem pretende organizar um

FME Temático. Mas há também outras diretrizes em debate.

Baseado na experiência do FSM, gostaria de fazer uma reflexão sobre esse tema, sintetizando um pouco o estado em que se encontra essa discussão.

Temos consciência de que essas diretrizes precisam ser amplamente divulgadas, tanto em relação à formação do Comitê Organizador de cada encontro quanto à escolha do local, da temática, de sua estrutura e funcionamento, desde o seu financiamento até os resultados finais. A **transparência** é fundamental na organização dos encontros do FME. Os Fóruns precisam mostrar, na sua prática, os princípios democráticos que defendem “Precisamos ser a mudança que pregamos”, como dizia Gandhi. Portanto, os Fóruns precisam ser construídos como espaços amplamente democráticos, por uma cultura de escuta e diálogo, precisam promover o **protagonismo dos movimentos sociais e organizações populares**, disputando, a partir “dos debaixo”, como dizia o sociólogo e professor Florestan Fernandes (1920-1995), uma alternativa ao neoliberalismo.

Para nós, a participação dos *governos* é importante, pois defendemos a educação como um dever do Estado. Contudo, a iniciativa dos Fóruns deve ser dos movimentos sociais e populares, da sociedade civil. O FME, na esteira do FSM, originou-se no seio do grande movimento social latino-americano e busca empoderar cada vez mais esse processo, ampliando o controle social sobre o mercado e o Estado. Como afirma o ex-secretário de educação do Município de Alvorada (RS), Alexandre Virgílio, o FME é muito importante para os governos. Ele oferece oportunidades de contato com “outras experiências que estão sendo executadas em outros espaços e tempos educativos, sejam em outros países ou regiões, seja por organizações

não governamentais ou da sociedade civil [...] e desafia os governos a darem respostas, consoantes ou não, às propostas e temas levantados e afirmados pelo FME”. (apud FME, 2007, p. 203-204).

Essas diretrizes, que estão sendo construídas, na prática, pelas orientações que a Secretaria Executiva do Fórum Mundial de Educação estabelece a cada novo encontro do Fórum, visam também a evitar que os Fóruns se transformem em festivais de palestras, embora elas também sejam importantes. O Comitê Organizador de cada encontro precisa zelar para que o Fórum seja um espaço de interconectividade horizontal e de construção de novas alianças por um outro mundo possível, sem perder de vista que não mudamos o mundo a não ser por meio de ações concretas.

O FSM também está passando por esse mesmo processo, motivado pela proliferação de encontros associados a ele. O Conselho Internacional (CI) do FSM, reunido em Nairobi, em janeiro de 2007, criou uma comissão para estudar uma proposta de diretrizes gerais que deveriam orientar os Comitês Organizadores locais na promoção dos encontros do FSM, sem bloquear a sua criatividade, mas, ao mesmo tempo, preservando a espinha dorsal do processo do FSM. O CI não deseja, com isso, homologar ou controlar esses encontros. Tanto o CI quanto esses encontros são unidos pela mesma Carta de Princípios. O CI não monitora e nem supervisiona esses encontros, mas tem a função e o dever de promovê-los sem distorcer a Carta de Princípios.

Esse mesmo procedimento deve orientar também o FME. Como o FSM, o FME não é uma etiqueta que pode ser colada a qualquer encontro. Os encontros do FSM são regidos por sua Carta de Princípios, garantindo o espaço aberto, mas dentro de certos **limites**. Espaço aberto não

significa falta de regras e falta de direção política. A Carta de Princípios estabelece critérios de participação e compromissos que precisam ser observados na organização dos encontros do FSM. Com base nesses critérios, o físico indiano Vinod Raina, coordenador do Movimento Ásia-Pacífico sobre Dívida e Desenvolvimento e membro do CI, fez algumas sugestões para contribuir com o debate deste tema¹⁰. Comento aqui algumas dessas sugestões que valem também para o FME.

A Carta de Princípios do FSM restringe a participação em seus encontros apenas às pessoas e organizações que “se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de capitalismo”. A Carta de Princípios realça que governantes e parlamentares só podem participar dos encontros “em caráter pessoal”. Não podem participar organizações militares e nem representações partidárias. Entretanto, partidos e governos têm sido convidados por organizações da sociedade civil, Ongs e movimentos sociais a participar de atividades autogestionados organizadas por eles. Portanto, os encontros do FME não estão abertos às organizações que apoiam o pensamento neoconservador e ideias imperialistas, não estão abertos a organizações que apoiam o fundamentalismo religioso ou resistem de forma violenta ao processo de desumanização.

Os Comitês Organizadores dos encontros do FME devem assegurar **igualdade de acesso** a todos e a todas que aderirem à Carta de Princípios do Fórum. Para isso, devem facilitar a participação dos movimentos e organizações de base de caráter popular que não possuem

10. Ver *Princípios orientadores para a organização de eventos FSM*, de 26 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>.

recursos, sem qualquer pagamento e, se necessário, com a ajuda de um fundo comum de solidariedade, subsidiando, dentro do possível, a comida, a água e facilitando a tradução para a língua destes ativistas.

A escolha do **local do encontro** não deve ser guiada por critérios comerciais capitalistas. Deve-se considerar a dimensão política e cultural que não reproduzam os estilos de vida do mercado capitalista, mas que promovam e facilitem a vivência de princípios e valores da **solidariedade** e da **sustentabilidade**. Os encontros do FME devem dar exemplo no uso sustentável da energia, do transporte, dos materiais usados, da água, na calefação, na limpeza, na higiene etc., traduzindo os princípios da austeridade voluntária, da simplicidade e de um estilo de vida ético e sustentável. Segundo Vinod Raima, os promotores dos encontros do FSM devem apoiar empresas e instituições que se aproximam e comungam dos mesmos ideais de igualdade e de solidariedade, impedindo que os encontros do FSM sejam apoiados por instituições e organizações ligadas a políticos corruptos ou a indivíduos criminosos. Os mesmos princípios se aplicam ao FME.

A **autossustentação dos encontros**, por meio de taxas de inscrições de grupos ou individuais, é a mais desejável. Contudo, o patrocínio de instituições públicas e privadas deve também ser procurado, desde que não fira a Carta de Princípios, buscando facilitar a participação das organizações e movimentos mais necessitados. O apoio dos fundos de fundações ou de empresas privadas não pode exigir contrapartidas como a venda de produtos ou serviços nos locais do encontro, o que reproduziria o paradigma mercadológico neoliberal. Da mesma forma, os fundos de governos e empresas do setor público não

podem submeter os encontros do FME às orientações político-ideológicas dos partidos no poder, o que iria contra o espírito da Carta de Princípios.

Na formação do **Comitê Organizador** local deve-se atender ao pré-requisito da diversidade, da ampla participação e da conectividade horizontal com os movimentos sociais. Deve-se promover um processo de mobilização que promova a inclusão de todas as forças antineoliberais sustentadas por princípios agregadores e não divisionistas. Na formação de **comissões**, valem os mesmos critérios referentes à composição e diversidade, garantindo a participação de profissionais e de voluntários que assegurem o vínculo com organizações de base, a ampla consulta sobre os temas e eixos da programação, a prática da democracia interna, relações igualitárias, respeito etc.

Com base nesses **princípios** e na história de construção do processo do FME, a Secretaria Executiva (SE) vem estabelecendo as **diretrizes** para a organização de suas edições, insistindo, antes de mais nada, no caráter do FME como um espaço de diálogo auto-organizado, “buscando acordar políticas, planos, programas e projetos educacionais, em todos os níveis de ensino, voltados ao rompimento com as políticas neoliberais em educação que assumam a perspectiva de afirmar a educação enquanto uma política pública, portanto dever do Estado e acessível a todos os povos.” (FME/SE, 2007, p. 1). A Secretaria Executiva (SE), em suas orientações, relembra aos Comitês Organizadores os objetivos do FME, sua origem e sua história, sua estrutura, organização e funcionamento. Por que tudo isso é importante? Porque a força do FME está também no espaço original que conquistou e que não pode diluir-se em outros espaços, por mais importantes que sejam

para a luta educacional. É verdade, é ainda um espaço em construção, um espaço novo, e pode ser reformulado no processo. Mas é preciso garantir a fidelidade a seus princípios e valores.

A articulação entre o Conselho Internacional, a Secretaria Executiva e os Comitês Organizadores tem sido um fator decisivo para a manutenção dessa unidade de propósitos dos diferentes fóruns. Outro elemento unificador é a constituição, em cada encontro, das **Comissões de trabalho:** Comunicação¹¹, Metodologia e Temática, Gestão Financeira, Organização e Infraestrutura e a Comissão de Cultura. As Comissões são essenciais para garantir ampla participação e articulação do Comitê Organizador. Uma Secretaria do Comitê Organizador garante a comunicação entre o colegiado do Comitê Organizador e as diferentes Comissões. Quando é o caso, pode-se também criar um *Comitê Gestor*, com a finalidade de agilizar as decisões tomadas pelo Comitê Organizador. Instâncias governamentais não participam do Conselho Internacional, mas podem participar tanto do Comitê Organizador quanto da sua Secretaria e do Comitê Gestor. Nisso, o FME se distingue do FSM. Isso porque o FME quer ter uma incidência nas políticas públicas de educação, e a presença dos governos populares e democráticos nos encontros do FME é um primeiro passo nessa direção.

11. O trabalho de comunicação no FME não é apenas informativo, mas, também, formativo. A imprensa alternativa tem desempenhado um papel inestimável ao Fórum. Sei que destacar um veículo em detrimento de tantos outros pode parecer injusto, mas é preciso que se diga que alguns veículos sempre estiveram presentes em nossos Fóruns, como a *Ciranda Internacional da Informação Independente*, a *Revista Fórum*, a *Agência Carta Maior*, entre outros, como rádios e TVs comunitárias e, principalmente, a Internet. Eles desempenham um papel educativo popular fundamental. Por outro lado, não podemos também ignorar a importante presença das TVs públicas. As revistas *All-i-oli* e *Pissarra*, ambas do Estado espanhol, publicaram artigos sobre todas as edições do FME, incluindo algumas temáticas.

A Secretaria Executiva do FME, em suas orientações, sustenta que é importante a participação para além da área de educação: “por ser um fórum que trata de um tema específico – educação – é natural que o público participante seja em sua grande maioria oriundo da mesma área. Para que possamos avançar nas discussões e na construção de políticas públicas que enxerguem a educação de maneira ampla, é importante que criemos estratégias que favoreçam a participação de cada vez mais profissionais e pesquisadores de outras áreas.” (FME/SE, 2007, p. 4-5). Insiste ainda que seja facilitada a participação de pessoas que não podem pagar taxas, buscando, neste caso, patrocínio específico para um fundo de solidariedade.

As orientações da Secretaria Executiva são necessariamente detalhadas, mas permitem uma ampla liberdade de organização das atividades, dependendo do local, do tamanho do encontro e da tradição histórica de lutas dos membros do Comitê Organizador. As diretrizes não visam a reproduzir, em cada local, um único modelo de formato dos encontros, mas a garantir uma filosofia comum a todos eles. Apesar da unidade de propósitos, cada edição do FME tem-se distinguido pela sua originalidade e qualidade, se constituindo em encontro único e inovador.

Tanto no FSM quanto no FME tem circulado, também, entre os membros do IPF, um documento chamado carinhosamente por Kathia Dudyk de *Manual de Sobrevivência*. Os Fóruns têm reunido verdadeiras multidões e se exige muita atenção em relação à alimentação, ao transporte, à saúde etc. Cada entidade ou coletivo de participantes poderia construir seu próprio “manual de sobrevivência”. Ele tem sido muito útil para nós, do IPF. Trata-se também de uma formação para a convivência coletiva, a ajuda mútua e a

tranquilidade necessária nos frequentes deslocamentos nos “territórios” dos Fóruns. São telefones úteis e endereços, com nomes de pessoas e suas responsabilidades no encontro, quem é quem, quem faz o quê. E isso tem dado certo. São lembretes, dicas e informações essenciais, inclusive para manter o “espírito” dos Fóruns, uma certa atmosfera que faz com que, participar deles, seja considerado um grande privilégio. Aprendemos coisas novas em cada um deles.

O Manual de Sobrevivência faz parte dessa nova cultura política gerada pelos Fóruns, onde o princípio da cooperação e da solidariedade é determinante. Ele faz parte dos **princípios de convivência** de qualquer projeto novo. Sabe-se que não se pode mudar o mundo de forma pacífica: há tensões. É verdade, o FME é um espaço de emoção, de alegria, de encontros fecundos, mas é também espaço de muito cansaço, de exaustão, de impaciência, equívocos e acertos. Precisamos ficar atentos para sermos coerentes com nossos princípios. Nossas ações não podem negar nossos discursos.

Trabalhamos juntos e juntas por uma mesma causa. Quando houver falhas, é preciso ouvir, escutar, buscar entender antes de condenar ou fazer cobranças duras. Quaisquer que sejam os espaços em que surgirem conflitos, caberá a cada um e a cada uma ter cuidado para buscar solucioná-los da melhor maneira possível. Somos todos e todas responsáveis. A **corresponsabilidade** é uma das grandes virtudes construídas nos encontros dos nossos Fóruns. Ela nos tem ensinado a amorosidade, a paciência, a humildade, a solidariedade, a justiça e o espírito coletivo. Por isso é que, nos Fóruns, rimos tanto, refletimos tanto, observamos tanto, vibramos tanto... e celebramos tanto nossas causas. Mudar o mundo pode dar muito trabalho, mas nos traz também enorme alegria.



Segunda Parte

Construindo uma Plataforma Mundial de Lutas

5. Caminho percorrido, caminho a percorrer

A **primeira edição** do Fórum Mundial de Educação (FME) foi realizada de 24 a 27 de outubro de 2001, em Porto Alegre, com o tema *Educação no mundo globalizado*, reunindo cerca de 15 mil participantes de sessenta países, culminando com a construção e aprovação da **Carta de Porto Alegre** que reafirmou a defesa da educação pública como direito social inalienável e irredutível à condição de mercadoria. As atividades deste encontro foram agrupadas em quatro eixos temáticos. Foram realizados 29 encontros simultâneos onde foram apresentados 786 trabalhos autogestionados. Participaram cerca de mil entidades.

No dia 24, o eixo temático I, Educação Como Direito, discutiu o papel estratégico da educação pública na construção da igualdade e justiça social, com os seguintes subtemas: *Ajuste estrutural e balanço do apartheid educacional planetário; A gestão pública do sistema educacional: macropolíticas, descentralização e autonomia em uma sociedade democrática; Educação e políticas de exclusão: a negação dos direitos da infância.*

No dia 25, o eixo temático II, Educação, Trabalho e Tecnologia, discutiu essa temática na perspectiva de uma sociedade sem exclusão, com os seguintes subtemas: As

trabalhadoras e os trabalhadores em educação, suas práticas e sua identidade diante dos desafios da contemporaneidade; Educação, tecnologia e mundo do trabalho: emprego, desemprego e políticas de formação; Universidade, produção do conhecimento e divisão internacional do trabalho.

No dia 26, o eixo temático III, Educação e Culturas, discutiu a construção da solidariedade, a identidade como direito e o respeito às diferenças, com os seguintes subtemas: *Educação, cotidiano escolar e políticas de segregação; A escola como espaço público: diferentes contextos, exigências humanas e currículo; Educação, cidadania e violência social.*

No dia 27, o eixo temático IV, Educação, Transformação e Utopias, discutiu a construção de um outro mundo possível, com os seguintes subtemas: *Educação como espaço de resistência: movimentos sociais e sindicais; As cidades como sujeitos políticos e como espaços educadores; Educação, sustentabilidade e emancipação humana.*

Bernard Charlot, da Universidade de Paris, em sua conferência, nos falou da necessidade do FME construir uma “mundialização solidária” o que implica no reconhecimento do outro na sua diferença cultural: “a escolha não é entre mundializar ou não mundializar, mas entre a globalização neoliberal atual e a mundialização-solidariedade” (apud FME, 2007, p. 47), tese reforçada por Maria Fernanda Pontífice, de São Tomé e Príncipe, que falou da urgência de instalar um “diálogo intercultural” entre os povos. Ainda nessa linha, o sociólogo Steve Stoer, da Universidade do Porto (Portugal), defendeu a necessidade da constituição de “novas cidadanias”, a partir da diversidade étnica, religiosa, cultural etc.

A educação neoliberal está formando consumidores,

não cidadãos, ocultando a dimensão humanista do processo educativo. A alternativa é firmar a educação como direito e não como serviço ou mercadoria, um direito universal ligado à condição humana, um direito que deve ser associado a outros direitos.

Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos

Os mais de 15 mil educadores, educadoras, estudantes, pesquisadores, autoridades, sindicalistas, representantes de múltiplas e diferentes forças sociais e populares, sujeitos protagonistas da história e comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos os homens e mulheres de todas as idades, orientações sexuais e pertencimentos étnicos, religiosos e culturais da Terra, como condição necessária e possível à PAZ e a melhores perspectivas de vida para a Humanidade, apresentam aos governos de todos os países e a todos os povos do Mundo as posições aprovadas durante a plenária final do Fórum Mundial de Educação.

O período em que vivemos, quando o capital, para aumentar seus ganhos a concentrações nunca vistas, leva à miséria e à guerra a grande maioria da população mundial e produz no abandono e no massacre da infância a mais cruel e desumanizadora face deste modelo de sociedade, precisa ser entendido como de ruptura.

Na atual conjuntura internacional, após o ato terrorista de 11 de setembro, por todos repudiado, ficou mais claro tanto o desequilíbrio entre o norte e o sul e o fosso crescente entre ricos e pobres quanto o perigo da violência originária dos irracionalismos que ameaçam toda forma de civilização. As forças dominantes do mundo buscam mostrar o momento presente como sendo de catástrofe mundial. Para a grande maioria dos seres humanos, no entanto, esta ruptura pode ser vista como a passagem de uma situação para outra, na qual a solidariedade, a liberdade, a igualdade e o respeito às diferenças revigoram-se como valores aliados à compreensão de que existem hoje, no mundo, forças e riquezas capazes de alimentar os famintos e de fornecer a todos condições materiais e espirituais dignas, entre as quais salienta-se a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

É neste contexto e como parte dessas forças que se reuniu o Fórum Mundial de Educação, demonstrando que o momento de passagem vem sendo construído em todos os cantos da Terra por movimentos sociais e governos comprometidos com a democracia e as causas populares, para a proposição de alternativas à excludente

globalização neoliberal, no campo e na cidade.

São muitas as frentes de luta, em várias partes do mundo – forças zapatistas, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, movimentos contra o racismo, a intolerância racial e a xenofobia – culminantes na 3ª Conferência Mundial de Durban na África do Sul, contra o neoliberalismo e pela humanidade, a Marcha pela Paz – realizada pela ONU em Perugia e Assis, a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (Attac), entre tantas. Nelas vão sendo encontradas alternativas populares e democráticas que se opõem às pressões financeiras representadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio (notoriamente o acordo geral sobre o comércio e os serviços que põe em perigo a educação pública), pelo Fundo Monetário Internacional, que dizem “reorganizar a economia do mundo”.

Neste contexto, entendemos como fundamental aprofundar a solidariedade e a organização entre os movimentos sociais, associativos, sindicais e parlamentários, promovendo encontros mundiais, em vários países e cidades. As reações ocorridas em Seattle, Davos, Cancun, Quebec e Gênova, as greves e as marchas realizadas por trabalhadores de diferentes categorias, especialmente os trabalhadores em educação e os estudantes, o Fórum Social Mundial e este Fórum Mundial da Educação indicam que, com os pés no presente, criticando o que de terrível foi e vem sendo feito contra todos os povos, homens e mulheres vão construindo, com esperança, o futuro. Por isto, é necessário repudiar a mercantilização da educação que permite aos países do norte, aproveitando sua posição dominante, atrair cérebros dos países do sul através de uma imigração seletiva. Tudo isto indica a possibilidade de ampliação das alternativas realmente solidárias, populares e democráticas, entre elas as relativas à escola pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis.

Neste sentido, entendemos que a luta contra a globalização neoliberal exige que afirmemos as soluções já existentes e que busquemos novas oportunidades de atuação nos âmbitos local, regional, nacional e mundial.

Serão bem-vindas à luta e à concretização de tais alternativas todas as forças, organizações e setores que entendam a necessidade de uma radical mudança nas propostas econômicas em escala mundial, bem como nas políticas públicas nacionais e locais, para permitir a igualitária distribuição das riquezas, a sustentabilidade meio-ambiental e o amplo acesso por todos dos bens culturais comuns, entre os quais todos os tipos de educação, mediatizados por valores de solidariedade, de liberdade e de reconhecimento das diferenças para a superação dos fatores que criam hierarquias

entre os seres humanos. A constituição de um projeto societário, em oposição ao modelo de globalização neoliberal, exige a incorporação de crescentes forças a esta luta apenas começada e o combate a todos os fundamentalismos.

Estamos irmanados pelo entendimento de que, quaisquer que sejam suas crenças, modos de viver, gostos, sentimentos, diferenças em termos de necessidades educativas especiais, o ser humano é sempre um sujeito de direitos. A educação, condição necessária para o diálogo e a PAZ, tem um papel importante nessa luta, na medida em que os tão diversos e sempre coletivos espaços, nos quais ela se dá, são lugares de discussão, vivência e convivência. A escola pública, nesse processo, transforma-se e se revivifica como espaço/tempo de possibilidades para encontros de homens e de mulheres de todas as idades. Assim, ao contrário da afirmação das forças do capital, de que a escola pública já está superada, reafirmamos sua potência e permanente movimento na reinvenção do cotidiano de nossas sociedades e na sua própria transformação, como resultado do protagonismo dos excluídos.

A conquista do poder político em cada situação concreta, nacional e local, é também uma das frentes de luta, já que a globalização do capital sempre precisou de governos nacionais, regionais e locais capazes de executar seus planos e fazer valer sua força. A criação de alternativas às propostas neoliberais vem sendo construída com governos populares e democráticos, tecidos com dificuldades e que se configuram como possibilidade crescente.

A luta por mudanças no mundo do trabalho, na perspectiva de uma profissionalização sustentável, com acesso de todos à evolução científico-tecnológica, precisa ser acompanhada de garantias dos direitos sociais para os trabalhadores e trabalhadoras e de reconhecimento universal da certificação profissional. Essa luta mantém relação estreita com as tantas mudanças antes indicadas, exigindo, assim, a ampliação do conhecimento humanista, técnico-científico, ético e estético e a incorporação real do direito às diferenças, para que possamos nos compreender, nos aproximar e superar hierarquias entre seres humanos, dadas por gênero, idade ou pertencimentos étnicos, raciais, religiosos, culturais e políticos. Os trabalhadores/trabalhadoras da educação têm, com relação a isso, histórias para contar sobre seus esforços comuns e buscam crescentemente participar, com os múltiplos movimentos sociais, na tessitura de um mundo mais justo e pacífico, afirmando a importância de seu trabalho para a primeira infância, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos.

Este Fórum Mundial de Educação soma-se às discussões realizadas nos diversos fóruns de Educação que aconteceram na última

década, em escala mundial, identificados com o ideário expresso neste documento, indicando-as como eixos prioritários para o Fórum Social Mundial/2002.

O Fórum Mundial de Educação apresenta-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais para confirmar a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, nunca reduzida à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa.

Porto Alegre (Brasil), 27 de outubro de 2001.

É importante destacar, nesta primeira Carta do FME, que os participantes conceberam o “período em que vivemos” como um período de “ruptura”, entendendo que esta ruptura “pode ser vista como a passagem de uma situação para outra, na qual a solidariedade, a liberdade, a igualdade e o respeito às diferenças revigoram-se como valores aliados à compreensão de que existem hoje, no mundo, forças e riquezas capazes de alimentar os famintos e de fornecer a todos condições materiais e espirituais dignas, entre as quais salienta-se a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada”. Em seu último parágrafo, a **Carta de Porto Alegre** já indicava o caminho que o FME iria percorrer: O FME “apresenta-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais para confirmar a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, nunca reduzida à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa”.

Em janeiro de 2003, na **segunda edição** do FME, em Porto Alegre, nos dias 19 a 22, precedendo o encontro do FSM, um grande passo foi dado na luta por uma outra

educação possível: o FME se constitui em movimento em torno de uma causa comum: a construção de uma **plataforma mundial** em favor do direito à educação. O tema desta edição – *Educação e transformação: a educação na construção de um outro mundo possível* – foi debatido em 41 encontros simultâneos onde foram inscritos oitocentos trabalhos autogestionados. Esta edição do FME reuniu cerca de 15 mil pessoas de cem países, organizados em 1,5 mil entidades e organizações, culminando com a aprovação da **Declaração de Porto Alegre**.

A abertura do II FME foi marcada pela denúncia das políticas do Banco Mundial e de outros organismos mundiais. Pela primeira vez, um ministro da Educação do Brasil (01/01/2003 a 27/01/2004), Cristóvam Buarque, participava do FME, demonstrando a importância e a legitimidade desse novo espaço político-educacional. Nessa ocasião, foi feita uma homenagem ao sociólogo francês Pierre Bourdieu.

A conferência de abertura do FME tratou do tema *A educação como direito*. O sociólogo luso-britânico Steve Stoer, professor da Universidade do Porto, afirmou que o modelo da escola democrática da Revolução Francesa “vem sendo cada vez mais refreado pelo modelo hegemônico da escola meritocrática” e que há uma tensão entre esses dois modelos, principalmente porque “não há lugar para todos no mercado de trabalho capitalista”. A escola, segundo ele, “não apenas reproduz a desigualdade, mas produz ativamente mais exclusão social”.

Na mesma conferência de abertura, o jornalista Bernard Cassen, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, concordou com essa posição e complementou: nesse modelo, “a educação visa à empregabilidade, ou seja, deve se preocupar em formar indivíduos que possam ser empregados no mercado”, o que é “incompatível com a visão da educação

como processo de emancipação, de formação de cidadãos”. Nessas condições, concluiu Bernard Cassen, *“a escola é considerada como uma empresa formadora de mão-de-obra para outras empresas e, como empresas, as escolas passam a concorrer entre si, em condições extremamente desiguais, tratando o conhecimento como uma mercadoria. Nessa escola os professores também passam a trabalhar num regime de concorrência”*.

Agostinho dos Reis Monteiro, da Universidade de Lisboa, sustentou que os direitos são as “armas” mais legítimas, pacíficas e universais que os seres humanos têm hoje à sua disposição para as lutas pela sua emancipação. São poderes conquistados ou a conquistar em algumas partes do mundo, mas que já se encontram consagrados no Direito Internacional que obrigam o Estado, mas que ele só cumpre se for pressionado. Os direitos são um arsenal jurídico ainda pouco utilizado.

A partir da segunda edição, o FME articulou-se definitivamente com o processo do FSM. Como disse a jornalista Stela Rosa (apud FME, 2007, p. 68), a grande quantidade de entidades da sociedade civil que participaram deste Fórum foi a sua “mola propulsora”: “uma das características que se tornou evidente é que o FME estava integrando não só instituições diretamente ligadas à educação, mas também as que atuavam na área do meio ambiente, direitos humanos, trabalho e geração de renda, desenvolvimento econômico e saúde, que passavam a compor o Comitê Organizador”. Isso já se refletiu na declaração final desta edição.

Declaração de Porto Alegre

PREÂMBULO

A segunda edição do Fórum Mundial de Educação, realizada em Porto Alegre (RS), Brasil, às vésperas do Fórum Social Mundial, reunindo um número de educadoras, educadores e estudantes superior a 15 mil pessoas, representando mais de 100 países, de todos os continentes, comprova a expansão e a vitalidade do movimento social que defende a educação pública, laica e gratuita de qualidade para todas as mulheres e homens do Planeta.

Um ano após a realização do primeiro Fórum Mundial de Educação, neste segundo momento de organização coletiva de nossa reflexão sobre os limites e as potencialidades, sobre os recuos e os avanços, sobre as dificuldades e as vitórias de uma educação libertadora e inclusiva, capaz de promover a cidadania ativa, intermulticultural e planetária, retomamos a análise crítica do contexto dominado pela hegemonia do projeto neoconservador e neoliberal e ratificamos nossos compromissos com os princípios, diretrizes e propostas da **Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos**, proclamada na primeira edição do Fórum Mundial de Educação e agora incorporada a esta Declaração.

Reafirmamos nosso repúdio à mercantilização da educação implementada pelos organismos internacionais e pelos acordos de livre comércio e a toda e qualquer forma de discriminação, a toda e qualquer ação unilateral de força que, neste contexto internacional de cultura da guerra e da violência, ratificando, portanto, nosso compromisso incondicional com a cultura da paz e da solidariedade, que é a ambiência adequada à construção da liberdade, da igualdade, do respeito às diferenças.

Entendemos que os princípios, as diretrizes e os rumos apontados naquele documento continuam sendo referências obrigatórias para quem quer que esteja comprometido com a luta pela universalização da educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Entendemos, também, que precisamos avançar em nossos propósitos, dando consequência prática aos compromissos assumidos.

Como nossas proclamações anteriores têm sido construídas a partir de elaborações coletivas, o princípio da socialização do processo de tomada de decisões, cada vez mais ampliado, deve continuar sendo um parâmetro obrigatório para a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos educacionais, que propomos como estratégia de avanço nesta caminhada inclusiva de todos os homens e mulheres da Terra. Portanto, o **Plano de Ação**, que enxergamos como necessário no horizonte, não pode

nascer de um pequeno grupo de cientistas e pedagogos, nem, muito menos, de uma minoria de detentores do poder, mas do conjunto dos diversos segmentos sociais mobilizados e organizados.

DECLARAÇÃO

Além dos princípios e diretrizes já assumidos na Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para Todos, proclamamos os seguintes compromissos:

I – Estabelecer, como utopia pedagógica, a **Escola Cidadã**, dever do Estado, sob controle social, construída por todos e todas, constituindo-se de um currículo intermulticultural – portanto, não indiferente às diferenças – potencializadora de vivências democráticas, com processos de avaliação emancipadora e produtora de conhecimentos que preparem todos os seres humanos para o protagonismo ativo, nos contextos específicos de seus respectivos processos civilizatórios. Fazem parte desta utopia o desenvolvimento e o apoio a todas as formas de movimentos pela **Educação Popular** – propulsora do processo de transformação política, econômica e cultural da sociedade.

II – Garantir a oferta de Educação Infantil às crianças de zero a seis anos, de modo a permitir o seu pleno desenvolvimento.

III – Universalizar a educação básica para todos os habitantes da Terra em idade escolar, para os que a ela não tiveram acesso na idade própria e para os que dela foram expulsos, assegurando sua formação para o exercício da cidadania plena.

IV – Assegurar a educação secundária para todos os concluintes da educação primária, como parte constitutiva da formação básica a que todos os cidadãos e cidadãs têm direito.

V – Fundamentar e estruturar a educação tecnológica em uma formação geral de qualidade, capaz de propiciar a participação de todos e todas no mundo do trabalho, numa perspectiva emancipatória.

VI – Garantir o direito, o acesso e a qualidade social da educação superior, nas suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a todos e todas que a demandarem.

VII – Condenar a apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico como mera acumulação econômica que se baseia na espoliação humana, já que seus autores o geraram graças à conjugação de esforços coletivos, constituindo patrimônio da humanidade.

VIII – Ofertar educação especial, de modo a garantir, aos portadores de necessidades especiais e em situação de risco, a prioridade de atendimento.

IX – Garantir, prioritariamente, aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizados do mundo, o usufruto da riqueza

socialmente produzida, de forma a compensar a dívida que lhes foi imposta à revelia de suas aspirações, projeções, ideais e direitos.

X – Garantir os direitos trabalhistas e sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e o exercício da liberdade de expressão em todos os níveis e modalidades de ensino.

XI – Fortalecer a luta para transformar as comunidades rurais e urbanas em espaços pedagógicos e construir a **Cidade Educadora**, reestruturando e mobilizando todos os seus recursos, em todos os seus setores e instâncias.

Assim, orientadas e orientados por essas referências epistemológicas, políticas e éticas, declaramos nosso compromisso com o esforço de mobilização e organização de todos os segmentos das sociedades a que pertencemos, no sentido de elaborar uma Plataforma Mundial de Educação, que contenha princípios e diretrizes, metas e objetivos, estratégias de implementação e de potencialização de recursos, cronograma e avaliação periódica, de modo a permitir políticas, planos, programas e projetos educacionais, em todos os níveis de ensino, para todos os povos da Terra.

A Plataforma deverá favorecer a mobilização, a participação social e a construção democrática de propostas elaboradas pelas diversas formas de organização da sociedade. Sua consolidação dar-se-á em patamares sucessivos e ampliados, do nível local até o nacional, sendo aprovada pelas instâncias de representação envolvidas no processo, garantindo a descentralização e universalização das decisões.

A Plataforma Mundial de Educação será formulada e proposta em Fóruns constituídos em cada um dos países que participaram das duas edições do Fórum Mundial de Educação, bem como em outros que vierem a aderir a este movimento. Sua consolidação será iniciada no III Fórum Mundial de Educação e sua finalidade é construir a educação para um outro mundo possível.

Porto Alegre, 22 de janeiro de 2003.

O tema geral da **terceira edição** do FME, realizado em Porto Alegre, de 28 a 31 de julho de 2004, foi *A educação para um outro mundo possível: construindo uma plataforma de lutas*. Participaram cerca de 22 mil pessoas de 47 países, com três grandes conferências, cinco debates temáticos, um painel internacional e 75 atividades autogestionadas. Ao todo, 19 temas foram debatidos em Porto

Alegre: Acessibilidade urbana e cidadania; Meio Ambiente; Cidades Educadoras; Gênero; Religiosidade; Etnias; Ações educativas para a paz; Trabalho, profissionalização e geração de renda; Educação no campo; O papel da universidade; Novas tecnologias; Arte e cultura; Gestão democrática; Ações educativas em espaços não-formais: Governos, sindicatos e movimentos sociais; Inclusão educacional, Currículo e diferença; Mídia e educação; Ética e educação; Educação indígena; Estudos culturais e educação.

Na **abertura** do III FME, István Mészáros, Pablo Gentili e Ricardo Antunes defenderam a possibilidade de uma educação emancipadora como direito e apontaram para a necessidade de politização do tema da educação. O filósofo István Mészáros, autor do livro *Para além do capital*, afirmou que essa politização “envolve uma reflexão mais ampla sobre o atual modelo político e econômico que transformou a busca incessante pelo lucro e as chamadas leis do mercado em princípios orientadores e reguladores de praticamente todas as esferas da vida humana, incluindo aí a educação”. Ele defendeu uma prática de educação que vá além do capital, que “deve andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo político-econômico global”, pois é um modelo “onde quanto mais uma sociedade produz, desperdiça e gera lixo, mais ela é considerada avançada”.

Pablo Gentili, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, observou que a produção de riqueza está sempre associada à produção de miséria e que “é preciso repensar o próprio espaço da educação como um espaço de luta, dentro e fora da escola, recuperando o seu caráter político mais profundo”. A miséria não é uma patologia, mas uma consequência lógica do modo de acumulação capitalista.

O sociólogo Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas, encerrou a abertura no Gigantinho, afirmando que o sentido da educação “não é qualificar para o mercado, é qualificar para uma vida com sentido” e que “superar o fosso entre o *homo faber* e o *homo sapiens* significa resgatar o sentido estruturante do trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”.

Gostaria de fazer alguns destaques das **três grandes conferências**.

Numa delas, José Clóvis de Azevedo, ex-reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, debateu o projeto da *Escola Cidadã* frente ao projeto político-pedagógico neoliberal, sustentando que os educadores devem voltar a discutir as questões macroeconômicas e macropolíticas que atravessam a atual realidade da educação. Segundo ele, “há uma transformação conservadora em curso na educação que deve ser melhor avaliada pelos educadores”. Essa transformação estaria dando origem a um novo tipo de escola que ele chamou de “mercoescola”, voltada fundamentalmente para atender aos interesses do mercado que prega os valores do consumismo, que “privatiza a alma dos educadores e dos estudantes”, que transforma direitos em serviços privados e transfere os métodos organizacionais das empresas para as escolas.

Para Michael Apple, da Universidade de Wisconsin, o professor precisa recusar essa ofensiva conservadora na educação, presente, sobretudo, nos currículos. A direita vem se apropriando de expressões e palavras que sempre estiveram com a esquerda, como democracia, participação, solidariedade, autonomia etc. A direita ressignifica essas palavras e as esvazia do seu sentido transformador. Nós precisamos retomar essas palavras e reafirmar o seu

conteúdo original e não renunciar a nossas bandeiras históricas só porque a direita se apropriou delas.

Por outro lado, advertindo sobre as armadilhas neoliberais, o educador popular Oscar Jara, da Ong Alforja, da Costa Rica, afirmou que a ideia de “educar para a mudança” é problemática. Num sentido emancipatório, devemos educar para mudar, para transformar e não para nos adaptar à mudança: “a educação não deve ser vista como um instrumento, mas como um permanente processo criativo de transformação”.

O **painel internacional**, coordenado por Maria da Graça Nóbrega Bollmann, diretora da Associação de Educadores Latino-Americanos e do Caribe-Brasil (Aelac-Brasil), reuniu representantes de dezenas de países e movimentos sociais, apresentando a contribuição dos diversos fóruns para a construção da Plataforma Mundial de Educação. Na mesa, estavam brasileiros, uruguaios, cubanos, colombianos, franceses, espanhóis, americanos, portugueses e argentinos, membros de organizações como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Associação de Educadores Latino-Americanos e do Caribe, o Instituto Paulo Freire, o Fórum Mundial de Educação Criança e representantes de todos os demais fóruns de educação preparatórios para este grande encontro. O centro da discussão foi a Plataforma Mundial de Educação.

Uma das novidades desta edição do Fórum foi a integração de estudantes da rede municipal de educação de Porto Alegre na cobertura jornalística do encontro, como uma grande atividade pedagógica. Foram mais de cem alunos, entre 8 e 15 anos, de 27 escolas. Esses jornalistas iniciantes, depois de passarem por uma preparação, atuaram na divulgação do Fórum por meio de rádio comunitária,

jornal impresso, radioweb, fotografia, vídeo e Internet. Um dos que atuou nesse projeto foi o jornalista Viliano Fassini. O testemunho dele é eloquente: “o FME é o resultado de todos os que participam dele. É um processo que tem sua importância justamente pelos processos coletivos que resultam em um encontro. A importância está justamente nas etapas que cada um ou cada grupo percorre e que se encontram ali. Todos, depois do FME, retornam às suas cidades verdadeiramente enriquecidos, criativos e com novas formas de ver a educação. Todo e qualquer tipo de intercâmbio que se promove ou manifestação por educação é importante, pois só por meio dela é que, talvez, se mudará o mundo” (apud FME, 2007, p. 109).

O documento final desta III edição do FME aponta princípios e determina uma agenda de lutas pelo direito à educação, que passa, principalmente, pela defesa do ensino público e rechaça qualquer iniciativa de mercantilização deste direito. Da terceira edição do FME saiu um documento conceitual e estratégico com **proposições** políticas claras contra o processo de privatização do ensino, que passam pela defesa intransigente da educação pública em todos os níveis e a obrigação intransferível do Estado de garanti-la.

As propostas para a plataforma do FME foram construídas a partir de 1.650 pôsteres de 3.800 autores e autoras, valorizando a contribuição daqueles que vivem a educação em sua prática diária. Defensores ardorosos desta ideia, Francisco Rodrigues e Andréa Krug, da Secretaria Executiva da terceira edição do FME, argumentavam que, em muitos encontros, os pôsteres eram desvalorizados porque se privilegiava o discurso acadêmico e não a prática. Os pôsteres possibilitam a troca de experiências

e ideias, bem como um excelente e privilegiado contato pessoal¹².

A metodologia do pôster precisa ser mais valorizada nos nossos Fóruns, ocupando espaço e tempos mais apropriados. Eles são instrumentos de democratização da palavra, permitem o acesso do estudante e de muitos professores e professoras que, sem esse instrumento, não teriam voz. O documento final desta edição foi chamado de **Construindo uma Plataforma Mundial de Lutas**.

Construindo uma Plataforma Mundial de Lutas

O Fórum Mundial de Educação está organicamente articulado com o Fórum Social Mundial, porque para outro mundo possível uma outra educação é necessária.

Os princípios, objetivos e metodologias dessa outra educação vêm sendo construídos em vários encontros e expressos em Carta de Porto Alegre 2001 e 2003, Declaração de Quebec 2001, Declaração de São Paulo 2004 e Declaração do IV Congresso da Internacional da Educação 2004 entre outros. Chegou a hora de avançar na luta mundial em favor do direito universal à educação.

Afirma-se o direito universal a uma educação emancipatória.

Afirma-se o pleno e inalienável direito à educação pública, gratuita, de qualidade social para todos(as).

Exige-se a garantia de acesso e permanência, e o direito de aprender na escola.

Exige-se a democratização dos conhecimentos e saberes em benefício de toda a Humanidade.

Rechaça-se qualquer forma de privatização e mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia.

Condena-se a apropriação ilegítima dos saberes populares e dos conhecimentos das comunidades nativas.

Reafirma-se a centralidade da educação para os direitos humanos, a justiça e a paz.

A terceira edição do Fórum Mundial de Educação adota e enfatiza os seguintes princípios:

1. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida.
2. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania.
3. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos.

4. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma educação pública emancipatória, em todos os níveis e modalidades.

Diante disso, propõe a seguinte **agenda de lutas**:

1. Defender, intransigentemente, a educação pública em todos os âmbitos e a obrigação intransferível do Estado de garanti-la.
2. Articular um movimento mundial em defesa e promoção da educação pública e gratuita em todos os níveis e modalidades.
3. Rechaçar qualquer acordo nacional e internacional que promova a mercantilização da educação, conhecimento, ciência e tecnologia, particularmente o relativo ao comércio e serviços da OMC.
4. Recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a dismantelar os serviços públicos.
5. Rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais no sistema educativo público.
6. Promover ações que reconheçam as singularidades dos sujeitos e comunidades, e garantam a igualdade de acesso à educação, considerando a diversidade de gênero, de etnia e de cultura, e considerando a potencialidade educacional dos espaços não escolares.
7. Exigir a igualdade de gênero no acesso à educação e aos espaços de decisão de políticas públicas.
8. Promover ações contra o racismo e as diferenças de classe social.
9. Apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo, pela inclusão educacional da população mais excluída e contra a exploração do trabalho infantil.
10. Articular-se com o Fórum Social Mundial e outros fóruns de luta para garantir que as experiências, qualificações e saberes dos trabalhadores sejam respeitados.
11. Exigir dos governos a valorização dos trabalhadores(as) da educação, o respeito aos seus direitos profissionais e a garantia de

12. Destaco a manifestação da expositora de um desses pôsteres, Elvira Ciancia, professora de Buenos Aires, em depoimento colhido pela jornalista Stela Rosa: “Apresentamos um pôster. Foi uma experiência muito forte, porque era a primeira vez que assistia a um encontro multitudinário e com tanto compromisso pelo social. Impactou-me a grande participação, o entusiasmo e a vontade de melhorar, que havia em todos ali presentes”. (apud FME, 2007, p. 281).

condições dignas de trabalho.

12. Defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.

13. Exigir a democratização da gestão das instituições públicas e das políticas sociais, em especial as educacionais, relacionando-as a políticas intersectoriais que as complementam, fortalecendo as comunidades educativas.

14. Promover o controle social do financiamento da educação.

15. Fortalecer as mobilizações mundiais e educação para uma cultura de justiça e paz, solidariedade e sustentabilidade no mundo.

16. Incentivar o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens, reconhecendo todas as suas identidades sociais como participantes da construção do conhecimento.

Porto Alegre, 31 de julho de 2004.

O Conselho Internacional do FME, reunido em Porto Alegre, no final de janeiro de 2005, durante a realização do FSM, decidiu promover edições temáticas para promover a expansão mundial e enraizar localmente a sua missão. Assim, seguindo os passos do FSM, a **quarta edição** do FME foi *policêntrica*, realizada em Caracas (Venezuela), Bamako (Mali) e em Karachi (Paquistão).

Inicialmente, havia uma forte pressão para manter todas as edições do FME em Porto Alegre, mas o CI entendia, ao contrário, que o FME precisava acompanhar o FSM, inserindo-se cada vez mais nele, sem ser dele, “reunindo a totalidade dos atores sociais, independentemente de sua área profissional”, como sustentava Louis Weber, membro do CI e então presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação da França. (apud FME, 2007, p. 239).

Se o FME ficasse limitado a Porto Alegre perderia sua força. Salete Valesan Camba, diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire e integrante da Secretaria Executiva do FME, mesmo reconhecendo, no Rio Grande do Sul, uma “história emancipadora”, sustentou que a decisão

de “mundializar” foi crucial: “naquele momento, foi possível perceber o quanto da nossa cultura individualista e do nosso pensamento fragmentado precisa ser superado para conseguir pensar em um processo mundial, rompendo com a barreira do nosso jeito de organizar, de direcionar, seja no foco sindical, no do movimento ou do governo.” (apud FME, 2007, p. 141). O objetivo dessa decisão era consolidar uma rede de mobilização mundial, envolvendo o maior número de pessoas possível. Para isso, seria preciso descentralizar o FME e promover Fóruns regionais, nacionais, locais e temáticos. A estratégia deu certo.

A edição de Caracas e a de Bamako foram realizadas simultaneamente no final de janeiro de 2006. Por problemas de segurança, devido às grandes enchentes ocorridas no início de 2006, em Karachi, o encontro foi realizado quatro meses depois, sem atividades organizadas pelo FME. Um grande número de atividades do FME ocorreu no Fórum de Caracas, de 23 a 29 de janeiro, com o tema geral *A integração americana e a luta por um projeto educativo emancipador*. Mais de seis mil pessoas participaram das atividades que aconteceram na Universidade Bolivariana da Venezuela.

Esse Fórum teve um significado especial pela importância que a educação tem no projeto político bolivariano. A quarta edição do FME mostrou a experiência venezuelana, principalmente no combate ao analfabetismo que ocorre na Venezuela por meio de “missões sociais”. Em dois anos, 1,5 milhão de pessoas foram inseridas no processo de alfabetização com base no programa cubano *Yo, si puedo*. Cerca de 135 mil voluntários e voluntárias já participaram dessa iniciativa. Trina Aracelis Manrique, da Sociedade Venezuelana de Educação Comparada e integrante

do Comitê Organizador desta edição do FME, afirmou que “todos os projetos sociais estão se desenvolvendo a partir da escola”. Para garantir o acesso à universidade, a Venezuela pôs em prática um projeto de municipalização do ensino superior, colocando a universidade perto do local de moradia da população e combatendo o elitismo.

A decisão de fazer a quarta edição do FME policêntrica nos permitiu expandir o processo no mundo, buscando a **mundialização** do Fórum e, conseqüentemente, uma participação muito maior e mais democrática. Decidiu-se, inicialmente, que a edição policêntrica teria como tema geral *A educação como bem público: a luta pelo direito à educação em um mundo globalizado*, adequando-se a cada realidade.

Em Caracas, foi aprovada a proposta de considerar a terceira semana do mês de novembro como uma “Semana Mundial em Defesa do Direito à Educação”, com mobilizações em todos os continentes. Este encontro culminou com um documento final.

Declaração de Caracas

O IV Fórum Mundial de Educação que aconteceu em Caracas-Venezuela, nos dias 23 e 24 de janeiro de 2006, e que precedeu o Fórum Social Mundial, concentrou um significativo número de professores, professoras, estudantes e comunidade, atraídos pela idéia de articulação, em intercâmbio e democratização dos saberes e experiências, com o intuito de construir espaços para a criação coletiva de uma plataforma de luta em defesa dos elementos centrais da educação, tais como: seu caráter público, gratuito, laico, obrigatório e de qualidade, e que também, promova a cultura de paz. Consideramos que estes aspectos devem ter um apoio fundamental dos Estados verdadeiramente democráticos.

Neste sentido, reafirmamos que sendo o Fórum Mundial de Educação uma rede permanente de mobilização para promover e defender o direito universal à educação, se realiza neste contexto de uma etapa histórica na América Latina, reconhecendo as problemáticas, tensões e lutas desenvolvidas no plano educativo em nível planetário, caracterizado este contexto, pelo avanço dos processos de

lutas populares que abriram caminho para o surgimento de governos que, com diferentes características, tentam sair da situação de subordinação absoluta às políticas neoliberais aplicadas na década de 90.

O Fórum Mundial de Educação, em seu processo vem se constituindo em um espaço e um momento particular de articulação. Espaço plural de debate e construção sócio-pedagógica, que nesta conjuntura histórica mundial há de aperfeiçoar reflexões e ações contra o imperialismo econômico, que evidentemente é o principal inimigo da Educação pública, gratuita, laica, participativa e de qualidade. As redes de setores organizados, que no âmbito educativo vem se construindo históricos e diversos enfrentamentos às expressões materiais de bárbaras (Adorno) concepções em torno do Ser e ao Dever Ser da educação em geral e sua materialização escolar em particular, encontram, neste Fórum, mais um movimento por uma Educação alternativa ao modelo mercantil. Desde sua primeira edição, o Fórum Mundial de Educação pode falar de alcances específicos dos processos de articulação desenvolvidos.

Neste caminho devemos **reafirmar**:

- Que a educação constitui um direito social indeclinável, concepção que se contrapõe em termos absolutos às políticas neoliberais que pretendem transformá-la em uma mercadoria.
- Que, portanto, constitui uma responsabilidade indelegável do Estado garantir a educação pública de qualidade em todos seus níveis e modalidades, fundamentada na pluralidade do pensamento, para desenvolver o potencial criativo do ser humano, como único caminho para frear e reverter as políticas privatizadoras que se aprofundaram na década passada.
- Que também a educação, na sua perspectiva valórica, se impõe a refletir e desenvolver o valor ético ao trabalho como um aspecto inevitável de nossa constituição antropológica e, o reconhecimento disto leva a um sentido social da participação ativa, consciente e solidária.
- Que a educação forme para a participação democrática, participativa e protagonista, reconhecendo a diversidade sociocultural, sociopolítica e socioeconômica dos povos, como elementos constitutivos da construção histórica da igualdade e justiça social.
- Que se reconheça o papel que tem a educação como veículo fundamental para alcançar os valores da cultura, sua diversidade, modos de vida e povos.
- Que, em conseqüência, é inadmissível a inclusão da educação nos chamados Tratados de Livre Comércio e/ou serviços (Gats, Alca etc.).
- Que se torna indispensável o protagonismo do movimento social, como eixo convocante dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, para que estas políticas possam se consolidar e,

simultaneamente, abrir caminho para as propostas que comecem a concretizar um novo modelo de educação pública de conteúdo popular, que garanta plenamente os direitos dos principais sujeitos comprometidos com a prática educativa; que se torna indispensável aos alunos e alunas terem condições adequadas para um aprendizado para a vida e para a liberdade plena e aos educadores e educadoras, terem as condições trabalhistas, salariais e de formação que permitam o pleno exercício de seu trabalho.

Frente ao desafio que implica a luta por este novo modelo educativo que responda aos interesses de seus verdadeiros sujeitos, entendemos necessário priorizar algumas **medidas de alto impacto simbólico** e estruturais, tais como:

1. Lutar para aumentar as propostas educativas no marco da definição de novos modelos de financiamento que tenham como referência mínima de investimento, em termos do PIB, os padrões da Unesco.
2. Trabalhar para mudanças estruturais através da sanção de novas leis que substituam as que deram formato ao modelo neoliberal, para consolidar a ampliação dos direitos dos alunos(as) e docentes e para definir os novos rumos das políticas educacionais no processo de avanço frente à construção de maiores margens de autonomia, democratização e justiça social em uma América Latina, que consolide os laços de unidade e a construção de sua própria identidade.
3. Vincular a luta do educativo ao político, social, cultural e econômico.
4. Valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento humano e como oportunidade de aprendizagem.
5. Incorporar como contexto do saber do FME, as idéias libertárias fundamentadas em uma pedagogia crítica para a liberdade e apoiada no amplo tecido social de coletivos, redes, associações, movimentos, que permitam sua intervenção em todos os processos educativos.

No sentido das considerações anteriormente mencionadas, nos vemos na urgência de propor uma plataforma de luta coletivamente construída e impulsionada no marco de uma nova cultura política, que reivindique a educação como um dos espaços para a construção da cidadania. Sendo assim, **declaramos**:

1. Promover em âmbito mundial campanhas de difusão e mobilização usando a consigna do “trocar dívida externa por educação”.
2. Articular as agendas de lutas de todos os movimentos e organizações sócio-educativas no processo do Fórum Mundial de Educação.
3. Promover a regulamentação do setor privado de educação para que não seja considerada mercadoria.
4. Decretar a terceira semana do mês de novembro como “Semana mundial pela defesa da educação e o estabelecimento da escola pública”.

Caracas, 24 de janeiro de 2006.

A **quinta edição** do FME teve lugar em Nairobi (Quênia), em janeiro de 2007, onde foi aprovada a **Plataforma Mundial de Educação**. Nesta edição, decidiu-se que na sexta edição seriam debatidos e escolhidos os temas para a realização de edições temáticas e que a edição mundial seria centrada na articulação de **alianças**, aprofundamento da **estratégia** e desdobramentos de sua Plataforma. As edições mundiais não teriam um tema específico, mas seriam mais centradas nas atividades autogestionadas e nas atividades de organização e promoção do FME propostas pelo CI.

A plataforma foi construída por meio de um processo de participação, criado por Fóruns de discussão, de trabalho coletivo. É um documento curto, uma página, um fio condutor de princípios e de propostas de ação, lutas prioritárias. Um documento mobilizador com o intuito de articular, vincular e organizar pessoas e movimentos em torno dessas lutas, recuperando a ideia do **internacionalismo das lutas pedagógicas**. Ele não tem o caráter de um documento definitivo.

Por isso, trata-se de um documento amplo a ser desdobrado em “planos de ação sobre pontos específicos” em Fóruns futuros, que tratarão de estabelecer, coletivamente, em alianças e parcerias, os meios para alcançar seus fins. Os **Grupos de Trabalho** de cada uma das cinco “ações coletivas permanentes” se encarregarão de indicar os caminhos a seguir para “manter viva a agenda programática do FME”.

Plataforma Mundial de Educação

O Fórum Mundial da Educação (FME) nasceu no interior do Fórum Social Mundial, adotando sua Carta de Princípios, com a missão de priorizar a educação na construção de um outro mundo possível. Nos seus sete anos de existência, o FME construiu um espaço próprio no campo das lutas pela educação, associando o pedagógico ao social, ao ambiental e ao cultural, resgatando a memória histórica da luta pela educação, realizando numerosos encontros e constituindo-se numa rede de pessoas, instituições e organizações articuladas em função de um calendário mundial de **ações coletivas planetárias** por uma alternativa ao projeto neoliberal, que inclui:

1. Lutar pela **universalização do direito à educação pública** com todas e todos os habitantes do planeta, como direito social e humano de aprender, indissociável de outros direitos, e como dever do Estado, vinculando a luta pela educação à agenda de lutas de todos os movimentos e organismos envolvidos na construção do processo do FME e do FSM;
2. Difundir uma **concepção emancipadora** da educação, que respeita e convive com a diferença e a semelhança, popular e democrática, centrada na vida, associada à cultura da justiça, da paz e da sustentabilidade no mundo;
3. Garantir o acesso à educação e o uso da **riqueza socialmente produzida**, com prioridade aos oprimidos, silenciados, explorados e marginalizados do mundo;
4. Promover o controle social do **financiamento da educação** e a desmercantilização da educação;
5. Exigir dos governos e organismos internacionais o **cumprimento da prioridade** que dão à educação em suas declarações, mas não em sua prática.

A presente plataforma é resultado das discussões ocorridas em numerosos Fóruns locais, temáticos e nacionais que indicaram pontos comuns aqui sintetizados e aprovados no V FME realizado em Nairobi de 20 a 25 de janeiro de 2007.

Entendemos que não bastam declarações gerais. É preciso formular plataformas simples que podem ser desdobradas em planos de ação sobre pontos específicos. O importante é garantir o foco e não assumir compromissos e metas novas enquanto não forem alcançadas as já definidas. Nossa plataforma estabelece pontos precisos de atuação, facilitando a mobilização e a participação cidadã em nível local e mundial.

Adotamos como estratégia a criação de um Grupo de Trabalho

para cada um dos pontos desta plataforma para manter viva a agenda programática do FME e fortalecê-lo como movimento mundial pela **cidadania planetária**. Como **método de trabalho** buscaremos cruzar nossa plataforma com a agenda de lutas da Via Campesina, da Via Urbana, da Campanha Global pela Educação, do Movimento de Educação de Jovens e de Adultos, do Movimento de Mulheres, do Movimento Ambiental, do Software Livre, da Economia Solidária, da Universidade Popular dos Movimentos sociais, do Movimento pelos Direitos Humanos e outros. Alcançar o objetivo proposto depende de constante mobilização e articulação com outros movimentos. Adotamos a terceira semana de novembro como período de mobilização mundial pelo direito à educação e convidamos todas as pessoas e instituições que desejam se associar a essa plataforma que o façam por meio de nosso campus virtual www.forummundialeducacao.org, onde se encontra um *Mural de propostas* e alternativas concretas pela construção da educação por um outro mundo possível.

Nairobi (Quênia), 22 de janeiro de 2007.

A **sexta edição** foi realizada em **Belém**, capital do Estado do Pará, Brasil, porta de entrada da Amazônia, nos dias 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, com a participação de mais de dez mil pessoas, realizando suas atividades autogestionadas dentro do FSM, para fortalecer ambos os Fóruns. Depois de oito anos de caminhada, é natural que o FME esteja se concentrando na avaliação de seus avanços para articular suas lutas comuns. Os Fóruns Mundiais de Educação Temáticos apontaram os temas mais sentidos pelas regiões. Está na hora de juntar todos esses temas e transformá-los em eixos temáticos do trabalho do FME. Em Belém, o FME não teve uma temática específica. Foi um encontro de todas as temáticas desenvolvidas no marco dos Fóruns anteriores: 1. *Educação, desenvolvimento e economia solidária*; 2. *Educação cidadã e ética planetária: inclusão e diversidade*; 3. *Educação, direitos humanos, cooperação e cultura de paz*; 4. *Educação, meio ambiente e sustentabilidade*; 5. *Educação*

de jovens e adultos na perspectiva da educação popular; 6. *Educação emancipadora no contexto da comunicação e das tecnologias*. O Comitê Organizador local esmerou-se na preparação e na execução do encontro, marcado por um compromisso e uma competência que foram destacados por todos os participantes.

“Devemos ser militantes de uma nova civilização; caso contrário, perderemos a perspectiva de transformação”, afirmou o teólogo Leonardo Boff na conferência de abertura do Fórum, com o tema *Educação, transgressão e construção da cidadania planetária*. Os relatores de cada um dos eixos trouxeram suas contribuições – aportes teóricos e recomendações de políticas públicas – para uma plenária do FME que, por sua vez, levou propostas para a *Assembleia da Educação* no FSM. No dia 1º de fevereiro, foram apresentadas as principais propostas do setor da educação na *Assembleia das Assembleias*, espaço de convergências do FSM. Uma **agenda comum de mobilizações** para os anos 2009 e 2010 foi aprovada.

A *Assembleia da Educação* reuniu cerca de mil pessoas. O objetivo era que redes, instituições, grupos, educadores e educadoras socializassem suas discussões realizadas durante o FME e o FSM. Cerca de trezentas atividades autogestionadas foram inscritas nos cinco dias de encontro, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro. A metodologia de apresentação foi baseada em quatro pontos: 1. O que fizemos nos FME e FSM; 2. Principais temas e demandas; 3. Propostas de encaminhamentos e 4. Produções e documentos. A Assembleia da Educação, organizada pelo Conselho Internacional do FME, é um espaço onde as redes, movimentos, organizações, apresentam o que discutiram durante o FSM e quais as propostas e bandeiras de ação que foram definidas para o próximo período.

A **metodologia** do FME vem sendo aperfeiçoada a cada ano, buscando construir as estratégias que devem ser implementadas no combate à mercantilização da educação, seu maior desafio, traduzindo seus princípios e propostas em ações concretas. A partir do impulso dado a esse tema no FME, outras entidades, entre elas, a Internacional da Educação, a UNE, a Contee e a CNTE, iniciaram uma campanha chamada *Educação não é mercadoria*. Na Agenda de mobilizações da Educação foi estabelecido que, de 27 de março a 2 de abril, a UNE realizaria atividades “em todas as ruas da América Latina” contra a mercantilização da educação, associando-se à *Campanha Pelo Direito à Educação*. Há um grande movimento mundial para que os países do G20 – uma coalização dos países em desenvolvimento – rejeitem a proposta da Organização Mundial de Comércio (OMC) de regulamentar o ensino superior como serviço comercial. As entidades e movimentos presentes se comprometeram a pressionar seus respectivos países para que rejeitem essa proposta no âmbito do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS).

Neste Fórum foi muito prestigiada a escuta da voz dos amazônidas, ressaltando a importância da escolha de Belém. As delegações de outros lugares não foram à Amazônia para dizer o que os amazônidas devem fazer. Elas foram para lá para dialogar, para entender melhor os povos que lá vivem, sem levar receitas. Foram a Belém para aprender e ensinar juntos.

Na reunião do CI foi aprovada a proposta de realizar, em **Brasília**, um Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica com o tema *Educação, desenvolvimento e inclusão*, de 24 a 26 de novembro de 2009, e um FME em Osasco (SP), em 2010. De 9 a 13 de dezembro de 2010, em

Santiago Compostela (Espanha), será realizado um FME com o tema *Educar, investigar e atuar para construir cultura de paz*, com a participação ativa da Fundação Cultura de Paz e do Seminário Galego de Educação para a Paz. Nesse Fórum será realizada uma reunião dos membros do Grupo de Alto Nível das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações e será feito um balanço da Década (2001-2010) da Cultura de Paz e da Não Violência.

Na reunião do CI em Belém foi destacada a importância do *Almanaque*, um boletim de notícias, artigos e análises no site do FME, uma iniciativa de Albert Sanzano da Condederação de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Intersindical (STEs-i), intersindical de trabalhadores em educação da Espanha e Leslie Toledo, do Movimento de Renovação Pedagógica, ambos membros da Secretaria Executiva. O *Almanaque*, incluído no site, é enviado, periodicamente, para a comunidade que participa do FME, dinamizando o intercâmbio e a participação. Na mesma ocasião, foi aprovada a sugestão de Ramón Moncada, da Corporación Región (Medellín, Colômbia) e membro do CI, de se ter um **documento político**, para melhor difundir o FME, onde constaria a história, os princípios e a agenda do Fórum, bem como o seu funcionamento e informações gerais de como participar dele.

O FME de Belém, como toda edição mundial, resgatou o seu caráter formativo crítico-reflexivo e organizativo. Com um formato que facilita o diálogo entre os participantes, com grupos de trabalho, este Fórum favoreceu muito a constituição de alianças e parcerias e também a organização de ações práticas intertemáticas, ressaltando o caráter de integralidade e de intersectorialidade das lutas

empreendidas pelo FME, com vistas ao fortalecimento do seu processo e maior presença mundial na luta pelo direito à educação emancipadora.

6. Um capítulo especial do FME

São Paulo, uma das maiores cidades do mundo, não poderia deixar de se colocar um grande desafio, segundo seus organizadores: construir o maior encontro de educação de todos os tempos. Centenas de pessoas foram envolvidas nesse processo. Um desafio imenso para construir coletivamente as **estratégias** para um outro mundo possível; apontar **caminhos** para atingir esse fim, iniciar **ações globais** pela justipaz, pela ética na política, consumo ético e solidário e construir infraestrutura **logística** e redes de colaboração solidária sem hierarquias burocráticas.

Um fórum não é apenas um lugar de protestos, de análises, de diagnósticos, de debates e críticas. É o lugar por excelência de consolidação de **propostas**. Intercâmbio pluralista e reflexão não são suficientes. Uma edição do FME, seja ela temática ou não, é um **momento** de encontro para recarregar as “baterias” dos movimentos, organizações e pessoas comprometidas com a educação para um outro mundo possível e um imenso espaço de **aprendizagem** para todos e todas.

Em janeiro de 2003, durante a realização da segunda edição do FME, a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, foi pessoalmente a Porto Alegre solicitar que a quarta edição fosse em São Paulo, como parte das celebrações dos 450 anos da fundação da cidade. Não foi possível fazer a quarta edição do FME em São Paulo, mas a

cidade organizou um Fórum Temático inesquecível e que se multiplicou, depois, em outros lugares.

A preparação começou ainda naquele ano, com palestras sobre Educação Cidadã e sobre Cidade Educadora. O lançamento oficial do FME-SP aconteceu no dia 6 de outubro de 2003, no Teatro Municipal de São Paulo, e contou com a participação da prefeita Marta Suplicy, da secretária-geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras (Aice), Pillar Filgueras, da secretária municipal de Educação, Maria Aparecida Perez, do secretário municipal de Cultura, Celso Marcondes, do secretário municipal de Relações Internacionais, Giorgio Romano, e de representantes do Conselho Internacional do FME.

O lançamento da programação temática do FME-SP foi realizado no dia 4 de dezembro, no prédio do Senac-Vila Nova, em São Paulo. Um terceiro encontro preparatório ocorreu no dia 2 de março de 2004, na Casa da Cidadania Planetária do Instituto Paulo Freire, onde funcionava a coordenação do Fórum e onde ocorreu o lançamento do calendário *Mulheres que estão no Mapa*. Mulheres de diferentes segmentos da sociedade representaram aquelas mulheres que deram nomes às ruas da capital paulista. Esse encontro contou ainda com a presença da senhora prefeita, da secretária municipal de Educação e da representante da Coordenadoria Especial da Mulher, Tatau Godinho.

E não estamos começando do zero. Há uma longa história de luta dos povos e de suas diversas organizações e movimentos. Por isso, o FME-SP lembrou cinco grandes **educadores lutadores**, nossos grandes referenciais no processo de construção do Fórum Mundial de Educação no Brasil: Maria Lacerda de Moura (1887-1944), Florestan

Fernandes (1920-1995), Darcy Ribeiro (1922-1997), Paulo Freire (1921-1997) e Milton Santos (1926-2001)¹³.

O FME-SP foi um ato de ousadia coletiva, uma grande ousadia, como foi ousado criar, em São Paulo, uma nova concepção de educação, uma educação com qualidade social que estava acontecendo nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), uma educação que trata com decência o povo, principalmente o povo das periferias.

O Fórum de São Paulo, realizado de 1º a 4 de abril de 2004 com o tema central *Educação cidadã para uma cidade educadora*, incorporou-se ao movimento das Cidades Educadoras, dando um exemplo de cidadania, buscando tornar-se intencionalmente educadora, isto é, transformar todos os espaços da cidade em espaços educativos. É o que nos ensinaram as **Cartas de Princípios** dos primeiros Fóruns realizados em Porto Alegre.

O FME-SP, inicialmente, foi pensado para atender sessenta mil participantes. São Paulo pensou grande a educação. Mesmo assim, o número de participantes foi bem superior ao estimado inicialmente. O sucesso desse grande encontro dependeu da articulação, da parceria entre o poder público e as numerosas organizações não governamentais, associações, universidades, empresas, sindicatos, entidades que compõem essa rica diversidade, essa “polifonia” da qual São Paulo tanto se orgulha.

Em São Paulo, foram realizadas dez mesas de Conferências temáticas, vinte Painéis de aprofundamento e centenas de atividades autogestionadas. Entre essas, destaco a *Conferência Municipal das Mulheres, o Fórum*

13. Breves currículos, acompanhados de fotos e afixados em totens espalhados pelo território do FME-SP, lembravam os homenageados.

Mundial de Educação Criança, o Fórum de Parlamentares pela Educação, em parceria com Unesco, o *Encontro da Rede de Cidades Educadoras*. Simultaneamente, foi realizada a **Feira Mundial de Educação**.

Entre as atividades **pré-fórum**, destacou-se o **Ato Político** realizado dia 31 de março, às 19 horas, para não esquecermos, quarenta anos depois, o dia 31 de março de 1964, dia do golpe militar que inaugurou um período de 21 anos de ditadura. Em parceria com a Ordem dos Advogados de São Paulo (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Justiça e Paz e outras entidades organizaram esse memorável ato público. O Ato *Ditadura Nunca Mais: lembrar para aprender*, contou com testemunhos de muitos punidos pela ditadura. Entre eles e elas: Lélia Abramo, Frei Betto, Waldemar Rossi, José Celso Martinez, Lutgardes Freire, Raimundo Pereira, Plínio de Arruda Sampaio, Elzira Vilela, Pedro Viegas, Grupo Tortura Nunca Mais, Sérgio Mamberti, Ricardo Zaratini, José Xavier Cortez e José Arbex. O painel foi transmitido ao vivo por mais de cem rádios comunitárias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal através da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Rede Abraço).

Estavam presentes também representantes da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos, o Fórum dos Ex-presos Políticos e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Foram homenageadas todas as pessoas que combateram de alguma forma o autoritarismo do regime militar. Não se tratou de um ato triste, mas bonito, que contou a história de movimentos simbólicos que foram banidos, como foi o caso da imprensa de resistência, de jornais como *O Pasquim* e *Brasil Urgente*. A programação

terminou com um painel sobre *Os resquícios da prática autoritária da ditadura de 64 aos dias atuais*, uma mesa coordenada por Alípio Freire. Trata-se de um período histórico muito importante e que a juventude conhece pouco. Precisamos relembrar para aprender e não fazer de novo. Este Ato Político marcou também a última aparição pública da grande lutadora histórica Lélia Abramo.

Também, nos dias que precederam o Fórum, a Secretaria Municipal de Educação realizou, no mesmo local do FME, o seu **Congresso Municipal de Educação**.

Assim como o Gigantinho de Porto Alegre e o Mineirinho de Belo Horizonte, o nosso Sambódromo, que já acolheu Paulo Freire na Avenida, no Carnaval de 1999, tornou-se um grande **espaço de referência da educação**. O FME-SP, a partir do Sambódromo, promoveu uma campanha de transformação de todos os espaços da cidade em espaços educativos, consagrando a ideia da Cidade Educadora.

Foi o maior encontro articulado com as celebrações dos **450 anos** da Cidade de São Paulo e teve um papel decisivo na preparação da **Plataforma Mundial de Educação** aprovada na quinta edição mundial do FME, em Nairobi, em janeiro de 2007.

Não havia em São Paulo nenhum auditório tão grande que pudesse acolher tanta gente com fome de educação. Tivemos que nos arriscar, desde o início, apostando num grande encontro. Elegemos o Sambódromo como esse lugar acolhedor de nossos sonhos, de nossas bandeiras. Porto Alegre tem o seu Gigantinho, Belo Horizonte tem o seu Mineirinho, como espaços de referências do Fórum Social Mundial (FSM) e do Fórum Mundial de Educação (FME). São Paulo tinha que escolher simbolicamente um Sambódromo, lotado na abertura, com mais de 45 mil

participantes, que acreditavam no sonho, na utopia. Estavam aí porque acreditavam na educação como direito humano fundamental e universal. A abertura do FME-SP contou com a apresentação de um espetáculo de balé, intitulado *Cidade Educadora*.

Cerca de 2 mil crianças participaram, na pista central do Sambódromo, da construção de uma cidade em miniatura. Essa atividade envolveu todas as escolas de São Paulo. Sandra Greco, representante da Secretaria Municipal de Educação no comitê gestor do Comitê Organizador do Fórum nos diz que foram selecionadas sessenta crianças de cada uma das 31 subprefeituras de São Paulo e “cada um desses grupos montou uma coreografia específica que representava a cidade e também a sua região. Esse trabalho foi feito pelos professores de forma voluntária e coordenado pelo Ballet Stagium.” (apud FME, 2007, p. 159).

Além da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, a abertura contou com a presença do ministro da Educação, Tarso Genro, e da ministra Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e de quase todo o Conselho Internacional do FME. Bernard Charlot falou em nome do CI. No ato de abertura foi realizada também a cerimônia de assinatura de filiação da Cidade de São Paulo à Rede de Cidades Educadoras.

Nós acreditamos que a educação precisa estar mais presente na agenda nacional, local e internacional e os Fóruns possibilitam isso. Eles nos ajudam a construir o sonho com mais lucidez e força. Mas, para isso, devemos nos mobilizar, nos organizar, pensar criticamente a realidade para transformá-la. Como dizia Paulo Freire, precisamos fazer o possível de hoje para tornar possível amanhã o impossível de hoje. Vamos fazer agora o que é

possível fazer agora, com seriedade, com transparência, com dedicação. Se não fizermos agora o que é possível fazer agora, não faremos amanhã o que agora é impossível. O Comitê Organizador desse Fórum escolheu o tema *Educação cidadã para uma cidade educadora* para que a cidade seja intencionalmente educadora, saudável, sustentável, segura, para todos e não só para uma minoria. Para torná-la melhor. Para que seja um lugar onde todos e todas possam viver bem.

Dez **Eixos Temáticos**, discutidos durante vários meses pelo Comitê Organizador, orientaram toda a programação. Foi feito um grande esforço para contemplar um mundo de preocupações dos educadores. A Comissão de Metodologia do FME-SP ofereceu uma série de subsídios para facilitar o trabalho de inscrição das atividades autogestionadas pelos seus proponentes. Eis os eixos temáticos escolhidos: 1. *Educação cidadã como direito social e humano*; 2. *Paulo Freire: Educação cidadã como prática da liberdade*; 3. *Cidade Educadora: identidade cultural e cidadania*; 4. *A Cidade Educadora e as desigualdades sociais*; 5. *Ambiente e educação para a sustentabilidade*; 6. *A produção e o acesso ao conhecimento*; 7. *A mídia na Cidade Educadora*; 8. *Política, financiamento e gestão educacional nas Cidades Educadoras*; 9. *Educação Cidadã e as políticas públicas para a infância*; 10. *O papel social do ensino superior na perspectiva de uma educação cidadã*.

Com toda essa ousadia, o programa desse encontro também traduzia essa magnitude.

As dez mesas de **Conferências**, atividades de responsabilidade do Comitê Organizador, organizadas pela Comissão de Temática e Metodologia do FME-SP, tinham por finalidade socializar visões e análises para o conjunto

do público do Fórum. As conferências contribuíram para fortalecer um movimento de opinião amplo, em razão da necessidade, possibilidade e urgência da construção da Plataforma Mundial de Educação.

Os vinte **Painéis de Aprofundamento**, também atividades de responsabilidade do Comitê Organizador, organizadas pela Comissão de Temática e Metodologia do FME-SP, possibilitaram aos participantes um espaço de apresentação, confronto e fundamentação das propostas pelas redes, campanhas e coalizões. Trata-se de visibilizar, confrontar e consolidar propostas, tanto em termos de alternativas como de estratégias.

As **Atividades Autogestionadas** permitiram o encontro, a apresentação e fundamentação das propostas, a reflexão conjunta, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões, redes, movimentos e organizações. Foram espaços de iniciativa e responsabilidade das entidades proponentes.

Essas atividades foram apresentadas de diferentes formas:

1. **Mesas de diálogo e controvérsia**, espaço específico no interior do FME-SP para confrontar visões e propostas das entidades e movimentos, com convidados de partidos políticos, governos e organizações nacionais e internacionais sobre questões da atualidade em que o estabelecimento do diálogo e da controvérsia, segundo regras previamente concertadas, possam contribuir para a explicitação de propostas e estratégias da sociedade civil brasileira e mundial.

2. **Testemunhos**, valorizando o patrimônio político-cultural de nosso campo, por meio de trajetórias exemplares de vida e ação em prol da liberdade e da dignidade

humanas por personalidades que se destacaram ou têm muito a nos ensinar.

3. **Seminários**, considerados como atividades de reflexão conjunta sobre determinado tema e objetivando apontar possíveis desdobramentos e aprofundamento, como um momento de elaboração conjunta, agregando organizações, movimentos e redes em torno do tema.

4. **Oficinas**, que tinham por finalidade permitir o encontro de pessoas e práticas, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões, redes, movimentos, organizações, sempre com vistas à ação presente e futura.

5. Finalmente, uma outra modalidade de Atividades Autogestionadas foram os **Espaços de Convergência**, espaços horizontais e abertos, dedicados aos eixos e aos **pósteres**, liberados para que participantes pudessem convergir e compartilhar seus trabalhos, experiências e estratégias.

O Fórum Mundial de Educação Temático de São Paulo conseguiu não só reunir um público recorde, mas conseguiu dar uma imensa visibilidade ao tema tratado e ao próprio projeto do Fórum Mundial de Educação. Representantes de todo o território nacional participaram oferecendo a possibilidade de intercâmbio e construção de alianças e parcerias que tiveram muitos desdobramentos depois.

Todas essas atividades foram acompanhadas pelo Comitê Organizador e por relatores que, no final, fizeram um grande esforço para recolher as **Contribuições à Plataforma Mundial de Educação** do FME-SP, sintetizadas em 15 pontos, apresentadas na forma de uma **Carta de São Paulo**.

Carta de São Paulo

O Fórum Mundial de Educação está se constituindo em uma rede permanente de mobilização mundial em defesa da educação pública de qualidade social para todos, como direito humano universal inalienável, garantida e financiada pelo Estado. Uma educação necessária para um outro mundo possível supõe:

1. Desmercantilizar a educação e garantir a sua natureza pública.
2. Tornar a cidade um espaço intencionalmente educativo.
3. Trazer para o currículo e para a escola o conhecimento e as experiências da cidade, do campo e de suas comunidades.
4. Incorporar ao currículo a leitura da cidade, do campo e do mundo, realizada pelos educandos e educandas, a partir de suas identidades culturais.
5. Combater a manipulação do conhecimento da comunidade enquanto instrumento de exclusão social.
6. Ampliar os espaços de inter-relação entre comunicação e educação por meio das experiências de produção dos meios de comunicação nas escolas a partir de uma perspectiva de gestão democrática.
7. Priorizar e ampliar os recursos públicos para a educação, concebida como dever do Estado.
8. Desenvolver a pedagogia da participação democrática consolidando o caráter público dos espaços educacionais da sociedade.
9. Incentivar a formação permanente e sistemática dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação como uma das condições de construção do conhecimento.
10. Educar para a justiça e para a sustentabilidade de modo a articular as diferenças ambientais, sociais e culturais, preservando a singularidade dos sujeitos.
11. Garantir a cultura como foco de mediação permanente nas instâncias educativas e combater a sua massificação e mercantilização.
12. Reconhecer a concepção de escola pública, popular e cidadã enquanto parte do processo de construção de uma cidade educadora.
13. Reconstruir a universidade pública, garantindo sua autonomia e sua qualidade social na produção e na publicização do conhecimento.
14. Reconhecer a criança e o jovem em todas as suas identidades sociais como agente criativo, criador, crítico e participante da construção do conhecimento na cidade educadora.
15. Garantir o direito ao acesso e à permanência, em condições cidadãs, aos deficientes na cidade educadora.

São Paulo, 4 de abril de 2004.

Uma educação de qualidade é uma educação cidadã, ativa, participativa, formando para e pela cidadania, empoderando pessoas e comunidades. Toda cidadania é, por si mesma, ativa. A relação entre **Escola Cidadã e Cidade Educadora** encontra-se na própria origem etimológica das palavras “cidade” e “cidadão”. Ambas derivam da mesma palavra latina *civis*, cidadão, membro livre de uma cidade a que pertence por origem ou adoção, portanto sujeito de um lugar, aquele que se apropriou de um espaço, de um lugar. A maior ambição da Escola Cidadã é contribuir na criação das condições para o surgimento de uma nova cidadania, como espaço de organização da sociedade, para a defesa de direitos conquistados e a conquista de novos direitos. Os **movimentos sociais** e as **Ongs** podem contribuir muito com o estado democrático para a construção desse novo sujeito histórico. As Ongs são essenciais para o funcionamento da democracia. Se elas não existissem, criariam um grande vácuo na sociedade, haveria um grande prejuízo para as populações mais pobres, pois muitos serviços públicos essenciais não seriam prestados.

Às vezes, nos colocamos objetivos acima da nossa capacidade de realização. Isso não deve ser entendido como temeridade, voluntarismo ou irrealismo. Preferimos a máxima de Antonio Gramsci, quando afirmava que devemos associar o “pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade”. Temos que nos colocar objetivos ambiciosos, mesmo sabendo que esse conjunto de intenções ou **proposições** nem sempre encontra possibilidade de realização na prática. Não importa. Entre o ideal e o exequível podem se interpor muitas dificuldades, muitos entraves, muitas incompreensões e resistências. Precisamos de projetos ambiciosos, mesmo sabendo que nem sempre conseguiremos atingir todos os seus objetivos e metas.



Terceira Parte

Temas Convergentes de uma Causa Comum

7. Educação pública, emancipação e direitos humanos

Para aplicar o seu método a si mesmo, o Fórum Mundial de Educação (FME) não poderia fazer outra coisa se não procurar democratizar ao máximo o surgimento de encontros temáticos e regionais, organizados com o mesmo espírito de construir uma outra educação possível. Foi o que aconteceu em diversas partes do mundo. A expansão do FME só não foi maior porque não temos ainda estrutura suficiente para dar apoio a todos os pedidos.

Gostaria, a seguir, de analisar alguns desses encontros, que, pelo número de participantes, até ultrapassou os encontros centrais.

Um dos municípios que manteve a chama acesa do FME, na Grande Porto Alegre, desde 2001, foi **Gravataí**. O Município de Gravataí (RS) tem realizado vários *Encontros Internacionais da Educação*, apoiados pelo FME e animados, inicialmente, pelo professor José Luiz Ribeiro, que havia participado da Secretaria Executiva do Comitê Organizador das duas primeiras edições do FME, em Porto Alegre. O primeiro encontro foi realizado em novembro de 2005, com o tema *Educação e direitos humanos*, privilegiando a relação teoria-prática. Esse encontro

teve em torno de nove mil participantes, que trouxeram experiências de escolas, universidades, movimentos sociais, sindicatos e de administrações municipais, estaduais e nacionais de educação, mostrando alternativas solidárias e democráticas para a educação. O segundo foi realizado em novembro de 2007, com o tema central *Práticas e teorias: novos rumos da educação popular para a educação básica no Brasil, na América Latina e no Mundo*. Esse encontro priorizou a apresentação de experiências exitosas no campo da educação básica, mostrando que é possível fazer uma educação de qualidade na rede pública de ensino. O terceiro encontro foi convocado para abril de 2009 com o tema *Educação humanizadora e os desafios da diversidade*.

O primeiro Encontro Internacional do Fórum Mundial de Educação fora do Brasil foi realizado em **Cartagena de Índias** (Colômbia), simultaneamente ao Fórum Social Mundial Temático da Colômbia, de 16 a 20 de junho de 2003, com o tema: *Democracia, derechos humanos, guerras y narcotráfico*. Esse encontro, que reuniu mais de seiscentas pessoas, tratou do tema da *Educação e globalização*, da questão do projeto político-pedagógico, da comunidade educativa, direito à educação e direitos humanos, movimentos sociais e das culturas. Discutiu-se a mercantilização da educação e a educação como bem público.

Seis eixos temáticos orientaram as discussões das conferências, mesas redondas e mesas de controvérsia: *Incidências das políticas macroeconômicas dos organismos mundiais na educação*; *A educação e a construção do público democrático*; *Políticas públicas em educação superior*; *Experiências em pedagogia da paz e resolução de conflitos*; *Educação, cultura e comunicação*; *Políticas públicas educativas na América Latina*.

Segundo Beatriz Gonzalez Soto, assessora da Corporación Viva la Cuidanía, a educação colombiana tem melhorado dentro da sua precariedade, em comparação com outros países; contudo, “apesar dos avanços conquistados no meio desses conflitos, a Colômbia continua sendo uma sociedade com profunda exclusão social, causada pela injustiça na distribuição de renda, que impede a garantia dos direitos sociais, como a educação, e não afeta somente os grupos desfavorecidos e tradicionalmente excluídos dos benefícios do desenvolvimento, mas também grandes camadas da população dos setores baixos e médios.” (apud FME, 2007, p. 149).

Entidades do Uruguai realizaram, nos dias 1º e 2 de junho de 2004, o **Foro Montevideo de Educación** que teve por objetivo principal contribuir para a elaboração de uma plataforma mundial de educação “que favoreça a participação social e a democracia”. Essa contribuição expressou-se num documento que foi apresentado no Painel Internacional da terceira edição do FME em Porto Alegre.

*Documento de Montevideo:
Contribuição à Plataforma Mundial de Educação*

A Intendência Municipal de Montevideo, em sua qualidade de integrante das redes de cidades *Mercocidades* e da *Associação Internacional de Cidades Educadoras*, realizou o *Foro Montevideo de Educación* como atividade preparatória do FME 2004. O mesmo foi organizado em conjunto com a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai, a Faculdade de Psicologia, a Universidade da República, a Associação de Funcionários da Universidade do Trabalho, a Federação Uruguia de Magistério, o Centro de Formação e Estudos do Instituto Nacional do Menor, o Movimento Escotista do Uruguai, o Serviço Paz e Justiça e a Rede Permanente de Educação de Mulheres.

A presente Declaração é nossa contribuição para a *Plataforma Mundial de Educação*, com o objetivo de criar uma nova agenda educativa que entenda a educação como um direito humano e,

portanto, como direito universal.

Para isso:

1. A educação deve ser uma política pública de inclusão e integração social.
2. A educação deve ser uma educação de qualidade para todos os cidadãos.
3. A cidade deve ser compreendida como um espaço educador.
4. A educação deve ser um fator democratizador e integrador da sociedade e, portanto, não mercantilista.
5. A participação social como aprendizagem educativa deve desenvolver e aprofundar a democracia.
6. Cidadania e direitos humanos devem ser um fator de integração social.
7. A educação deve ser uma política de Estado com recursos orçamentários suficientes.
8. O Estado deve ser o articulador de um sistema nacional de educação coerente com seus fins coordenados com as políticas de emprego, saúde e habitação.
9. A formação profissional deve articular-se com o conjunto das políticas públicas com um caráter permanente.
10. A infância e a adolescência devem deixar de ser vistas de forma conservadora por parte do mundo dos adultos.
11. Autonomia, criatividade, liberdade, afetividade e exercício dos direitos, devem ser o horizonte de uma educação cidadã.

Montevideo, 2 de junho de 2004.

A partir de uma ampla discussão pública, no dia 1º de outubro de 2005 foi realizado, em Santiago, o **Fórum Social Educação Chile** com o tema *Outro Chile é possível, a educação também*. Um grande número de pessoas – crianças, jovens, pais, mães, professores e sociedade civil – participou das oitenta atividades, entre painéis, seminários, debates, oficinas e amostras, desenvolvidas por cerca de cinquenta organizações sociais.

O Comitê Organizador foi formado, de acordo com os critérios do FSM e do FME, por federações de estudantes, coletivos de educação popular, redes de infância, meios de comunicação alternativos, organizações ligadas aos direitos humanos, sindicatos, Ongs, entidades religiosas,

grupos pela diversidade sexual e outros. Organizaram também um Fórum Social da Educação na Infância envolvendo cinco regiões do país (Arica, Santiago, Temuco, Concepción e Valparaíso) com atividades preparatórias nas quais se perguntava às crianças que escola sonhavam para elas. Desse Fórum surgiu um documento que foi entregue ao ministro da Educação, defendendo a ideia de que a educação “volte a ser responsabilidade pública”. David Ordenes, da Ong Corporación La Caleta, e um dos organizadores deste Fórum, afirma que para as crianças foi muito enriquecedor ver suas contribuições sistematizadas num pequeno documento lançado por elas nas cinco regiões, depois de participarem do Fórum em Santiago: “além disso, tem sido significativa para os adultos, que organizaram e participaram do Fórum Social de Educação Chile, perceber a importância de incorporar meninos e meninas, jovens e adolescentes como atores sociais no desenvolvimento dos fóruns”. (apud FME, 2007, p. 165).

O Fórum Social da Educação Chile discutiu o impacto do modelo neoliberal no sistema educativo, o papel do Estado, as diversas concepções de educação e a implantação de experiências concretas. Outros temas também foram tratados, tais como: diversidade cultural, exclusão, discriminação; educação social, popular, cidadã e comunitária. Olhando para a educação no Chile, do ponto de vista do pensamento crítico e levando em conta a diversidade do país, o Fórum Social da Educação Chile buscou apontar alternativas concretas para melhorá-la. No total, participaram setecentas crianças e duzentos adultos.

A **Espanha** tem uma grande tradição no campo da renovação pedagógica e teve uma presença destacada desde o primeiro FME em Porto Alegre. Desde 2003, pensava-se

em fazer lá um grande Fórum de Educação. A ideia tomou corpo em 2004 quando Leslie Toledo, uma das principais articuladoras do primeiro FME mudou-se para a Espanha e, juntamente com Albert Sansano, da Confederação de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação-Intersindical (STEs-i) e um dos fundadores do Movimento de Renovação Pedagógica naquele país, se organizaram em torno de diversos movimentos sociais e Ongs e, depois de várias consultas, participação em congressos e encontros e muito esforço pessoal de ambos, foi criado o **Fórum Social Ibérico para a Educação** (Fsipe), unindo Espanha e Portugal. O processo construtivo do Fsipe foi muito rico, destacando-se a participação de algumas organizações, entre elas, os Movimentos de Renovação Pedagógica, a Confederación Española de Asociaciones de Padres y Madres de Alumnos (Ceapa), os Sindicatos de Trabalhadores em Educação (STEs) da Espanha, a Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (Fersap) e o Instituto Paulo Freire de Portugal.

O Fsipe, compondo um amplo processo do Fórum Mundial de Educação, constituiu-se como um amplo espaço para a articulação de iniciativas sociais, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção de alternativas ao neoliberalismo. O primeiro Fsipe foi realizado de 29 de outubro a 1º de novembro de 2005 em Córdoba (Espanha), do qual participaram mais de 1,4 mil pessoas, proporcionando um espaço de reflexão, de debate democrático de ideias, formulação de propostas, articulação de ações eficazes e de organização e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo. Segundo a professora Rosa Nunes, vice-presidente do Instituto Paulo Freire de Portugal, foi o espaço da “voz alternativa”: “Essa voz é o silêncio de quem não tem voz. Se aqui nos move

alguma coisa, é fazer ouvir esse silêncio. Este é um fórum temático e circunscrito a um lugar para, paradoxalmente, pensarmos juntos um não lugar – a utopia de nos redescobrimos no que nos une, numa área particularmente responsável pela repartição desigualitária do acesso ao conhecimento, fonte de injustiça cognitiva, que é também causa e efeito da manutenção de uma ordem mundial, em que se arquitecta o bem-estar de alguns, sobre o sofrimento e a humilhação de muitos”¹⁴.

Foram realizadas três conferências sobre *Educação e globalização*; *Educação e cidadania global*; *Educação pública como direito universal* e seis debates temáticos sobre *Mercantilização e privatização da educação*; *Educação como instrumento de resistência ao neoliberalismo*; *Democratização da educação*; *Cidadania e diversidade*; *Educação pública como base da justiça social*; *Educação e políticas públicas*. Além dessas atividades, foi realizada a Assembleia das Mulheres, diversas mesas de diálogo e contro-
vêrsia e uma Marcha pela Dignidade, na qual ouviram-se as diferentes línguas, com canções e consignas de luta e de unidades presentes ao longo do encontro: castelhano, galego, catalão, asturiano, euskera e português.

A *Assembleia de Mulheres*, composta por várias representantes de organizações feministas, de educação e/ou de estudos de gênero, da Espanha e de Portugal, fizeram um chamamento “a todos os homens a passar do silêncio e do entendimento dos arquétipos patriarcais dominantes a uma ação co-educadora, que potencie o desenvolvimento de masculinidades, que desterrem a violência contra as

mulheres e contra o mundo. Uma educação para uma cidadania integral nunca se fará realidade se invisibilizamos ou silenciemos a mirada e as experiências das mulheres, com isso estamos mutilando o mundo e nos fazendo incapazes de compreendê-lo em todas suas dimensões”¹⁵. Como único FME regional e temático realizado na Europa e pelo seu processo de construção coletiva, o Fipse mereceria um capítulo a parte.

Os seminários e oficinas autogestionados foram agrupados em: 1. *Participação e democracia*, 1.1. Associações e movimentos sociais e 1.2. Participação nos centros educativos; 2. *Conexões educação formal e não formal*, 2.1. Conexão com famílias, 2.2. Educação não formal; 3. *Desenvolvimento*, 3.1. Ecologia, 3.2. Consumo; 4. *Gênero*; 5. *Violência*; 6. *Diversidade*, 6.1. Diversidade cultural e religiosa; 7. *Metodologias*, 7.1. Educação popular, 7.2. Abertura do centro ao entorno, 7.3. Escola rural; 8. *Políticas educativas*.

Mais de cem organizações do Estado espanhol e de Portugal envolveram-se na construção, em muitos casos, conjuntamente, destes seminários, oficinas, exposições e atividades culturais autogestionadas. Nas conferências, os debates temáticos e as mesas de diálogo expuseram uns setenta palestrantes dos dois países e outros povos da Europa, América Latina e África. Estiveram representados os diversos segmentos da comunidade escolar: mães e pais, professorado, estudantes, pessoal não docente; escolas, associações, universidades, sindicatos, movimentos pedagógicos, movimentos sociais diversos, Ongs etc.

Foi o primeiro Fórum de Educação realizado em países centrais, que, segundo Boaventura Souza Santos,

14. Disponível em: <http://www.fsipe.org/docs/DT1A_R_Nunes_port.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

15. Disponível em: <<http://www.fsipe.org>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

com a globalização neoliberal, continuam o velho colonialismo do século 16, impondo aos países periféricos sua forma de pensar e seu domínio econômico. Foi no espaço de contestação desse modelo “civilizatório” que nasceu o Fsipe, com o objetivo de “fazer possível um amplo debate em que participem os setores sociais e as pessoas relacionadas com a educação, tanto formal como não formal, com o fim de incluir todas as perspectivas e situá-las como prioridade e responsabilidade da sociedade”.

O Fsipe, sustentando a necessidade de uma mudança no modelo educativo no qual o ensino público seja o eixo vertebrador de todo o sistema, reafirmou o direito de todos e de todas a uma **educação emancipadora**, contra a subordinação da educação às necessidades do mercado, defendendo o aumento do gasto público em educação, o direito de integração das pessoas com necessidades especiais, imigrantes e refugiados e a promoção da paz, da cooperação, da solidariedade e dos direitos humanos.

Carta de Córdoba

Vivemos uma situação mundial em que uma racionalidade instrumental dominante, ao nível da construção da ciência e da técnica, dá cobertura e legitimidade à mercadorização da educação, dos nossos sonhos e das nossas vidas.

Mas, se um “outro mundo é possível”, uma “outra educação é necessária”.

Inscrito na orientação da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação, o Fórum Social Ibérico Para a Educação configura-se na preocupação contra-hegemônica de convocar a centralidade de uma educação emancipadora, como determinante na reinterpretação da atual conjuntura histórica, em favor da justiça social, da igualdade e da solidariedade. Em resposta à mundialização da investida neoliberal, a ação local no campo educativo, em oposição a todas as formas de alienação, não pode perder o sentido planetário.

O Fórum Social Ibérico para a Educação afirma-se:

- Pelo direito universal a uma educação pública, gratuita e laica, da mais alta qualidade, comprometida com um projeto emancipatório, desestabilizador de uma ordem mundial que, no local, atualiza a opressão e a injustiça.
- Por uma educação que resgate o conceito de “educação ao longo da vida” da apropriação e recuperação capitalista que o vem tornando funcional aos desígnios neoliberais.
- Por uma educação que não se conforme com as desigualdades sociais, que não são de raiz natural mas uma construção social, portanto, elimináveis.
- Por uma educação formal e não formal que se afirme contra todas as formas de exclusão e se reveja na singularidade dos sujeitos e das comunidades, na consideração da diversidade de gênero, de etnia, de cultura e de orientação sexual.
- Por uma escola pública que não seja um lugar de aprendizagem da sujeição, mas da emergência de sujeitos solidários e reabilite o direito ao inconformismo e à indignação.
- Por uma formação dos agentes educativos que se reconheçam na sua influência determinante nas políticas educativas e na política em geral, questionante da trivialização e da naturalização de relações humanas de competição exacerbada e de violência material e simbólica que uma educação, tornada mercadoria, desenvolve dentro de si.
- Por uma educação que elucide o sentido de uma cidadania global como um campo de luta pela justiça e pela paz.

Em consequência, a primeira edição do FSIPE propõe, na sua declaração final:

- Encontrar e articular formas de luta coletiva consequente contra a privatização de todos os serviços públicos ligados à educação.
- Denunciar os currículos que não incluem a todos e a todas e transformam as diferenças em desigualdades.
- Exigir que os governos do Estado Espanhol e de Portugal retirem a sua assinatura do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços, nas alíneas que se referem à privatização dos serviços públicos da educação e da saúde.

Córdoba, 1º de novembro de 2005.

Em 2002, nasceu, na Argentina e no Peru, simultaneamente, o Fórum Social Educativo Paulo Freire, também inspirado no Fórum Social Mundial (FSM), que logo se associou ao movimento do Fórum Mundial de Educação

(FME), com o objetivo de apoiar e promover redes de Ongs e movimentos sociais voltados para a educação libertadora, principalmente no campo da alfabetização. Este Fórum incorporou associações de bairros, instituições de base comunitária, de direitos humanos, de voluntários sociais, de acadêmicos e numerosos alfabetizadores e alfabetizandos. A proposta é estender o Fórum por toda a América Latina.

O Fórum Social Educativo Paulo Freire participou ativamente da organização do FME Temático de Buenos Aires, realizado nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2006, que teve por tema geral *Educação pública, inclusão e direitos humanos*. O tema geral foi desdobrado em debates, painéis, apresentação das ações e projetos e conferências sobre *Políticas públicas para a inclusão educativa; Jovens, o direito de ter direitos; Educação pública e popular; Educação e trabalho*.

O Fórum deu destaque ao tema da diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento humano, valorizando as diferenças como uma grande oportunidade de aprendizagem e não como um problema. Uma das conclusões desse Fórum foi que a diversidade deve ser o eixo central da educação, uma diretriz política. Esse Fórum evidenciou que, ao direito das crianças à educação de qualidade, corresponde o direito dos professores e professoras de terem as condições reais de exercício desse direito.

O Comitê Organizador contou com a participação de mais de cinquenta entidades, entre elas, a Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina, o Laboratório de Políticas Públicas, a Secretaria de Educação da Cidade de Buenos Aires, as Avós da Praça de Maio e o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas.

O Fórum de Buenos Aires, com a participação de cerca de 13 mil pessoas, preocupou-se com a questão da justiça, diante da seleção cultural que propõe a escola. A pergunta colocada era “como podemos alcançar um equilíbrio entre um currículo acessível e relevante para os alunos e os saberes gerais dos quais todos têm direito de apropriar-se.” Não se pode esquecer que o lugar da escola não é nem uniforme, nem homogêneo: as instituições escolares se encontram em condições desiguais para assegurar a justiça diante do acesso ao conhecimento. O sistema educativo deve ser capaz de desenvolver as capacidades necessárias que possibilitem, por um lado, o exercício efetivo da cidadania e, por outro, a incorporação de todos nos novos processos produtivos.

Carta de Buenos Aires

Em 24 de março de 1976, iniciava-se na Argentina a mais brutal ditadura militar de toda sua história. Seu saldo foi um processo de reestruturação social, política, econômica, educacional e cultural, baseado na repressão, no genocídio, na expropriação dos recursos econômicos e naturais do país; uma nação despojada de seus direitos cidadãos; uma geração massacrada; uma infame guerra pelas ilhas Malvinas; e a pretensão de construir um futuro definitivamente tutelado pelos donos do poder e da riqueza. Foram décadas de luta e mobilização popular, de heroísmo e compromisso, de algumas derrotas e de grandes vitórias democráticas.

Hoje, 30 anos depois, mais de treze mil educadoras e educadores, representantes de movimentos sociais, organizações populares e sindicais de diversos países latino-americanos e europeus nos reunimos em Buenos Aires para render nossa homenagem a todos aqueles que entregaram suas vidas na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. O Fórum Mundial de Educação de Buenos Aires, sob o lema Educação Pública, Inclusão e Direitos Humanos, constitui o marco plural, democrático e participativo desse encontro.

Após três dias de intenso debate e deliberação, os delegados e delegadas deste Fórum afirmamos nosso mais enfático repúdio às políticas neoliberais que cristalizam a injustiça social, a segregação

e a exclusão das grandes maiorias.

Consideramos que a América Latina vive um momento político de enorme riqueza, em que a capacidade de mobilização, luta e reivindicação das organizações sociais e populares constitui a base sobre a qual se consolidam os avanços democráticos alcançados.

Reafirmamos o princípio de unidade dos povos latino-americanos e sua capacidade de resolução de todo e qualquer conflito entre nossas nações, por meio de estratégias que consolidem laços regionais de solidariedade e fraternidade.

Expressamos nosso compromisso ético e político com um projeto de sociedade em que todos, sem discriminação de nenhuma espécie, tenhamos direito efetivo a uma educação pública de qualidade, à saúde, ao trabalho e ao desenvolvimento pleno de uma vida digna.

Estamos convencidos de que a educação é um direito humano e social inalienável, uma ferramenta poderosa na construção histórica de uma sociedade justa e igualitária.

Consideramos que a educação pública supõe a deliberação democrática das políticas e estratégias destinadas a orientar suas ações.

Sustentamos que uma democracia efetiva somente será possível quando se assegure a todos e todas o acesso e a permanência em instituições públicas de educação, em que o trabalho cotidiano permita uma apropriação ativa do conhecimento socialmente significativo e dos valores que sustentam a justiça social, a igualdade e a solidariedade entre os povos.

Consideramos que o processo de desinvestimento, abandono, degradação e precarização das condições de trabalho na escola questiona o caráter público de nossas instituições educativas, transformando o direito à educação em uma falsa promessa.

Exigimos dos Estados o exercício de sua indelegável responsabilidade de garantir uma educação pública e popular para todos os cidadãos e cidadãs. É imprescindível que os governos destinem os recursos financeiros necessários a esse fim, propondo-se como meta um investimento não inferior a 6% dos PIBs nacionais.

A educação de qualidade, como a riqueza, não constitui, em nossas sociedades, um bem público, mas uma oportunidade expropriada por uma minoria, que faz do privilégio seu direito. Nesse sentido, a luta pela educação pública deve ser sempre a luta por uma escola popular; e a luta por uma escola popular, a luta por uma escola de qualidade para todos e todas.

Afirmamos que o caráter universal do direito à educação

supõe o reconhecimento da diversidade cultural, identitária e linguística que convive em cada uma de nossas sociedades. Amplificar, fortalecer e consolidar essa diversidade é parte do direito que temos a uma educação de e para todos.

Defendemos uma política de educação inclusiva e integradora, especialmente para os setores portadores de necessidades educativas especiais e singulares.

Consideramos imprescindível garantir um investimento público amplo e permanente destinado a esses setores, bem como condições efetivas de educação, mediante o mais irrestrito respeito a suas identidades e às necessidades que delas derivam.

Lutamos contra toda forma de privatização da educação e nos opomos enfaticamente a sua inclusão nos Tratados de Livre Comércio ou a sua transformação em um bem comercializável por meio de regulamentações internas que promovem sua mercantilização.

Ante uma crescente presença de instituições educativas com fins de lucro, defendemos a necessidade de definir pautas de regulamentação da concessão de subvenções estatais, priorizando a transferência de recursos a instituições que cumprem fins comunitários, cooperativos e sociais.

Temos plena consciência de que a esfera pública é um campo de disputa, e a cidadania e as organizações sociais estamos comprometidas na luta por sua apropriação e ampliação. Assim, a luta pelo conhecimento, que é sempre a luta pelo poder, ganha uma importância vital.

Consideramos que este Fórum, sendo parte de um processo permanente de mobilização para a construção de uma Plataforma Mundial de Luta pelo Direito à Educação, deve constituir-se em um espaço de debate e deliberação coletiva, gerando condições para sua continuidade. Propomos a constituição de Fóruns Permanentes que atualizem e prolonguem essas lutas.

Com o mesmo compromisso de Isaura Arancibia, Marina Vilde, Eduardo Requena e tantas companheiras e companheiros trabalhadores da educação, assassinados e desaparecidos ao longo de nossa história, nos comprometemos a seguir lutando por uma escola pública, popular, democrática e a serviço da construção de uma sociedade em que a justiça social, a igualdade e os direitos humanos sejam uma realidade efetiva e duradoura.

Hoje, trinta anos depois, a memória de trinta mil desaparecidos ilumina e fortalece nossa luta por outro mundo possível. Um mundo em que a educação seja um grito de esperança e dignidade.

A eles, a elas, dedicamos este Fórum.

Buenos Aires, 6 de maio de 2006.

Na Carta de Buenos Aires, os participantes consideraram que a América Latina “vive um momento político de enorme riqueza, em que a capacidade de mobilização, luta e reivindicação das organizações sociais e populares constitui a base sobre a qual se consolidam os avanços democráticos alcançados” e defenderam uma política educativa “inclusiva e integradora”, reconhecendo que a luta pelo conhecimento “é sempre a luta pelo poder”.

Em Caracas, capital da Venezuela, foi realizada a quarta edição descentralizada do FME, de 23 a 29 de janeiro de 2006, por ocasião da edição do FSM, também descentralizada. No mesmo ano, os companheiros e companheiras da Venezuela realizaram também um FME temático, de 1º a 4 de novembro de 2006, dando seguimento aos Fóruns realizados no Brasil, na Colômbia e na Argentina. Esse Fórum teve por objetivos gerais fortalecer a luta internacional em defesa da educação pública e a cultura dos povos, fortalecendo a resistência continental à globalização neoliberal, contra a mercantilização e a privatização da educação. O Fórum promoveu a reflexão pedagógica, a socialização de experiências educativas, revitalizando o significado das práticas pedagógicas. Sua temática geral foi *A educação bolivariana e a superação da escola capitalista*.

O Fórum Mundial de Educação Temático da Venezuela, como parte do movimento internacional por uma nova educação pública, foi um espaço “aberto e plural”, declarou Luis Bonilla, diretor do Centro Internacional Miranda, uma das entidades organizadoras, que “promoveu a discussão coletiva e participativa sobre as políticas públicas neoliberais, a resistência cultural das comunidades, a criação de alternativas e a socialização de experiências”.

A principal ênfase deste Fórum foi a política pública alternativa ao neoliberalismo. Foram mostradas experiências de educação cidadã, formação política e formação de formadores, bem como as reformas educativas em curso na Venezuela, que têm a ver com a ampliação do atendimento, a melhoria da qualidade, a avaliação e a prática pedagógica.

O Fórum da Venezuela concluiu que a educação não deve ser reprodutora das relações de poder existentes na sociedade, mas deve contribuir nas tarefas emancipadoras da transformação e da mudança social. É necessário ampliar e fortalecer os espaços existentes para o debate sobre o desenvolvimento educativo latino-americano para a busca de alternativas de solução dos principais problemas comuns da região. Se faz necessário repensar o papel da educação, do(a) professor(a), da sociedade e do Estado, para alcançar a inclusão social. Finalmente, o Fórum da Venezuela afirmou a necessidade de gerar processos de intercâmbio de experiências e conhecer mais sobre a experiência do programa educativo venezuelano, principalmente as missões Robinson, Rivas e Sucre, como estratégias de inclusão social.

Declaração Final:

A Educação Bolivariana e a superação da Escola Capitalista

No marco dos princípios e propósitos do IV Fórum Mundial de Educação, realizado na cidade de Caracas, no mês de janeiro do presente ano, realizou-se, na Venezuela, o Fórum Temático “A educação bolivariana e a superação da Escola Capitalista”. Encontro realizado de 2 a 4 de novembro de 2006, nas instalações da Universidade Bolivariana da Venezuela e em comunidades populares. Neste sentido, o FME responde aos princípios do Fórum Social Mundial, como instância de articulação plural e diversa de expressões do movimento pedagógico internacional.

O Fórum Temático Venezuela valoriza os resultados e avanços da revolução bolivariana no campo da educação e da cultura, cujo governo e estado têm assumido a responsabilidade

histórica de garantir os princípios da nova educação que se sustentam no seu caráter público, democrático, gratuito, laico, universal, de qualidade e popular. Nesta perspectiva, aprecia o significado e alcances das Missões Educativas que têm contribuído para saldar a dívida social e tem empreendido um processo de criação de um novo sistema educativo bolivariano, cujas políticas buscam promover e fortalecer as artes, a filosofia, a ciência, os esportes e a tecnologia em benefício do desenvolvimento humano integral, com especial atenção para a infância, a juventude e os setores sociais mais vulneráveis e excluídos de sempre.

O Fórum Temático Venezuela reconhece o significado histórico do Movimento Pedagógico Emancipador que se expressa em vários países em movimentos e organizações sociais, sindicatos e comunidades, cujo alcance ultrapassa as fronteiras e se perfila como um suporte fundamental na luta pela soberania educativa, a refundação da educação pública, a dignificação da profissão docente, a recuperação e projeção do saber pedagógico, o redimensionamento da sabedoria e memória popular, o desenvolvimento do conhecimento filosófico, científico e tecnológico. Sobre a base deste propósito, nos encaminhamos a perfilar nossas lutas, criações, mobilizações e propostas no horizonte coletivo da superação da escola capitalista e na criação de uma nova educação que confronte e resolva as incomensuráveis desigualdades sociais, os privilégios e os preconceitos de classe, sexo, raça e credo e se consolide no âmbito educativo, os princípios de universalidade, gratuidade, obrigatoriedade, o saber, fazer e poder popular.

O Fórum Temático Venezuela expressa seu apoio e respaldo às mobilizações e resistências dos povos contra a globalização neoliberal, o intervencionismo dos Estados Unidos, o desmonte da educação pública, a desprofissionalização da carreira docente, a estandartização e a imposição do “pensamento único”. Em particular, manifesta sua solidariedade com o movimento social pela paz no interior das grandes potências e com as lutas da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca, APPO, México e ao magistério de Oaxaca que batalha pela dignidade do povo e dos educadores. Igualmente, se solidariza com as lutas do magistério de base do Equador e da Colômbia que enfrenta a mais feroz arremetida do Império e das oligarquias contra a soberania, a paz e a democracia de seus povos.

Apoiamos as lutas de resistência contra a imposição dos *Tratados de Livre Comércio* que acentuam as privatizações e aprofundam o desmonte das liberdades e o conteúdo do “Estado social de direito”.

Denunciamos que por trás da estratégia da “guerra preventiva”

se pretende consolidar a política imperial do controle e do saque dos recursos naturais, a implantação de bases militares norte-americanas, de grupos irregulares e da militarização das fronteiras.

O Fórum Temático Venezuela convoca a redobrar os esforços na articulação social, cultural e pedagógica e fortalecer os processos de cooperação e solidariedade entre nossos povos, comunidades e organizações sociais cujos propósitos centrais se orientam na luta contra a globalização neoliberal, a destruição da memória, o saque e a estandartização do conhecimento, a mercantilização da educação. Enfatizamos a importância da *luta pela superação da escola capitalista* e a construção de um projeto educativo emancipador, capaz de reinventar as novas relações entre o saber e o poder, entre os(as) educadores(as), a infância, a juventude e as novas gerações, baseadas na cooperação, na solidariedade, nos saberes e fazeres populares. A convocatória para fortalecer esta iniciativa implica assumir o compromisso de transformar com criatividade, alegria, amor, esperança e sentido lúcido os desafios ético-políticos de uma autêntica revolução educativa.

O Fórum Mundial de Educação Temático Venezuela convida a fortalecer e a aprofundar o *movimento pedagógico internacional anticapitalista* em favor da recriação de uma nova escola, uma didática crítica, uma pedagogia emancipadora, uma sociedade e uma cultura que atenda plural e democraticamente as aspirações e necessidades de nossos povos. Finalmente, ratificamos que o FME é um processo de construção permanente e que a partir desta data marcamos a discussão para a realização do II Fórum Temático a realizar-se em novembro de 2007.

Caracas, 4 de novembro de 2006.

O Fórum Mundial de Educação Temático da Venezuela foi precedido pela quarta edição mundial do FME realizada em Caracas, de 23 a 29 de janeiro de 2006. Naquela edição, os participantes afirmaram, em sua Declaração final, que o Fórum Mundial de Educação se constitui numa “rede permanente de mobilização para promover e defender o direito universal à educação” e “se realiza no contexto de uma etapa histórica na América Latina, reconhecendo as problemáticas, tensões e lutas desenvolvidas

no plano educativo em nível planetário, caracterizado, este contexto, pelo avanço dos processos de lutas populares que abriram caminho para o surgimento de governos que, com diferentes características, tentam sair da situação de subordinação absoluta às políticas neoliberais aplicadas na década de 90”.

Nesse sentido, o Fórum Temático da Venezuela veio reafirmar a luta contra a mercantilização da educação promovida pelas políticas neoliberais, apoiando a “resistência contra a imposição dos Tratados de Livre Comércio que acentuam as privatizações e aprofundam o desmonte das liberdades e o conteúdo do ‘Estado Social de direito’”, como consta de sua Declaração Final, e coerente com seu tema geral da afirmação de uma “educação bolivariana” para a superação da “escola capitalista”.

8. Educação Cidadã para uma Cidade Educadora

No Brasil, várias foram as iniciativas regionais que desdobraram os temas do Fórum Mundial de Educação (FME). Algumas foram muito expressivas, como o Fórum de São Paulo (2004), já mencionado. Outras merecem destaque, como os dois Fóruns Temáticos realizados na **Baixada Fluminense** (Nova Iguaçu), em 2006 e 2008, sobre *Educação cidadã para uma cidade educadora*; na verdade, o segundo e terceiro, contando com o de São Paulo também sobre o mesmo tema.

O que tem a ver o Movimento da Escola Cidadã com o Movimento das Cidades Educadoras, iniciado na mesma época? Foi novamente Porto Alegre – integrando,

desde o ano 2001 o “Movimento das Cidades Educadoras” – que deu a partida a essa temática dentro do FME. Já em 2002 (de 13 a 15 de maio), o tema havia sido trabalhado durante a realização do *10º Seminário Nacional de Educação*, organizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre com o tema geral *Culturas e ciclos da vida: desafios da (re)invenção da escola na Cidade Educadora*. É a cidade como espaço de cultura educando a escola e a escola como palco do espetáculo da vida educando a cidade.

A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. Por si mesma, a vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente. Mas a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma **Cidade Educadora** quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços –, ela exerce uma nova função, cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora, ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora.

Na Cidade Educadora todos os seus habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que a cidade oferece. O “Manifesto das cidades escolas”, aprovado em Barcelona em 1990 e revisto em Bolonha em 1994, afirma que “a satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem compartilhados com outras gerações”.

Nesse contexto, o conceito de **Educação Cidadã**

ganha um novo componente: a comunidade educadora reconquista a escola no novo espaço cultural da cidade, integrando-a a esse espaço, considerando suas ruas e praças, suas árvores, seus pássaros, seus cinemas, suas bibliotecas, seus bens e serviços, seus bares e restaurantes, seus teatros e igrejas, suas empresas e lojas... Enfim, toda a vida que pulsa na cidade. A escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade e ganhar, com isso, nova vida. A escola se transforma num novo território de construção da cidadania.

Podemos falar de Escola Cidadã e de Cidade Educadora – muitos utilizam a expressão “Município Educador” ou “Município Educador Sustentável” (BRANDÃO, 2005) – quando existe diálogo entre a escola e a cidade. Não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence. Nesse sentido, Educação Cidadã, em maior ou menor grau, supõe a existência de uma Cidade Educadora. Essa apropriação se dá através de mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado Escolar, a Constituinte Escolar, as plenárias pedagógicas e outros. Esse ato de sujeito da própria cidade leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população.

Podemos falar em cidade educadora quando ela busca instaurar, com todas as suas energias, a cidadania plena, ativa, quando ela mesma estabelece canais permanentes de participação, incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade. É a sociedade controlando o Estado e o mercado. A Cidade Educadora persegue a utopia das cidades justas, produtivas, democráticas

e sustentáveis que são aquelas que conseguem estabelecer uma nova esfera pública de decisão não estatal, como o “orçamento participativo” e a “constituinte escolar”, exemplos emblemáticos das gestões públicas populares.

A **Baixada Fluminense**, região metropolitana do Rio de Janeiro, é mais conhecida pelos seus problemas, entre eles, a violência. No dia 31 de março de 2005, um grupo policial de extermínio fuzilou trinta pessoas nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A chacina da Baixada foi a pior matança na história do Rio de Janeiro, superando o número de mortos no massacre da Candelária, de julho de 1993, quando oito meninos e jovens moradores de rua foram assassinados por PMs frente à igreja no centro da cidade. O caso também ultrapassou as mortes do massacre de Vigário Geral (em agosto do mesmo ano), quando 21 trabalhadores e estudantes foram assassinados por um grupo de ao menos quarenta policiais, como vingança pela morte de quatro PMs numa emboscada, feita por traficantes de drogas no dia anterior.

A programação foi dividida em **três eixos temáticos**: *Educação, cultura e diversidade; Ética e cidadania em tempos de exclusão; Estado e sociedade na construção de políticas públicas.*

Em vez das imagens da guerra entre a polícia e o tráfico, Nova Iguaçu se transformou nos dias do FME num palco de debates sobre educação cidadã e a cidade educadora. O Fórum começou com uma marcha. O sentido da marcha é levar para a rua a luta pelo direito à educação. Todos e todas podem participar e têm com o que contribuir. O FME mostrou uma outra Baixada, que não é só a que aparece nas páginas policiais dos jornais.

Mais de trinta mil pessoas participaram do encontro,

que contou com 320 atividades organizadas por entidades da sociedade civil e com a apresentação de 450 trabalhos escolares, pesquisas e teses de educadores. Durante quatro dias, cerca de setecentos artistas se apresentaram nos quatro palcos montados em diferentes pontos da cidade. Além da programação educativa e cultural, o FME também contou com a feira de economia solidária, por onde circularam mais de 17 mil pessoas. Na ocasião, o educador uruguaio Hugo Rodriguez, da Associação dos Educadores da América Latina e do Caribe (Aelac), em sua conferência, sustentou que a educação pode ser um instrumento fundamental para a integração dos povos do continente. Já para o educador colombiano Ramón Moncada, diretor de Programas da Corporación Región, em Medellín (Colômbia) e membro do CI, é preciso explorar a cidade como um todo: “ética e cidadania não se aprende só na escola”.

Como resultado final do FME da Baixada Fluminense, a **Carta de Nova Iguaçu** recusa qualquer forma de intromissão dos organismos financeiros internacionais na definição das políticas educacionais desenhadas pelos governos: “repudiamos o uso da educação como uma ferramenta de domesticação e subalternidade, como instrumento de dominação e segregação”, diz um trecho do texto. Confira abaixo a íntegra dessa Carta.

Carta de Nova Iguaçu

No dia 31 de março de 2005, de forma brutal, 29 jovens foram assassinados nas cidades de Nova Iguaçu e Queimados. Todos eles eram pobres, todos inocentes, todos eles sonhavam com um futuro de oportunidades, de dignidade, de direitos. Seus sonhos, suas vidas, foram destruídos em um dos maiores massacres da baixada fluminense. Nada explica a morte e o assassinato. Nada pode explicar a barbárie de grupos de extermínio que atuam de forma impune em nossas cidades marcadas pela violência, a exclusão, a segregação e a

indiferença assassina dos grupos de poder.

Quase um ano depois, 30 mil educadoras e educadores, militantes sociais, meninos e meninas, delegados e delegadas de mais de 25 países, nos reunimos aqui, em Nova Iguaçu, para dizer não à violência, sim à vida, sim à verdade, sim à dignidade, sim à justiça, sim à educação. Realizamos um novo Fórum Mundial onde o tema foi Educação Cidadã para uma Cidade Educadora, um encontro histórico, com diversas conferências e debates, com mais de 300 atividades autogestionadas e com um Fórum Infanto-juvenil que reuniu mais de 5 mil meninos e meninas, discutindo a construção de uma nova educação para uma nova sociedade.

O Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu foi um espaço aberto e plural, onde se reafirmaram os princípios e lemas que nos convocaram nas edições anteriores, realizadas em Porto Alegre, São Paulo, Córdoba (Espanha) e Caracas. Contribuímos aqui para a construção de um processo de mobilização e de luta pela defesa irrestrita do direito à educação como um direito humano e social; como um requisito fundamental para a construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipatória de todo poder autoritário, ditatorial, totalitário; como requisito para a construção e para o fortalecimento de uma democracia radical, para a construção da justiça social e para a realização efetiva dos direitos humanos.

O Fórum Mundial de Educação de Nova Iguaçu foi um encontro que marcará a história democrática da baixada fluminense, constituindo um marco no fortalecimento e ampliação da nossa Plataforma Mundial de Lutas pelo Direito à Educação, criada no âmbito do Fórum Social Mundial e multiplicada nas ações, propostas e estratégias de centenas de movimentos sociais, organizações populares, sindicatos democráticos, no trabalho cotidiano de milhares de escolas, onde se constrói a utopia de uma educação emancipatória e libertária.

Nós que nos reunimos em Nova Iguaçu reafirmamos nosso compromisso com a defesa e a transformação democrática da escola pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas.

Repudiamos as políticas neoliberais, conservadoras e oligárquicas que privatizam e mercantilizam o direito à educação e os direitos humanos.

Repudiamos a inclusão da educação como um bem comercializável em qualquer tratado que, sob o eufemismo do “livre comércio” pretenda destruir a dignidade, a felicidade e a liberdade de nossos povos.

Repudiamos qualquer forma de precarização do trabalho docente e todas as políticas que degradam o exercício da docência,

violando seus direitos e, junto com eles, o direito de todos os meninos e meninas a receber uma educação de qualidade.

Repudiamos qualquer forma de intromissão dos organismos financeiros internacionais na definição dos rumos e do sentido das políticas educacionais desenhadas por nossos governos.

Repudiamos também as políticas econômicas que, sob a falácia do equilíbrio fiscal, priorizam o pagamento de uma dívida externa ilegítima e impagável, gerando a permanente drenagem de recursos públicos a grupos econômicos nacionais ou transnacionais.

Repudiamos toda forma de imperialismo e colonialismo, especialmente, aquele exercido pelas nações mais poderosas do planeta contra o terceiro mundo, contra povos cuja identidade e dignidade resultam massacradas pela arbitrariedade de um poder guiado pelos interesses econômicos e pela indecência do atropelo indiscriminado de nossos direitos, de nossas culturas, de nossas línguas e de nossa dignidade.

Repudiamos o uso da educação como uma ferramenta de domesticação e subalternidade, como instrumento de dominação e segregação.

Repudiamos toda forma de racismo e sexismo, dentro e fora de nossas escolas e de nossas universidades.

Repudiamos a criminalização dos pobres, que, submetidos às formas mais brutais de exclusão, são estigmatizados por aqueles que associam sua presença ao perigo e ao crime, por aqueles que pretendem transformar os jovens e as jovens dos setores populares nos culpados pela discriminação que cotidianamente sofrem.

Nós que nos reunimos em Nova Iguaçu defendemos a construção de um projeto educacional emancipatório, onde os Estados assumam, sem concessões, sua responsabilidade inalienável no financiamento da educação pública, destinando, pelo menos, 6% de seu PIB para sustentá-la.

Defendemos a educação como uma efetiva e imprescindível forma de inclusão social e trabalhamos todos os dias para eliminar o analfabetismo e as causas que o produzem.

Defendemos a educação como uma ferramenta para a recuperação da memória de nossas lutas e daqueles que nos precederam, deixando seu inesquecível exemplo de compromisso e dignidade na construção de um futuro melhor.

Defendemos a educação como prática da liberdade, como utopia libertária, como instrumento para a construção de um horizonte de dignidade e solidariedade, onde se criam e recriam os valores democráticos, a sensibilidade e a indignação frente às injustiças.

Defendemos a educação democrática como uma plataforma de onde podemos gritar “Nunca mais”: Nunca mais ditaduras brutais, nunca mais repressões, nunca mais genocídios, nunca mais negação dos nossos direitos, de nossa história, de nossa dignidade.

Defendemos a educação como forma de justiça e de luta por uma verdade que nos negam, que nos roubam, que nos pretendem fazer esquecer.

Defendemos a educação como possibilidade efetiva para nos transformarmos em pessoas melhores. Para aprender admirar o mundo em que vivemos e para lutar todos os dias, fazendo com que todos, todas possam ter direito a desfrutá-lo.

Defendemos a educação pública e, por isso, propomos dar continuidade aos compromissos assumidos nos fóruns anteriores, ampliando seus alcances e multiplicando suas conquistas.

Há um ano, Nova Iguaçu era cenário de um massacre. Hoje, nos reunimos aqui para chorar a perda irreparável dessas vidas inocentes. Porém, também, para mostrar que aqui, na Baixada fluminense, o povo, como sempre, diz sim à vida, ao trabalho, ao compromisso com a justiça e com a liberdade, com a justiça e com a verdade. O Fórum Mundial de Educação Nova Iguaçu é e será um canto à dignidade, um grito de esperança.

Há menos de um ano, Douglas Brasil, um menino de 12 anos perdia vida sem saber por que. Era uma das 29 vítimas do massacre. Em seu sorriso roubado se espelha o desafio desse Fórum. O desafio de construir um mundo onde a justiça social e os direitos humanos sejam patrimônio de todos e todas. Onde os melhores sonhos sejam mapa que desenha um território que devemos construir e percorrer juntos. A ele e a todos os meninos e meninas privados do presente e do futuro, dedicamos esse Fórum.

Nova Iguaçu, 26 de março de 2006.

A terceira edição do Fórum Mundial de Educação (FME) sobre o tema *Educação cidadã para uma cidade educadora* – a segunda realizada na Baixada Fluminense – ocorreu de 27 a 30 de março de 2008. Os 13 municípios se uniram e nos reconvocaram para pensar a educação, a partir dos mesmos três eixos da edição anterior: *Educação, cultura e diversidade, Ética e cidadania em tempos de exclusão e Estado e sociedade na construção de políticas públicas*.

O FME, na mesma perspectiva do FSM, busca, de forma pluralista, construir *alternativas ao projeto neoliberal*. Nesse processo, como sustenta a Declaração Final deste Fórum, “não podemos prescindir da contribuição de todas as tendências e vertentes progressistas do campo educacional, praticando intensamente o *diálogo/conflito*, a escuta atenta e a *denúncia/anúncio*, bases de uma nova cultura política de entendimento radicalmente democrático”.

Fruto desse trabalho, **novas práticas** e experiências já são isíveis em iniciativas de diferentes partidos políticos democrático-populares, que estão criando novas relações, novas formas de gestão, novos espaços de negociação e estimulam a *reapropriação das cidades e do campo* por seus cidadãos. Nesse sentido, o FME da Baixada Fluminense 2008, defendendo o direito universal à educação, deu uma grande contribuição na busca de alternativas para uma educação verdadeiramente emancipadora.

O FME, nesses seus oito anos de existência, conquistou um *espaço próprio*, defendendo uma **educação integral e intersetorial**. A *integralidade*, como princípio orientador da educação, vem sendo defendida desde a antiguidade. Trata-se de uma concepção da educação que não se limita a desabrochar apenas algumas potencialidades humanas. Toda a educação precisa ser integral. Não se trata apenas de estar na escola em horário integral, mas de ter a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas, que envolvem o corpo, a mente, a sociabilidade, a arte, a cultura, a dança, a música, o esporte, o lazer etc.

Como um significativo **espaço de aprendizagem**, o FME se apresenta como um lugar de construção de novas alianças, livre e auto-organizado, sem preconceitos, aberto aos que “se opõem ao domínio do mundo pelo capital”,

como sustenta a Carta de Princípios do FSM, adotada pelo FME. Este é seu único limite. Dele não participam os que não sonham com um outro mundo possível. Como processo, ele vai muito além de um encontro, está em permanente construção.

É a partir desse novo **paradigma inclusivo**, desse novo quadro de referência, que o FME pretende influenciar as políticas públicas e já está influenciando, principalmente na defesa de uma visão mais intersetorial da educação. Por *intersectorialidade* entendemos a articulação das várias secretarias ou ministérios, integrando saberes e experiências de planejamento e de ação de cada setor para convergir numa educação integral. A intersectorialidade tem um efeito sinérgico importante. A cidadania precisa ser reconhecida em sua totalidade e não fragmentadamente.

As escolas vêm assumindo inúmeros encargos relacionados com a saúde, com o meio ambiente, com a segurança alimentar, com o trânsito, vestuário, transporte etc. Como ela poderá focar-se na aprendizagem com tantos temas e conteúdos que a sociedade vem “depositando” nas suas costas? A escola não pode fazer tudo o que a sociedade não está fazendo; ela não pode substituir todas as políticas sociais. Por isso, a educação precisa ser intersectorial, isto é, precisa contar com outras políticas públicas e não substituí-las. A educação, para ser cidadã, precisa de uma cidade verdadeiramente educadora e educada.

A educação cidadã é uma educação que valoriza a **diversidade**. A diversidade já foi considerada como uma anomalia. Hoje, ela é reconhecida como uma grande riqueza da humanidade e um fator diferenciador para a educação. Ela exige da escola respostas integradoras e capazes de atender às necessidades específicas de cada pessoa.

A diversidade é um ponto de partida da qualidade que significa explorar todas as potencialidades em direção à plena realização pessoal e social de todos e de todas.

Um tema presente neste Fórum foi a questão da **juventude**. Uma grande parte da mídia insiste em dizer que os jovens são violentos, difundindo uma visão equivocada da juventude, principalmente das camadas populares. Ao contrário dos parâmetros de violência mostrados por essa mídia, a mídia dos “exterminadores” do passado e do futuro, a educação humanista precisa mostrar exemplos de vida digna. Ao contrário da educação neoliberal, que sobrevaloriza o *consumo de objetos* em detrimento das *relações humanas e vínculos solidários*, que prepara para o desespero silencioso da juventude, precisamos de uma escola sonhadora, na perspectiva do “inédito viável”, como queria Paulo Freire.

FME Baixada Fluminense 2008

Nós, educadores e educadoras, militantes sociais, crianças e jovens e demais profissionais, nos reunimos na Baixada Fluminense no período de 27 a 30 de março de 2008, para refletir, avaliar e propor intervenções, a partir dos encaminhamentos do ano de 2006 e plataforma de Nairobi 2007. O Fórum Mundial de Educação 2006 foi realizado no momento em que a Baixada vivia um ano após a chacina de Nova Iguaçu e Queimados, e o debate acerca da violência esteve presente, tangenciando as pautas da educação. A presença de educadores e educadoras de diversas partes do Brasil e do mundo proporcionou socialização de experiências e ampliação de redes de diálogo entre os grupos da região. O lançamento de projetos e iniciativas mobilizou os grupos para o debate sobre educação integral, gestão democrática e projeto ecológico-pedagógico. Concomitantemente, o Fórum Infante-Juvenil reuniu cerca de 5 mil crianças e jovens, promovendo a reflexão sobre a participação e propondo que em 2008, houvesse a integração com o Fórum Mundial da Educação. As crianças, adolescentes e jovens destacaram a necessidade de uma escola que os acolhesse, que os ouvisse, que os respeitasse e acreditasse na sua capacidade

de perceber, propor e se comprometer. A *Plataforma Mundial de Educação* (Nairobi, 2007) destacou a importância de ações coletivas planetárias por uma alternativa ao projeto neoliberal, que inclui:

- Lutar pela universalização do direito à educação pública.
- Difundir uma concepção emancipadora da educação que respeite o convívio com as diferenças e as semelhanças.
- Garantir o acesso à educação e ao uso da riqueza socialmente produzida.
- Promover o controle social do financiamento da educação e a desmercantilização da educação.
- Exigir dos governos e organismos internacionais o cumprimento da prioridade à educação.

Esses documentos apontam para a necessidade de se construir, coletivamente, alternativas à concepção e à prática de uma educação fundamentada na lógica centralizadora, autoritária e excludente. Nesse sentido, este Fórum se propõe a dar continuidade a este movimento que busca alternativas possíveis e necessárias para a consolidação de uma educação efetivamente cidadã. Treze municípios se unem e convocam os participantes a pensar a educação, a partir do tema central: Educação Cidadã para uma Cidade Educadora, por meio de três eixos temáticos: “Educação, cultura e diversidade”, “Ética e cidadania em tempos de exclusão” e “Sociedade e Estado na construção de políticas públicas”.

Não podemos prescindir da contribuição de todas as tendências e vertentes progressistas do campo educacional, praticando intensamente o diálogo/conflito, a escuta atenta e a denúncia/anúncio, bases de uma nova cultura política de entendimento radicalmente democrático. Nessa perspectiva formou-se o Comitê Organizador (CO) com a participação de redes sociais, culturais e de ensino dos municípios participantes na construção coletiva do Fórum. Além dos comitês de metodologia e temática, infra-estrutura, cultura, mobilização, comunicação, novos atores integraram o CO: Comitê de Meio Ambiente, que agregou programas e ações educativas promovendo a perspectiva de Cidadania Ambiental, e Comitê de Esporte, trazendo o debate da formação do cidadão integral. Ao longo de cinco meses, o FME Baixada Fluminense, enquanto espaço democrático congregou diferentes saberes em prol de um objetivo comum.

Em 240 atividades autogestionadas, 330 pôsteres e duas conferências, as entidades da Baixada Fluminense e do Brasil compartilharam suas práticas com cerca de 30 mil participantes de diferentes estados e países, que aqui tiveram vez e voz.

Este é o caminho para a construção de uma Cidade Educadora, que é aquela que cria espaços para a educação, sem esquecer

da Escola como espaço privilegiado para as práticas educativas. Escola que, associada aos movimentos sociais, pode transformar a sociedade. A educação de qualidade é direito de todas e todos e é dever do Estado prover espaços adequados e equipados de recursos materiais e humanos para que ela aconteça.

Em grande parte das atividades apresentadas foi possível constatar um considerável avanço na materialização das propostas surgidas em 2006. Percebe-se hoje que o Fórum deu sua efetiva contribuição nas políticas públicas educacionais, na autonomia dos profissionais da educação e no fortalecimento da gestão democrática.

Neste ano em que recordamos a morte de Edson Luiz, estudante e militante do movimento estudantil, brutalmente assassinado pelo regime militar há quarenta anos no Rio de Janeiro, reiteramos nesse Fórum a defesa incondicional da democracia e da educação fundada nos Direitos Humanos.

Do conjunto de atividades deste Fórum, destacamos as seguintes propostas e encaminhamentos - **cabe à educação**:

- contribuir para o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos: lúdico, físico, intelectual e social; promover políticas intersetoriais para a educação integral como política pública articulada, integrada e integradora, assegurando a cidadania desde a infância;
- comunicar e monitorar a efetiva integração escola-comunidade-família por meio de observatório da educação;
- assegurar o diálogo entre os diferentes conhecimentos: simbólico, tecnológico e múltiplas linguagens;
- garantir a participação popular na construção do Projeto Eco-Político-Pedagógico;
- reconhecer a democracia como forma de ser e estar do mundo, intensificando os espaços de participação por meio da sociedade civil e do estado democrático de direito;
- afirmar o direito à educação indígena, construída com a comunidade local na garantia da manutenção da identidade cultural dos povos originários;
- reconhecer as múltiplas identidades, fortalecendo o senso de pertencimento aos espaços e bens públicos;
- assegurar processos coletivos de resolução pacífica dos conflitos e de luta por políticas públicas transformadoras da realidade;
- reconstruir um currículo flexível que dialogue com o contexto e com a conjuntura local e global, na perspectiva de uma cidadania planetária;
- comprometer-se com a valorização profissional e formação inicial e continuada dos professores(as), contribuindo com novas leituras do mundo e práticas inovadoras.

O Fórum Mundial de Educação é um processo em construção, sendo assim, este documento está aberto.

Com o objetivo de subsidiar o Fórum Mundial de Educação de Santa Maria/RS, em maio/2008 e o Fórum Social Mundial/Belém, em janeiro/2009, o Comitê Organizador propõe que: O documento seja circulado entre os treze municípios da Baixada Fluminense e demais participantes para que sejam difundidas práticas, experiências e iniciativas debatidas e refletidas neste Fórum; Seja criado um mural de idéias no site do FME-BF. Os organizadores do FME convidam a todos os educadores que se reconhecem na Carta dos princípios do FSM, a socializar suas experiências inovadoras de educação cidadã através do site e do concurso promovido pela Universidade Popular dos Movimentos Sociais “Histórias dos outros mundos possíveis”.

As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 30 de abril de 2008, para a Secretaria Executiva FME. Acreditamos que somente a construção coletiva de propostas para políticas públicas exequíveis, aliadas ao controle da sociedade, podem assegurar uma educação gratuita de qualidade para todos e todas. Assim sendo, apresentamos este documento como orientador de pautas municipais para que toda e qualquer cidade possa se transformar em Cidade Educadora.

Baixada Fluminense, 29 de março de 2008.

As duas Cartas dos Fóruns realizados em Nova Iguaçu defendem a necessidade de combater uma visão comercial da educação e defendem a necessidade de oferecer uma “educação integral” a crianças e jovens. Afirmam os participantes do FME Baixada Fluminense 2008 que cabe à educação “construir um currículo flexível, que dialogue com o contexto e com a conjuntura local e global, na perspectiva de uma cidadania planetária” e sustentam no seu documento final que “somente a construção coletiva de propostas para políticas públicas exequíveis, aliadas ao controle da sociedade, podem assegurar uma educação gratuita de qualidade para todos e todas”.

O Movimento gerado pelo Fórum Mundial da Educação tem favorecido a **luta pelo direito à educação** resistindo à **mercantilização** da educação e propondo alternativas. Nesse sentido, esses Fóruns Temáticos deram uma

grande contribuição, apresentando, discutindo e reconceituando a **Educação Cidadã** e a **Cidade Educadora** como concepções básicas de alternativas concretas ao projeto pedagógico neoliberal capitalista.

Duas regiões do país realizaram dois grandes Fóruns, sobre outros temas, envolvendo dezenas de municípios: o primeiro na região do **Alto Tietê**, na região da grande São Paulo e outro no coração do Rio Grande do Sul, na cidade de **Santa Maria**, como veremos a seguir.

9. Diversidade, Economia Solidária e Ética Planetária

O Rio Tietê, que banha a capital do Estado de São Paulo, nasce no município de Salesópolis. Foi nesta região, uma das mais industrializadas do Brasil, com uma identidade própria em torno deste rio, que foi realizado o Fórum Mundial de Educação (FME) temático sobre a *diversidade*. Onze municípios se juntaram, pela primeira vez, em defesa do direito universal à educação. São eles: Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano. Um exemplo para outros municípios brasileiros.

Este Fórum possibilitou a emergência dessa **nova cultura política** de unidade na diversidade. Daí a sua temática central: *Educação: protagonismo na diversidade*. O processo de preparação, tão importante quanto o próprio encontro, permitiu um intenso diálogo entre as principais lideranças regionais em busca de um objetivo comum: realizar o *Fórum Mundial de Educação*, uma *Feira Mundial de Educação* e um *Fórum Infante-Juvenil*, possibilitando o

envolvimento de movimentos populares e organizações sociais, ao lado das Secretarias Municipais de Educação, do dia 13 a 16 de setembro de 2007.

Quatro eixos subdividiram o tema central: *Educar para a sustentabilidade do planeta; Protagonismo, responsabilidade social na educação contemporânea; Práticas em educação, os cenários da diversidade e Políticas públicas em educação, efetivando e concretizando direitos*.

A nascente do rio Tietê é uma inspiração para a vida sustentável. E o FME-AT, como ficou chamado, deu um exemplo de consciência ambiental: comprometeu-se a neutralizar a emissão de CO₂ produzido por suas atividades, durante os quatro dias do encontro. As árvores absorvem o CO₂ presente no ar e o estocam como biomassa. A meta foi **carbono zero**. A neutralização deu-se por meio do **plantio de mudas**, última atividade conjunta do encontro.

O FME-AT promoveu uma **cultura da sustentabilidade**, retomando as discussões da Rio-92. No início de 2007, o mundo tomava conhecimento, através do *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* das Nações Unidas, de que a maior consciência ecológica que se seguiu à Rio-92 não fora suficiente para evitar a **catástrofe climática**. O aquecimento global já não é um episódio distante. Seus efeitos já começam a fazer-se sentir em todo o planeta. Não temos mais escolha: ou inventamos um **novo modo de viver** ou simplesmente morreremos. E a educação tem um papel fundamental nessa reinvenção do futuro.

O FME-AT marcou a história educacional da região do Alto Tietê. Vivemos momentos de intensa aprendizagem. Um dos seus resultados foi o documento final que segue, na íntegra.

Carta do Alto Tietê pela Educação

Desde abril de 2006, educadores, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não governamentais, universidades e escolas, todos comprometidos com a defesa da educação pública como direito social e inalienável, uniram-se para organizar o Fórum Mundial de Educação Alto Tietê. Desta forma, onze municípios aceitaram o desafio de juntos construir o Fórum Mundial de Educação. Nesta ação coletiva, a diversidade tornou-se a identidade da construção, pois a riqueza cultural, política e educacional dos municípios de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano foi a maior protagonista desse processo educativo, dando origem ao tema “Educação: Protagonismo na Diversidade.” O resultado dessa rede de movimentos vem re-afirmar os cinco pontos de Nairobi (FME 2007), sendo a educação como direito social e humano e a luta em defesa de sua universalização por meio de políticas públicas capazes de garantir sua concretização em oposição à ideologia de mercado. A diversidade compreendida como educação igualitária que respeita e convive com o diferente. E a sustentabilidade concebida em seu caráter global planetário e do gênero humano, com acesso a riqueza produzida socialmente, de modo especial aos excluídos e marginalizados.

A partir das ideias e sínteses apresentadas neste FME Alto Tietê, os participantes apontam e assumem as seguintes **propostas** como metas (ou utopias) a serem buscadas e defendidas por todos e todas:

- Educar para a sustentabilidade do planeta, tendo a união dos direitos humanos associados aos princípios da Carta da Terra como ponto de qualquer ação educativa, administrativa e/ou política.

- Valorizar os profissionais da educação nos diversos cenários, ao mesmo tempo em que os mesmos assumam seus papéis com mudanças concretas de posturas. Reafirmamos as diferentes práticas educativas como ações protagonistas que constroem a formação humana e filosófica da sociedade.

- Efetivar direitos nas políticas públicas educativas para o acesso e a permanência na escola com qualidade social como direito inalienável de qualquer cidadão garantido pelo Estado. Concretizar tais direitos não é só um dever do Estado, mas uma luta de cada pessoa de todos os cantos do Planeta.

- Fortalecer a responsabilidade social na educação contemporânea buscando superar o desafio ético de unir os diversos setores como empresas, órgãos públicos e sociedade na construção do Estado democrático, bem como da liberdade de pensamento, crítica e criatividade.

- E ainda, tornamo-nos solidários à África na sua busca de superar os desafios econômicos, sociais, políticos e ambientais.

Portanto, o Fórum Mundial de Educação Alto Tietê conclama que haja espaço para as diferenças, que seja respeitado o direito da criança pela educação da infância, que todos os segmentos da educação e sociedade participem das parcerias entre movimentos sociais e as instituições educativas. Defende o direito a suspeita e à dúvida contra os movimentos de dominação, a ética na luta contra a corrupção, a cidadania cosmopolita e planetária que articula o global e o local e o amor enquanto sentimento essencial para a vida e para a esperança.

Carta do Fórum Mundial de Educação Infante-Juvenil

O Fórum Infante-Juvenil merece um destaque particular, pois por meio dele notou-se que tão importante quanto o educador é a criança. Os alunos participaram do FME ALTO TIETÊ com o mesmo projeto abordado pelos educadores e profissionais do Fórum Mundial de Educação. As crianças e jovens tiveram vez e voz e as atividades foram direcionadas para despertar-lhes os sentidos, as emoções e a busca pelo aprendizado. E isto realmente aconteceu nesses três dias. Entre a programação havia atividades lúdicas, peças teatrais, apresentações de projetos, oficinas e auto-gestionadas. Os professores e os alunos interagiram-se num movimento de solidariedade e troca de saberes imenso. Com isso, o objetivo do Fórum foi alcançado: uma escola em que há atividades estimulantes e participação de todos no processo de construção do conhecimento. Espera-se agora que todas as escolas do Brasil tenham essa visão inovadora. A participação de Organizações Não-Governamentais colaborou para um encontro mais rico e diversificado. Deseja-se que esta atuação alcance mais intensamente o cotidiano escolar para que se crie uma rede de relacionamento e ajuda mútua. Por fim, a relação entre os profissionais da educação, os alunos e suas famílias foi a chave para a coletividade que se vivenciou durante o Fórum. O que se espera é que esta relação de carinho, de compreensão e principalmente de dedicação às atividades educativas perpetue-se após o fechamento desta edição do Fórum, para que daqui por diante possa compartilhar esta experiência e assim mudar a atual situação da educação mundial. Letícia Sayuri Batista Representante da Comissão do Fórum Mundial de Educação Infante-Juvenil.

Mogi das Cruzes, 16 de setembro de 2007.

A primeira edição temática do Fórum Mundial de Educação realizada no Estado do Rio Grande do Sul, berço do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação, ocorreu na cidade de **Santa Maria**, de 28 a 31 de maio de 2008. Reconhecemos o “espírito de Porto Alegre”, de tantos encontros, de tantos sonhos e utopias, que também chegou ao coração do Estado.

O **Fórum Mundial de Educação Temático** de Santa Maria, um polo educacional reconhecido internacionalmente e que completou 150 anos de sua emancipação política, teve por tema geral Educação, economia solidária e ética planetária. Foi o primeiro Fórum centrado neste tema. Na América Latina, a economia solidária sempre esteve associada à educação popular. Ela representa algo novo e esperançoso para uma nova ordem econômica mundial: envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso, está estreitamente ligada à **educação transformadora** e à democracia econômica.

O tema geral foi aprofundado, debatendo sua relação com a cidadania planetária, a diversidade cultural, o trabalho, a ética e o desenvolvimento sustentável. A economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de viver, tem um componente educativo extraordinário. **A educação para a cooperação** e para a autogestão é necessária não só para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, mas como base de toda cidadania. A solidariedade não é hoje apenas um valor. É condição de sobrevivência de todos e de todas.

O tema da **inclusão** e da **cultura emancipatória** esteve presente em Santa Maria como parte de uma educação de qualidade. Qualidade em educação exige participação social e reconhecimento das diversidades e desigualdades

culturais, sociais e políticas presentes em nossas realidades. A qualidade que defendemos é a que constrói sujeitos de direitos, inclusão cultural e social, qualidade de vida e que contribua para o avanço da sustentabilidade e da democracia. Para isso, não basta matricular as pessoas pobres na escola (inclusão). É preciso matricular com elas, também, a sua cultura, os seus desejos, seu projeto de vida, sua vontade de “ser mais”, como costumava dizer Paulo Freire.

A **ética planetária**, outro eixo temático deste Fórum, apontou para uma formação holística. Ampliamos o nosso ponto de vista. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária e para uma nova referência ética e social: a **civilização planetária**. Precisamos de uma pedagogia fundamentada num novo paradigma, o paradigma Terra, uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à **cultura da paz e da sustentabilidade**. Formar para a “ética do gênero humano”, como dizia Paulo Freire, não para a ética instrumental e utilitária do mercado. Ela se fundamenta num paradigma filosófico emergente na educação que propõe um conjunto de saberes e valores interdependentes, necessários para uma **vida sustentável** que se caracteriza pela responsabilidade pessoal, pelo serviço aos demais e uma vida espiritual com sentido.

Em Santa Maria, 35 mil pessoas participaram das atividades que envolveram debates temáticos, grandes conferências, apresentações culturais e de pôsteres, atividades autogestionadas, *Fórum Gerações em Movimento*, além de outras atividades simultâneas. Uma delas foi a *Mostra de Economia Solidária*, que levou para a Praça Saldanha Marinho 3 mil pessoas por dia.

Carta de Santa Maria

Nós, participantes do Fórum Mundial de Educação, realizado em Santa Maria (RS-Brasil), de 28 a 31 de maio de 2008, motivados pelo tema – Educação: Economia Solidária e Ética Planetária, reafirmamos nesta CARTA, princípios e proposições, frutos dos debates e discussões que desenvolvemos neste Fórum. Somos 35 mil participantes, mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, entidades sindicais, movimentos sociais, governos, organizações não-governamentais, igrejas, universidades e escolas vindos de 15 países: Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Alemanha, França, Suécia, Peru, Estados Unidos, China, Portugal, Coreia do Norte e Argentina; 130 empreendimentos solidários participantes da Mostra Mundial de Economia Solidária; 84 jovens organizados no Acampamento da Juventude; 1.500 pessoas envolvidas no Fórum Gerações em Movimento e 515 voluntários.

As atividades foram organizadas em três eixos temáticos: Educação e Economia Solidária; Educação, Inclusão e Cultura Emancipatória; Educação e Ética Planetária, integrando três grandes conferências; 31 debates temáticos; 355 apresentações de pôsteres de trabalhos; 14 atividades simultâneas; 98 atividades culturais e 110 atividades autogestionadas.

As relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial. Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida.

Na educação, em especial, tais relações têm submetido as experiências educacionais aos interesses do mercado, em um processo de reconversão material e cultural. Neste sentido, a educação tem sido utilizada como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, conformando as consciências, justificando relações sociais desumanizantes através de uma cultura do egoísmo, da competição e de pedagogias que tomam os seres humanos como objetos e não como sujeitos.

Considerando a construção de um outro mundo possível, de uma globalização alternativa – não como algo inevitável, mas como uma possibilidade histórica – nós assumimos como

signatários da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial. As relações sociais existentes e as possibilidades de construção de estratégias potencializam um aperfeiçoamento de lutas sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e experiências educacionais, que têm apontado relações de novo tipo, pautadas em novas relações sociais de produção, comprometidas com a justiça, com a igualdade, a democracia e a solidariedade.

Afirmamos, como compromisso, educar para outro mundo possível, a partir dos seguintes princípios e proposições:

PRINCÍPIOS

- economia solidária, não apenas como alternativa à falta de trabalho e renda, mas, também, como um agente de desenvolvimento que promova a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas;
- solidariedade;
- soberania e segurança alimentar dos povos;
- construção de redes de cooperação e autogestão no processo produtivo;
- produção, comércio justo e consumo consciente e ético;
- territorialidade, como espaço de construção de uma globalização contra-hegemônica ao atual projeto global de desenvolvimento;
- universalização dos bens da humanidade: ar, água, terra e sementes;
- relação dialética entre educação e economia solidária;
- educação popular concebida como processo de construção coletiva de conhecimento;
- valorização da cultura e saberes populares;
- educação que possibilite relações de igualdade, diversidade étnica, respeito às diferenças e à livre orientação sexual;
- combate à divisão sexual do trabalho e à linguagem sexista;
- radicalização da democracia;
- radicalização das lutas por políticas públicas para a saúde e educação;
- formação permanente e integral como estratégia para o desenvolvimento humano;
- educação como um bem público, coletivo e de responsabilidade do Estado;
- educação humanizadora e para a paz;
- educação inclusiva que reduza os preconceitos sociais, buscando a participação de todos e todas nas práticas excludentes;
- educação para cidadania participativa;
- educação para uma consciência sócio-ambiental;

- justiça cognitiva;
- ecoalfabetização e eco-pedagogia;
- educação para participação na gestão da cidade;
- cidade como tema gerador para a construção de uma cidade educadora;
- democratização da mobilidade urbana com centralidade na pessoa;
- nova lógica social e simbólica para utilização da informática na educação;
- inclusão digital das pessoas e não dos instrumentos;
- educação para justiça fiscal;
- acesso ao lazer como uma conquista e um direito da classe trabalhadora;
- educação patrimonial como responsabilidade do poder público, das instituições educativas, dos meios de comunicação e da sociedade;
- promoção da justiça patrimonial;
- democratização dos meios de comunicação;
- integração e comprometimento das diferentes gerações com atitudes éticas e humanas;
- defesa da ética planetária como uma política do bem comum universal.

PROPOSIÇÕES

- fortalecer políticas públicas que incentivem espaços de formação para os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e criem oportunidades de geração de trabalho e renda, como maneira de atender às necessidades dos explorados e oprimidos;
- formar empreendimentos nos princípios de economia solidária como: autogestão, cooperativismo, associativismo, respeito ao meio ambiente, solidariedade e trabalho organizado em redes e cadeias produtivas;
- agregar valor aos produtos da economia solidária;
- efetivar a construção do marco regulatório legal para empreendimentos de economia solidária;
- fortalecer o processo autogestionário de empresas solidárias;
- criar ações que fortaleçam as incubadoras tecnológicas e cooperativas populares (ITCPs);
- construir e socializar tecnologias adequadas ao processo de trabalho à economia solidária;
- criar redes de produção, socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos nos empreendimentos solidários;
- priorizar o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos

de aproximação entre o movimento da economia solidária e as universidades;

- promover justiça cognitiva através do fomento de debate em escolas e universidades, de autores e autoras que proponham uma educação libertadora e emancipatória dos povos excluídos;
- ampliar o debate nos espaços educativos sobre a livre orientação e violência sexual;
- ressignificar valores para a vivência da cidadania;
- estimular a construção de políticas públicas que se inscrevam no âmbito da diversidade, que contemplem escolas bilingües para surdos enquanto espaços de construção de conhecimento para essa comunidade, ambiente lingüístico de desenvolvimento e expansão da LIBRAS;
- estimular programas educativos que transformem a mentalidade de competição para a construção de uma cultura de cooperação;
- construir uma nova cultura do trabalho que seja materializada no dia-a-dia da produção;
- estimular a criação de projetos educacionais que englobem a gestão democrática da cidade;
- articular a relação tempo-espaço-lazer como parte dos processos educativos;
- promover a participação popular na construção de espaços de lazer;
- inserir a Educação Patrimonial e Fiscal como tema transversal nos currículos do ensino fundamental, médio e técnico, bem como na formação de educadores e educadoras;
- contemplar, nas legislações municipais de uso e ocupação dos solos a educação patrimonial;
- construir modelos de comunicação alternativa, como rádios, televisões e jornais comunitários;
- gerar ações conjuntas envolvendo o reaproveitamento de materiais, musicalidade, ludicidade e sensibilização para qualidade de vida sustentável.

Por fim, queremos reafirmar, como pessoas comprometidas com a educação popular, libertadora e inclusiva, a dignidade do nosso trabalho e sua importância na construção de um mundo justo, fraterno, igualitário, plural e solidário, comprometendo-nos a continuar nossa luta, com todas e todos, os que são sensíveis à causa da Educação, da Soberania e da Justiça Social, tudo fazendo para honrar e fortalecer sonhos, anseios, esperanças e necessidades dos que, junto conosco, com seus saberes, políticas e práticas, constroem um outro mundo possível.

Santa Maria, 31 de maio de 2008.

A Carta de Santa Maria sustenta que “as relações sociais capitalistas, atualmente materializadas através da globalização neoliberal, têm se mostrado incapazes de promover condições de vida digna para a maioria da população mundial. Fundamentadas na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho dos povos, na divisão da sociedade em classes e na degradação do meio ambiente, têm tido, entre suas consequências fundamentais, a prática da guerra como meio para a solução de problemas, o individualismo, a xenofobia, a homofobia e a perseguição às minorias e a mercantilização da vida”. Diante desse quadro, afirma a necessidade de construir outras relações sociais, baseadas em uma outra concepção da economia, uma economia solidária. E a educação tem tudo a ganhar com essa aproximação.

Como vimos nesse Fórum, a economia solidária não trata apenas de produtos e serviços. Ela é, antes de mais nada, a adoção de um conceito, o conceito de bem-viver. Por isso, ela precisa tanto da educação quanto a educação precisa dela. O princípio da cooperação representa uma grande oportunidade de renovação de nossos currículos educacionais. A cooperação é um dos maiores avanços da humanidade. Sem ela não há humanização.

A economia solidária oferece trabalho decente, não alienado, com igualdade e sem discriminação, baseado na planificação participativa e na autogestão. Ela não é uma compensação passageira à crise capitalista. Ela é o embrião de uma nova sociedade, fundada na ética do ser humano e uma alternativa real ao capitalismo, fundado na ética do mercado, que, por natureza, é incapaz de atender a todos e a todas com justiça. A economia solidária resgata, hoje, na América Latina, o caráter contestatário, participativo, alternativo e alterativo dos primórdios do grande movimento da educação popular.



Considerações Finais

Muitas lutas, um movimento

O Fórum Mundial de Educação (FME) já foi definido como um movimento e uma **rede mundial** auto-organizada em defesa do direito à educação, associando pessoas, organizações e movimentos sociais em torno de uma plataforma comum de lutas. De fato, um dos grandes esforços do FME tem sido vincular agendas e lutas comuns de outros movimentos e organizações semelhantes; por exemplo, a luta pelos direitos humanos e outras, como a luta contra a fome – expressão máxima da falta de direitos –, pela saúde, pelo direito ao trabalho, água, terra, habitação, a perspectiva de gênero... Sem esses direitos, não há educação de qualidade.

Os direitos humanos são todos interdependentes. É assim que o FME concebe o direito à educação. Não podemos defender o direito à educação sem associá-lo aos outros direitos. Isso nos leva à discussão do caráter do FME: ele não se destina apenas a educadores e educadoras; destina-se a todos, trabalhem ou não com a educação, porque todos nós somos direta ou indiretamente vinculados ao tema da educação, não apenas os professores.

A **Plataforma Mundial da Educação** tem exercido esse papel aglutinador do FME. E não sendo um documento

dogmático, fixo, mas um instrumento de ação, ela está sendo permanentemente atualizada, de acordo com os avanços alcançados na luta. Ela pode ser desdobrada e atualizada nos diferentes documentos políticos, procedimentos e orientações extraídas em cada encontro. Esses documentos respondem à necessidade de enfrentamento estratégico dos principais desafios do FME, encaminhando concretamente o processo de implementação da Plataforma.

Da mesma forma, os diversos documentos, plataformas, cartas, manifestos construídos nos fóruns temáticos ou regionais, têm tido já um bom impacto, sobretudo nas regiões onde esses fóruns foram realizados, como elementos inspiradores de **políticas públicas**. Esforços estão sendo feitos no Brasil pelas diversas esferas de governo, principalmente no que se refere ao princípio da integralidade, proposto pelo FME. A sociedade brasileira despertou definitivamente para a importância e o papel da educação na vida de cada um, de cada uma. Trata-se de saber de que educação estamos falando e, sobretudo, de que país estamos falando. Porque a escola precisa ter a cara do país que queremos.

Nossa missão é a defesa do direito à educação emancipadora, contra a mercantilização da vida. Não é o direito à educação neoliberal. Lutamos por uma educação que radicalize a democracia, que aprofunde a participação cidadã, que promova a igualdade, a equidade, a paz e a justiça social. A educação que defendemos não está separada de um projeto social, da ética e dos valores da diversidade e da pluralidade. O tom de todas as Cartas e Declarações finais dos encontros do FME é a questão da crescente mercantilização que se opõe radicalmente ao direito à educação. Há um consenso geral em relação

a esse tema: a **mercantilização da educação** é o maior desafio da educação contemporânea.

O modelo neoliberal de educação, ao defender o livre mercado, reforça as políticas de privatização, reduzindo progressivamente o papel do Estado e diminuindo as chances de todos terem uma educação pública de qualidade. O FME tem combatido essa política de progressiva conversão da educação numa mercadoria acessível apenas àqueles e àquelas que podem pagar por ela. Por isso, o FME tem-se oposto aos tratados e acordos internacionais de livre comércio que promovem uma visão mercantilista da educação.

O financiamento público do setor privado na educação tem aumentado em todo o mundo. Esse é um dos aspectos mais evidentes da mercantilização combatido pelo FME. Para isso, ele deve articular-se com o FSM que combate na mesma linha as políticas de privatização da educação. Sua força e legitimidade dependem muito de sua incidência nas políticas públicas. Por isso, ele deve pautá-las mais e tratar mais fortemente de questões como o financiamento da educação.

A pergunta que nos fazemos, tanto na Secretaria Executiva quanto no Conselho Internacional é o que podemos fazer para melhorar a atuação do FME. As respostas são variadas e convém registrar algumas delas no final deste livro.

Na Secretaria Executiva está sempre presente a questão da **estrutura**. O FME deve melhorar a sua estrutura e prover os meios para mantê-lo e expandi-lo, para torná-lo mais representativo, operacional e estável. Vamos promover ainda mais a democracia interna do FME, criando mecanismos internos descentralizados, instâncias de participação que permitam a sua maior expansão possível, sem perder seu caráter, sua missão e seus propósitos.

As estruturas das novas organizações são fortemente marcadas pela autonomia e pela intensidade da comunicação, bem como por sua natureza “caórdica”, que alia a flexibilidade à clareza de propósitos, isto é, o caos e a ordem. As estruturas mais eficazes são as “viróticas”, as que contaminam pelo exemplo e penetram nos corpos sociais pelos poros, nas micropolíticas, nos micropoderes. Por isso, o FME, para qualificar ainda mais sua inserção mundial, deverá trabalhar em duas direções, aparentemente contraditórias: a descentralização e a internacionalização.

O FME precisa melhorar também a qualidade de sua intervenção. Como afirma Agostinho dos Reis Monteiro (apud FME, 2007, p. 245), se o FME “quer ter credibilidade e ser ouvido, em instâncias internacionais de decisão, intervindo na correlação de forças, deve cuidar da qualidade e das formas de expressão da sua voz. E não deve descuidar a sua própria coerência, praticando, dentro de si, no seu próprio funcionamento, nas suas relações humanas, os valores que proclama, os valores da ética do direito à educação, inscrita na ética dos direitos do ser humano”.

Mas temos também que olhar para onde o FME já obteve **êxito**.

Durante a realização do FME-São Paulo, em 2004, Louis Weber, membro do CI, nos dizia que o FME foi extremamente exitoso tanto em unir as correntes pedagógicas teóricas com as práticas sociais e sindicais, que se conversavam pouco, quanto facilitar a descoberta e o diálogo sobre diferentes realidades de diversos países, tanto na relação Sul-Sul quanto na relação Sul-Norte. E desta vez, a iniciativa não partiu do Norte, mas do Sul.

Ramón Moncada destaca a importância do FME no nível regional. Segundo ele, o FME foi “o ponto de

convergência, de encontro do pensamento educativo e significou a oportunidade de diálogo entre os latino-americanos e desse com outras realidades”. (apud FME, 2007, p. 250). Esse diálogo também se estendeu para outros continentes, como afirma Albert Sansano, membro do CI. Para ele, o FME “foi um acontecimento fundamental para os movimentos e para o desenvolvimento de plataformas e de organizações que trabalham as alternativas educativas no mundo. O FME possibilitou a articulação de iniciativas e a construção de plataformas de lutas na Europa como a Semana de Lutas em Defesa da Educação Pública e também possibilitou a construção de plataformas em outros continentes”. (apud FME, 2007, p. 259).

Segundo Marta Maffei, representante da Internacional da Educação para a América Latina, o FME permitiu mostrar a diversidade e a multiplicidade de olhares como não se via antes, no campo educacional: “na minha opinião ele melhorou a percepção do tipo de vínculo que se constrói entre educação e cultura e o impacto que tem, sobre ambas, os meios de comunicação de massa e os interesses de seus proprietários [...] A aproximação das Ongs mostrou várias questões: a educação é uma preocupação que excede aos tradicionais agentes educativos; várias dessas organizações trabalham aspectos vinculados com a educação popular e suas contribuições enriquecem os debates”. (apud FME, 2007, p. 246). Marta Maffei sustenta que a troca de experiências que o FME possibilitou, em nível internacional, é que a educação não é uma variável isolada do econômico, do político e do social e que a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras em educação não está isolada da defesa dos demais coletivos do mundo do trabalho.

Esse otimismo é compartilhado por Régine Tassi,

coordenadora da Comissão “Contra Mercantilização da Educação” do Attac-França e integrante do CI. Para ela, o FME tornou-se um “contrapoder no cenário mundial, diante das políticas neoliberais na área da educação”. (apud FME, 2007, p. 242). Sem dúvida, o FME conquistou um espaço próprio de visibilidade e de articulação de políticas comprometidas com o direito à educação. É um espaço autônomo e auto-organizado de encontro da rica diversidade de experiências educacionais informais, formais e não formais. Ele criou a possibilidade da convergência e do confronto de ideias, a expressão de diferentes perspectivas, propostas e acúmulos, e de articulação de agendas comuns.

O **papel formativo** do FME é indiscutível. Pierre Fonkoua, da Universidade Yaoundé (República dos Camarões) e membro do CI, afirmou no Fórum de Nova Iguaçu (2008) que, participando do FME, percebeu o quanto o pensamento neoliberal influenciava a realidade de seu país e que a formação crítica é um papel importante desempenhado pelos encontros do Fórum. Nisso ele foi secundado, na mesma ocasião, por Liam Kane, da Universidade de Glasgow (Escócia), também membro do CI, ressaltando o papel teórico do FME, como laboratório de discussão sobre concepções de educação, particularmente do paradigma da educação popular. Ele insistia, em Nova Iguaçu, que deveríamos nos organizar para que a educação estivesse mais presente nas políticas públicas, recordando Paulo Freire que, quando foi secretário de Educação no Município de São Paulo, tinha como prioridade a “escola pública popular”, que significava, em última instância, introduzir o popular no público.

Os encontros do FME sempre me deixaram a sensação de que há muita generosidade, há uma reserva imensa de

altruísmo que nos deixa, a todos e todas, reencantados, esperançosos e esperançosas na construção de uma outra educação. Há muita gente disposta e disponível para trabalhar por um outro mundo possível. O exemplo de centenas e até de milhares de voluntários e voluntárias que já participaram na preparação e realização de nossos encontros é uma prova disso.

Mais de dez mil pessoas participaram, em Belém, no final de janeiro de 2009, do FME; no Fórum Social Mundial (FSM), chegaram perto de 150 mil. Todos e todas estavam lá porque não haviam perdido a capacidade de sonhar, porque queriam construir outros mundos possíveis. O poeta Thiago de Mello, poeta das águas, que vive no Amazonas, foi várias vezes evocado nesses Fóruns. “Qual é a lição que o Amazonas nos deixa?”, pergunta ele. E ele mesmo responde a essa pergunta num belo poema:

A lição do rio

Ser capaz, como um rio que leva sozinho a canoa que se cansa de servir de caminho para a esperança. E de levar do límpido a magia da mancha, como o rio que leva, e lava.

Crescer para entregar na distância calada um poder de canção, com o rio que decifra o segredo do chão.

Se tempo é de descer, reter o dom da força sem deixar de seguir. E até mesmo sumir para, subterrâneo, aprender a voltar e cumprir, no seu curso, o ofício de amar.

Com o rio, aceitar essas súbitas ondas feitas de águas impuras que afloram a escondida verdade das funduras.

Como um rio, que nasce de outros, saber seguir junto com outros sendo, e noutros se prolongando, e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim. Mudar em movimento, mas sem deixar de ser o mesmo ser que muda. Como um rio.

O convite que gostaria de deixar a todos os leitores e leitoras deste pequeno livro é o mesmo que o rio Amazonas está fazendo. Nas palavras de Thiago de Mello: *saber seguir junto com outros, sendo, e noutros se prolongando, e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim.*



Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos*: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- FME. *Memória do Fórum Mundial de Educação*: alternativas para construir um outro mundo possível. Coordenação, organização e texto de Stela Rosa. Brasília: MEC/INEP, 2007.
- FME/SE. *Guia de orientações para organização de uma edição*. São Paulo, 2007.
- GADOTTI, Moacir. *Educar para um outro mundo possível*: o Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil planetária. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- GENTILI, Pablo; MCGOWAN, Tristan (Org.). *Reinventar a escola pública*: política educacional para um novo Brasil. Rio Janeiro: Vozes/LPP, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONCADA, Ramón. *El foro mundial de educación: espacio y proceso de diálogo y movilización internacional por el derecho a la educación*. Medellín, 2008. Mimeografado.

SANTOS, Boaventura Souza. *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. *Revista del Observatorio Social de America Latina*, Buenos Aires, ano V, n. 15, p. 77-90, set./dez. 2004.

SANTOS, Milton, 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SURRIAN, Alessio (Org.). *Un'altra educazione è incontruizione*. Secondo Forum Mondiale dell'Educazione di Porto Alegre. Pisa: Cofir e ETS, 2003.

_____. *Un'altra educazione è possibile: Forum Mondiale dell'Educazione di Porto Alegre*. Roma: Cofir e Reuniti, 2002.

TOLEDO, Leslie Campaner. As Cartas dos Fóruns Mundiais de Educação. In: GENTILI, Pablo; MCGOWAN, Tristan. *Reinventar a escola pública: política educacional para um novo Brasil*. Rio Janeiro: Vozes/LPP, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para entender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

WEBER, Louis. OMC, AGCS: Vers la privatisation de la société? Paris: Nouvex Regards, 2003.

**Série Educação de Adultos**

- *MOVA, por um Brasil alfabetizado*, Moacir Gadotti
vol. 1 | 160 p.

Série Educação Cidadã

- *Convocados, uma vez mais: rupturas e desafios do PDE*,
Moacir Gadotti - vol. 1 | 136 p.
- *Boniteza de um Sonho: ensinar-e-aprender com sentido*,
Moacir Gadotti - vol. 2 | 120 p.
- *Gestão da Educação no município: sistema, conselho e plano*,
Genuíno Bordinon - vol. 3 | 128 p.
- *Educação Integral no Brasil: inovações em processo*,
Moacir Gadotti - vol. 4 | no prelo.
- *ONGs e Escolas Públicas: uma relação em construção*,
Salete Valesan Cambai - vol. 5 | no prelo.

Série Educação Popular

- *Economia solidária como práxis pedagógica*, Moacir Gadotti
vol. 1 | 136 p.
- *Cultura Rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*,
Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção
vol. 2 | 107 p.
- *Educação Popular na perspectiva freiriana*. Raiane Assumpção (org.),
vários autores - vol. 3 | 168 p.

Série Cidadania Planetária

- *Fórum Mundial de Educação: pro-posições para um outro mundo possível*
Moacir Gadotti - vol. 1 | 144 p.
- *Pedagogia da sustentabilidade - educar para a cidadania planetária*,
Ângela Antunes - vol. 2 | no prelo.

Série Unifreire

- *Reinventando Paulo Freire no século 21*, Carlos Alberto Torres,
Francisco Gutiérrez, José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti e
Walter Esteves Garcia - vol. 1 | 136 p.
- *Educar para a sustentabilidade*, Moacir Gadotti - vol. 2 | 128 p.
- *O que é leitura do mundo*, Ângela Antunes - vol. 3 | no prelo.

Série Cadernos de Formação

- *40 olhares sobre os 40 anos da Pedagogia do Oprimido*,
vários autores - vol. 1 | 40 p.
- *Município que educa: nova arquitetura da gestão pública*,
Paulo Roberto Padilha - vol. 2 | 40 p.
- *Como fazer a leitura do mundo*,
Ângela Antunes - vol. 3 | no prelo.
- *A Carta da Terra na educação*,
Moacir Gadotti - vol. 4 | no prelo.

Série Le Monde Diplomatique Brasil

- *Alternativas ao aquecimento global*, vários autores
vol. 1 | 128 p.
- *Caminhos para uma comunicação democrática*, vários autores
vol. 2 | 128 p.
- *Reflexões sobre o consumo responsável*, vários autores
vol. 3 | 128 p.
- *Desafios da economia solidária*, vários autores
vol. 4 | 128 p.

Outros idiomas

- *Education for sustainability: a contribution to the Decade of
Education for Sustainable Development*,
Moacir Gadotti | 120 p.

Títulos em co-edição

- *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação
intertranscultural*, Paulo Roberto Padilha.
Cortez/Instituto Paulo Freire | acompanha CD | 256 p.
- *Globalização, educação e movimentos Sociais: 40 anos da
Pedagogia do Oprimido*, vários autores. Editora e Livraria Instituto
Paulo Freire/Editora Esfera - vol. 1 | 216 p.
- *Globalização, educação e movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia
do Oprimido - Círculos de Cultura*, vários autores. Editora e Livraria
Instituto Paulo Freire/Editora Esfera - vol. 2 | no prelo.

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira,
das 9 às 18h e, aos sábado, das 9 às 13h.

Cerro Corá, 550 | Lj. 01 | Alto da Lapa

05061-100 | São Paulo | SP | Brasil

T/F: 11 3021 1168

editora@paulofreire.org | livraria@paulofreire.org

www.paulofreire.org

O Fórum Mundial de Educação (FME) só se tornou uma referência mundial em defesa da educação pública e de qualidade porque as instituições, os movimentos sociais e as diversas organizações foram sujeitos da ação, dando o direcionamento político e assumindo o processo de articulação, impulsionando, assim, o crescimento, fortalecimento e a construção da rede mundial na qual se transformou hoje.

Eliezer Pacheco, coordenador geral das duas primeiras edições do FME e atual secretário de Educação Tecnológica do MEC.

Quando iniciamos o FME em 2001, em Porto Alegre, a responsabilidade maior era da Secretaria Municipal de Educação, que já vinha construindo uma história de educação cidadã e emancipadora. Para consolidar-se como rede mundial e construir uma plataforma de lutas, o FME foi além de Porto Alegre, articulando-se com os movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais e, particularmente, com o Fórum Social Mundial (FSM).

Salete Valesan Camba, secretária executiva do Conselho Internacional do FME e diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

Ed,L

Editora e Livraria
Instituto
Paulo Freire

ISBN 978-85-61910-35-8



9 788561 910358